

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

**UMA ANÁLISE SOBRE O EMPREGO FORMAL
NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA**

MARIA RAQUEL CAIXETA GANDOLFI

**UBERLÂNDIA
2001**

SISBI/UFU



1000202058

MARIA RAQUEL CAIXETA GANDOLFI

14011
331.101.26
61860
TESTEMEM

**UMA ANÁLISE SOBRE O EMPREGO FORMAL
NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA**

Dissertação submetida ao programa de pós graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

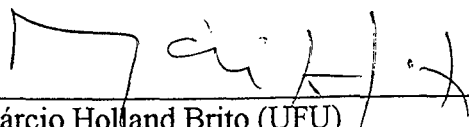
Área de concentração: Economia do Trabalho.
Orientador: Prof. Dr. Márcio Holland Brito

Universidade Federal de Uberlândia
2001

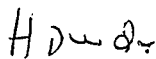
MARIA RAQUEL CAIXETA GANDOLFI

UMA ANÁLISE SOBRE O EMPREGO FORMAL
NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Dissertação defendida e aprovada em 11 de Maio de 2001 pela banca examinadora
composta pelos professores:



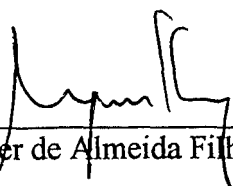
Dr. Márcio Holland Brito (UFU)



Dr. Henrique Dantas Neder (UFU)



Dr. Waldir Quadros (IE/UNICAMP)



Dr. Niemeyer de Almeida Filho (Coordenador do Curso de Pós Graduação)

Ao Peterson,
Por tudo

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo agradeço a DEUS pela vida, pelo amparo nos momentos difíceis e pela oportunidade desta existência.

À minha família, principalmente a meus pais, Adelina e João, e aos irmãos: Eliana, Fernanda, Giovani e Cleuton, pelo que sou hoje.

Ao Peterson, pelo companheirismo, compreensão, amor e, sobretudo, pela dedicação.

Ao meu Professor e Orientador, Márcio Holland, pela orientação, pelo profissionalismo, pelas críticas, e por tanto contribuir, mostrando-me os caminhos do conhecimento, estimulando-me à busca, à capacidade analítica e à produção criteriosa.

A todos os meus professores do programa de pós - graduação: Niemeyer, José Rubens, Heládio, Edilson, Marisa, Germano, Paulo Franco, Henrique e José Diniz.

Ao professor Paulo Franco, pelos primeiros passos e estímulo na área, Economia do Trabalho.

Aos professores Niemeyer Filho, Vanessa Petrelli, Teódulo Vasconcelos, Henrique Dantas e Humberto Martins pelo aprendizado e convivência compartilhados na vida acadêmica.

A todos os colegas de turma: Idamar, Eliseu, Edson, Fábio, Mirian, Flávia, Júlio, Eliana, Lucille, Karen, Paulo Roberto, Milton, e João Batista, sendo uns mais ausentes, outros mais presentes, mas que contribuíram em muito para o nosso aprimoramento individual, seja intelectual pelas “trocas de idéias”, ou espiritualmente pelos longos “papos” na sala de estudo.

Aos dirigentes da DATAMEC e Ministério do Trabalho, inclusive à Célia Botelho, pela disponibilidade de informações e sugestões, que tanto me auxiliaram.

Ao IPEA, na pessoa do Sr. Luiz Parreiras, pela atenção e profissionalismo quando da minha necessidade de tirar dúvidas sobre dados empíricos.

À Sra. Elizabeth Pelizer do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Uberlândia, pela disponibilidade de informações especificamente sobre o setor da Administração Pública.

À Sra. Neida Junqueira Matos, que competentemente fez a revisão final do texto.

Agradeço, também, ao programa de pós graduação do Instituto de Economia e à CAPES, pela bolsa que me foi concedida para a realização desta dissertação.

Aos amigos Idamar, Darcilene, Marcelo e Lêda pela contribuição e auxílio mútuo.

À Ângela e Valdenice, pela atenção no atendimento referente ao material bibliográfico.

Às secretárias Rejane, Vaine, Tereza e Maura, pela atenção.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que estiveram, direta ou indiretamente, envolvidas nesta pesquisa, colaborando para que ela se realizasse, e que com carinho e paciência sempre estiveram do meu lado e acreditaram em meu trabalho, e a todos os amigos, que souberam ser presentes, atentos aos meus momentos, respeitando-me e acompanhando meus passos nesta trajetória.

“Duas asas conduzirão o espírito humano à presença de Deus: Uma chama-se Amor, a outra, Sabedoria.

Pelo amor, que acima de tudo é serviço aos semelhantes, a criatura se ilumina e aformoseia por dentro, emitindo, em favor dos outros, o reflexo de suas próprias virtudes; e, pela sabedoria, que começa na aquisição do conhecimento, recolhe a influência dos vanguardeiros do progresso, que lhe comunicam os reflexos da própria grandeza, impelindo-a para o alto.

Através do amor valorizamo-nos para a vida.

Através da sabedoria somos pela vida valorizados.

Daí o imperativo de marcharem juntas a inteligência e a bondade.

Bondade que ignora é assim como o poço amigo em plena sombra, a dessedentar o viajor sem ensinar-lhe o caminho.

Inteligência que não ama pode ser comparada a valioso poste de aviso, que traça ao peregrino informes de rumo certo, deixando-o sucumbir ao tormento da sede.

Todos temos necessidades de instrução e amor.

Estudar e servir são rotas inevitáveis na obra de elevação”...

(Francisco Cândido Xavier/Emmanuel)

ÍNDICE

Introdução	01
Capítulo 01 - Uma Abordagem sobre o Emprego Formal no Brasil nos Anos 80 e 90	
Introdução	05
1.1 - Uma Perspectiva Histórica sobre o Mercado de Trabalho brasileiro	07
1.2 - Estrutura do Mercado de Trabalho e Emprego Formal no Brasil nos Anos 80	13
1.3 - Estrutura do Mercado de Trabalho e Emprego Formal no Brasil nos Anos 90	24
1.3.1 - Uma visão geral sobre o emprego formal nos anos 90	24
1.3.2 - O Emprego Formal brasileiro no contexto da flexibilização e desregulamentação do trabalho	31
1.3.3 - A qualificação da mão-de-obra e emprego formal no Brasil	37
Considerações Finais sobre o Capítulo	45
Capítulo 02 - Evidências Empíricas e Métodos de Avaliação sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro	
Introdução	47
2.1 - Os métodos utilizados para avaliação do mercado de trabalho no Brasil: conceitos e limites	48
2.2 - Principais resultados obtidos no mercado de trabalho brasileiro a partir de distintos métodos de avaliação	56
2.2.1 - Principais resultados obtidos pelos métodos vinculados ao IBGE: o exemplo da PME	57
2.2.2 - Principais resultados obtidos pelos registros administrativos do Ministério do Trabalho: CAGED e RAIS	65
2.3 - Levantamento de algumas pesquisas empíricas sobre o comportamento do mercado de trabalho realizadas no Brasil	73
2.3.1 - Levantamento de algumas pesquisas empíricas realizadas no Brasil vinculadas aos métodos do IBGE: PNAD, PME e Fundação SEADE e DIEESE	73
2.3.2 - Levantamento de algumas pesquisas empíricas no Brasil utilizando a RAIS/MTb	76
Considerações Finais sobre o Capítulo	80

Capítulo 03 – Uma Avaliação do Mercado de Trabalho Formal no Município de Uberlândia – MG

Introdução	82
3.1 - A RAIS como indicador do setor formal	83
3.2 - Uma visão geral sobre o município de Uberlândia	84
3.3 - Uma análise do Emprego Setorial no município de Uberlândia	89
3.3.1 - Participação do número de empregos por Setor e Gênero	90
3.3.2 - Participação do número de empregos por Setor e Faixa Etária	92
3.3.3 - Participação do número de empregos por Setor e Grau de Instrução	93
3.3.4 - Participação do número de empregos por Setor e Tempo de Serviço	95
3.3.5 - Participação do número de empregos por Setor e Faixa de Remuneração	96
3.3.6 - Caracterização geral do emprego formal no município de Uberlândia - Anos 1986/1990/1998	
3.4 - O Perfil do Emprego Formal no Município de Uberlândia	100
3.4.1 - Remuneração e Gênero	100
3.4.2 - Escolaridade e Tempo de Serviço	102
3.4.3 - Faixa Etária e Tempo de Serviço	111
3.4.4 - Faixa Etária e Remuneração	117
3.4.5 - Escolaridade e Remuneração	122
3.4.6 - Tempo de Serviço e Remuneração	126
Considerações Finais sobre o capítulo	129
Considerações Finais	132
Referências Bibliográficas	137

ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Capítulo 01:

<u>Tabela 1.1:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - PEA segundo a forma de inserção no Mercado de Trabalho (em milhões de indivíduos) e frequência relativa (1981=100)	18
<u>Tabela 1.2:</u> Brasil - Evolução da Renda Real Média por Posição na ocupação (1981= 100)	19
<u>Tabela 1.3:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) Composição do desemprego por Posição na Ocupação, 1991 a 1999 (%)	27
<u>Tabela 1.4:</u> Brasil - Evolução do Emprego Formal - 1990 a 1996 (1989 = 100)	29
<u>Tabela 1.5:</u> Brasil - Distribuição dos empregados pelo tempo de serviço e segundo o grau de instrução - 1998	37
<u>Tabela 1.6:</u> Ocupações (subgrupo/CBO) em que mais postos de trabalho foram destruídos de 1991 a 1996	43
<u>Tabela 1.7:</u> Ocupações (subgrupo/CBO) em que mais postos de trabalho foram criados de 1991 a 1996.	43

Capítulo 02

<u>Quadro 2.1:</u> Principais diferenças entre PED e PME	51
<u>Quadro 2.2:</u> Comparativo dos métodos para avaliar o mercado de trabalho no Brasil	56
<u>Tabela 2.1:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por gênero - Período 1991 a 1999	58
<u>Tabela 2.2:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por posição na família – Período 1991 a 1999	58
<u>Tabela 2.3:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por gênero (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999	59
<u>Tabela 2.4:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por faixa etária (%) - Período 1991 a 1999	60
<u>Tabela 2.5:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por faixa etária (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999	61
<u>Tabela 2.6:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por grau de instrução (%) - Período 1991 a 1999	62
<u>Tabela 2.7:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por grau de instrução (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999	62
<u>Tabela 2.8:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por posição na ocupação (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999	63
<u>Tabela 2.9:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por setor de atividade (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999	64
<u>Tabela 2.10:</u> Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por faixa de duração – Período 1991 a 1999	65
<u>Tabela 2.11:</u> Movimentação de mão-de-obra - admissões por setor de atividade	66
<u>Tabela 2.12:</u> Movimentação de mão-de-obra - desligamentos por setor de atividade	66
<u>Tabela 2.13:</u> Brasil - Movimentação de mão-de-obra - admissões por gênero	67
<u>Tabela 2.14:</u> Brasil - Movimentação de mão-de-obra - desligamentos por gênero	67
<u>Tabela 2.15:</u> Brasil - Movimentação da mão-de-obra - admissões por faixa etária	67
<u>Tabela 2.16:</u> Brasil - Movimentação de mão-de-obra - desligamentos por faixa etária	68
<u>Tabela 2.17:</u> Brasil - Movimentação da mão-de-obra - admissões por grau de instrução	68

<u>Tabela 2.18:</u> Brasil - Movimentação da mão-de-obra - desligamentos por grau de instrução	69
<u>Tabela 2.19:</u> Brasil - Participação do emprego formal por setores de atividade econômica (%)	69
<u>Tabela 2.20:</u> Brasil - Participação do emprego formal por gênero em 31/12 (1997 - 1998)	70
<u>Tabela 2.21:</u> Brasil - Participação do emprego formal por faixa etária em 31/12 (1997 - 1998)	71
<u>Tabela 2.22:</u> Brasil - Participação do emprego formal por grau de instrução em 31/12 (1997 - 1998)	71
<u>Tabela 2.23:</u> Brasil - Participação do emprego formal por faixa de remuneração (em salários mínimos) em 31/12 (1997 - 1998)	72
<u>Tabela 2.24:</u> Brasil - Participação do emprego formal por tempo de serviço em 31/12 (1997 - 1998)	73

Capítulo 03

<u>Tabela 3.1:</u> Município de Uberlândia – População total – 1996 a 1999	84
<u>Tabela 3.2:</u> Município de Uberlândia – População por Faixa Etária (1986 e 1999)	86
<u>Tabela 3.3:</u> Município de Uberlândia – Atividade Econômica e Número de Estabelecimentos em Atividades	87
<u>Tabela 3.4:</u> Empregados em 31/12 no Município de Uberlândia por Setor de Atividade – 1986 e 1998	88
<u>Tabela 3.5:</u> Participação do Emprego Formal conforme os Setores de Atividade Econômicas do IBGE - Município de Uberlândia – (1986 a 1998 em %)	91
<u>Tabela 3.6:</u> Emprego por Gênero segundo o setor de atividade no Município de Uberlândia – 1986, 1990 e 1998	91
<u>Tabela 3.7:</u> Emprego por Faixa Etária segundo o Setor de Atividade no Município de Uberlândia - 1986, 1990 e 1998.	93
<u>Tabela 3.8:</u> Emprego por Grau de Instrução segundo o setor de atividade no Município de Uberlândia – 1986, 1990 e 1998	95
<u>Tabela 3.9:</u> Emprego por Tempo de Serviço segundo o Setor de Atividade no Município de Uberlândia - 1986, 1990 e 1998.	96
<u>Tabela 3.10:</u> Emprego por Faixa de Remuneração segundo o Setor de Atividade no Município de Uberlândia - 1986, 1990 e 1998. (Salários Mínimos)	98
<u>Tabela 3.11:</u> Comparativo dos quatro principais setores de atividades em relação à informação que ocorre com maior frequência (moda) quanto ao gênero, grau de instrução, faixa etária, faixa de remuneração e tempo de serviço para os anos de 1986, 1990 e 1998.	99
<u>Tabela 3.12:</u> Indústria de Transformação – Remuneração (em salários mínimos) por Gênero - 1986/1998	105
<u>Tabela 3.13:</u> Comércio – Remuneração (em salários mínimos) por Gênero - 1986/1998	106
<u>Tabela 3.14:</u> Serviços – Remuneração (em salários mínimos) por Gênero - 1986/1998	107
<u>Tabela 3.15:</u> Administração Pública – Remuneração (em salários mínimos) por Gênero - 1986/1998	108
<u>Tabela 3.16:</u> Indústria de Transformação – Escolaridade por Tempo de Serviço - 1986/1998	112
<u>Tabela 3.17:</u> Comércio – Escolaridade por Tempo de Serviço - 1986/1998	112
<u>Tabela 3.18:</u> Serviços – Escolaridade por Tempo de Serviço - 1986/1998	113
<u>Tabela 3.19:</u> Administração Pública – Escolaridade por Tempo de Serviço - 1986/1998	113
<u>Tabela 3.20:</u> Indústria de Transformação – Faixa Etária por Tempo de Serviço - 1986/1998	115
<u>Tabela 3.21:</u> Comércio – Faixa Etária por Tempo de Serviço - 1986/1998	116
<u>Tabela 3.22:</u> Serviços – Faixa Etária por Tempo de Serviço - 1986/1998	116
<u>Tabela 3.23:</u> Administração Pública – Faixa Etária por Tempo de Serviço - 1986/1998	117

<u>Tabela 3.24:</u> Indústria de Transformação – Faixa Etária por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	119
<u>Tabela 3.25:</u> Comércio – Faixa Etária por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	120
<u>Tabela 3.26:</u> Serviços – Faixa Etária por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	121
<u>Tabela 3.27:</u> Administração Pública – Faixa Etária por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	122
<u>Tabela 3.28:</u> Indústria de Transformação – Escolaridade por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	124
<u>Tabela 3.29:</u> Comércio – Escolaridade por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	125
<u>Tabela 3.30:</u> Serviços – Escolaridade por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	125
<u>Tabela 3.31:</u> Administração Pública – Escolaridade por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	126
<u>Tabela 3.32:</u> Indústria de Transformação – Tempo de Serviço por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	127
<u>Tabela 3.33:</u> Comércio – Tempo de Serviço por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	128
<u>Tabela 3.34:</u> Serviços – Tempo de Serviço por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	128
<u>Tabela 3.35:</u> Administração Pública – Tempo de Serviço por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998	129

Introdução

Nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo uma deterioração profunda no que diz respeito à geração e qualidade do emprego formal, ou seja, aquele emprego regulamentado por lei, com carteira de trabalho assinada, inserido em setores tipicamente capitalistas. Em contrapartida, o que se constata é a proliferação sem precedentes do emprego precário, sem carteira de trabalho assinada e de natureza instável, situação que começou a se tornar mais evidente nos anos 80, quando a crise social e econômica, que marcou este período, abriu as portas para uma crise no mercado de trabalho. Neste ínterim, houve queda nos investimentos produtivos, assim como queda da produção e retração da demanda, advindos de uma política de ajuste com o objetivo de contornar a crise que se presenciava. Houve também, neste período, uma perda da participação do emprego formal principalmente na indústria de transformação e construção civil, setores secundários e que possuíam um importante papel na geração de empregos nas décadas anteriores. Isto porque a maioria das pessoas, principalmente aquelas que possuíam pouca experiência, advindas muitas das vezes do êxodo rural, eram mais facilmente inseridas nestes setores.

Neste sentido, pode-se dizer que, nos anos 80, já começou a se verificar uma queda da participação do emprego no setor secundário (setor considerado como tradicionalmente capitalista) e uma elevação da participação no setor terciário, representado em sua maioria por formas atípicas de produção. Consequentemente, observa-se não só uma mudança setorial do emprego formal, como também do perfil do trabalhador inserido neste mercado. A partir dos anos 90, esta situação se agrava mais ainda em decorrência principalmente da política de abertura comercial, que exigiu mercados mais competitivos para fazer frente à concorrência intercapitalista, ocasionando enxugamentos substanciais do emprego formal. O emprego regulamentado, com tempo determinado e benefícios, começou a perder importância, dando assim espaço para a proliferação de ocupações de natureza precárias.

Diante disso, temos como objetivo mostrar e caracterizar a participação setorial do emprego formal no município de Uberlândia nos anos de 1986 e 1998, analisando a Indústria de Transformação, setor de Comércio, Serviços e Administração Pública.

A partir deste estudo pode-se perceber que cada setor apresenta uma particularidade no que diz respeito ao comportamento do emprego formal em relação aos seus atributos e perfis.

Com a finalidade de compreender a realidade da situação do emprego formal no Brasil e no município de Uberlândia, assim como as mudanças ocorridas na estrutura do emprego formal, nosso trabalho será dividido em três capítulos.

No **primeiro capítulo**, será feita uma caracterização e uma análise do emprego formal no Brasil, mostrando que, já nos anos 80, estes empregos começam a perder a importância que haviam ocupado nos anos anteriores. Entretanto, cabe esclarecer que se os empregos formais não aumentaram, foram pelo menos preservados neste período, quadro que se agravou ainda mais nos anos 90. Neste sentido, será feita uma discussão sobre como se deu o movimento de estruturação (1940-1980) e desestruturação (após 1980) do mercado de trabalho brasileiro, assim como as características e a natureza da atual legislação brasileira, os principais fundamentos que regem um contrato individual de trabalho, entre outros aspectos. Nos anos 80, serão mostrados alguns importantes aspectos que explicam este movimento de desestruturação e seus reflexos sobre o mercado de trabalho.

Nos anos 90, serão evidenciadas as principais características do mercado de trabalho formal no Brasil, assim como os aspectos fundamentais subjacentes à discussão sobre emprego formal, envolvendo inclusive a questão da flexibilidade ou rigidez do mercado de trabalho brasileiro e a questão da qualificação dos empregos no país.

Dando continuidade a esta abordagem, mostraremos, no **segundo capítulo**, os principais instrumentos empíricos disponíveis para avaliação do mercado de trabalho no Brasil, vinculados à base de dados relativa à FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), à FUNDAÇÃO SEADE, ou ao MINISTÉRIO DO TRABALHO: RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), e CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Os fundamentos teóricos destes instrumentos e seus principais resultados nos darão subsídios para justificar no capítulo seguinte o porquê da escolha da base de dados da RAIS na avaliação do mercado de trabalho formal no município de Uberlândia. Abordaremos também, no segundo capítulo, algumas pesquisas empíricas já realizadas no Brasil, usando diferentes bases de dados, assim como os principais resultados obtidos. Com esta resenha empírica procuraremos não só detectar os fatos estilizados mais amplamente divulgados e que aparecem para o caso do Brasil, regiões metropolitanas e

municípios mas, de uma certa forma, mostrar como em grande medida se assemelham com os resultados obtidos para o município de Uberlândia.

O **terceiro capítulo** partirá da análise de dados da RAIS para avaliar o perfil do mercado de trabalho formal, assim como o do trabalhador no município de Uberlândia. Para este fim, serão escolhidos os quatro principais setores na participação do emprego formal no município: Indústria de Transformação, setor de Comércio, Serviços e Administração Pública. A título de informação estes setores são assim desagregados pela RAIS: da Indústria de Transformação fazem parte as indústrias de extração e tratamento de minerais; produtos de minerais não metálicos; indústria metalúrgica; indústria mecânica; indústria de material elétrico e comunicações; material de transporte; indústria de madeira e de mobiliário; papel, papelão e gráfica; indústria de borracha, fumo, couro e peles; indústria química; indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; indústria de calçados e de produtos alimentícios, indústria de bebidas e álcool etílico. No setor de Comércio inserem-se especificamente os comércios varejista e atacadista. Dentro do setor de Serviços incluem-se as instituições financeiras ligadas ao crédito, seguro e capitalização, comércio de administração de imóveis, serviços técnicos profissionais; serviços de transporte e comunicação; alojamento, alimentação, reparação, manutenção, rádio e TV; atividades relacionadas a serviços de medicina, odontologia e veterinária; e atividades ligadas ao ensino (especificamente o ensino particular). Da Administração Pública, fazem parte o poder municipal representado pela Prefeitura Municipal, ligada à administração indireta e direta (poder executivo), e autarquias.

Para delinear o perfil do emprego formal nestes setores, serão tomados como referência no que diz respeito ao perfil alguns atributos fornecidos pela RAIS: escolaridade, faixa etária, gênero, faixa de remuneração e tempo de serviço. Em um primeiro momento estes atributos serão analisados por setor, já num segundo serão analisados entre si, sendo possível assim, delinear de forma clara, os principais traços que marcam o perfil do emprego formal no município de Uberlândia. O período de análise compreende os anos de 1986 e 1998, representando ambos as décadas de 1980 e 1990 respectivamente. A escolha destes anos passou por questões relevantes, como por exemplo, o fato do ano de 1986 anteceder à constituição de 1988 no Brasil. O ano de 1998 foi escolhido principalmente pelo fato deste ano tratar-se do mais recente fornecido pela Rais.

A metodologia escolhida para análise destes dados, assim como a justificativa do uso desta base de dados sobre as demais, passa por questões como vantagens para avaliação do emprego formal, explicada no segundo capítulo.

Entre as principais hipóteses encontradas neste trabalho, podemos comprovar que ocorreram no período estudado significativas mudanças na estrutura do emprego formal no município, no que se refere principalmente a um crescimento da participação das mulheres nos anos estudados, principalmente na Administração Pública, a uma tendência de aumento da idade para as pessoas empregadas principalmente entre 30 a 39 anos, e uma tendência de aumento da escolaridade até o 2º grau completo, e superior completo na Administração Pública. Entretanto, apesar do aumento relativo do grau de instrução, da participação feminina, e da idade dos trabalhadores, estes fatos não implicaram transformações específicas, principalmente em relação ao tempo de serviço e remuneração que se mantiveram baixos no município. Assim, podemos perceber que mesmo com uma suposta melhoria do perfil do trabalhador em relação à escolaridade, não houve um aumento do tempo de serviço e de melhores salários, principalmente nos setores do Comércio, Serviços e Indústria de Transformação. Estes fatos podem estar relacionado a algumas hipóteses secundárias, como as mudanças ocorridas nos últimos anos em relação à maior participação dos setores considerados mais dinâmicos da economia principalmente nos setores de Comércio e Serviços, assim como a absorção de maior fatia do emprego formal nestes setores. Deve-se considerar também a importante presença de pequenos negócios nestes setores, que podem estar contribuindo para a uma maior rotatividade no trabalho, assim como a presença de baixos salários, no emprego formal do município (perfil este similar em grande medida ao que ocorre no Brasil, principalmente no tocante a maior participação dos setores de Comércio e Serviços).

No setor da Administração Pública que de certa forma é um setor diferenciado no que diz respeito a um tempo de serviço mais elevado, grau de instrução superior e a maior presença das mulheres, as condições do emprego são substancialmente melhores. Ocorre também neste setor uma similaridade entre escolaridade e tempo de serviço, em que os graus mais elevados de instrução tem incorrido em maior permanência no emprego, diferentemente dos demais setores, entretanto, os salários auferidos neste setor são também relativamente baixos.

A partir desta análise será possível delinear as principais características e evidências que marcam a natureza do mercado de trabalho formal do município. A escolha

de Uberlândia para objeto de análise nesta dissertação, recai no fato de que este município vem ocupando, nos últimos anos, um papel de destaque tanto na economia de Minas Gerais, como na brasileira, além de considerarmos a importância dos estudos desagregados por município do Brasil.

Capítulo 01 - Uma Abordagem sobre o Emprego Formal no Brasil nos Anos 80 e 90

Introdução

O objetivo deste capítulo é o de mostrar, os principais traços do mercado de trabalho formal brasileiro, bem como suas principais características. Neste contexto será feita, inicialmente, uma discussão histórica e conceitual, em que serão abordados aspectos importantes como, por exemplo, as raízes e as principais características da atual legislação trabalhista, que se instaurou em 1943 no governo de Getúlio Vargas e permanece vigente até hoje. Outro objetivo é mostrar como se deu a estruturação do mercado de trabalho brasileiro dentro destes moldes, e que, de certa forma, manteve-se entre os anos 50 a 70. Nestes anos, o papel do setor secundário era de grande importância na economia principalmente devido ao fato de que a maioria das ocupações no emprego formal era gerada neste setor. Dentro dos segmentos inseridos neste setor, a indústria de transformação ocupava lugar de destaque.

O processo de desestruturação do mercado de trabalho afetou negativamente os empregos nos anos 80, acentuando-se nos anos 90, com a abertura comercial instaurada no governo Collor. A política de estabilização monetária e incentivo às importações no governo Fernando Henrique piorou ainda mais o quadro do mercado de trabalho, principalmente no tocante à geração de postos de trabalhos estáveis. Observam-se assim, mudanças na estrutura do mercado de trabalho, que passam de uma predominância do setor secundário (principalmente até a década de 80), para ocupações geradas no setor terciário, como as ocupações vinculadas ao setor de serviços, por exemplo. É interessante observar também que, na década de 90, o número de empregos estáveis e formais é muito inferior quando comparado aos anos 80, pois verificou-se nos anos 80 uma preservação destes empregos ocorrendo o contrário nos anos 90.

Acreditamos que este referencial servirá de feed-back para um entendimento mais aprofundado sobre o mercado de trabalho brasileiro.

1.1 - Uma Perspectiva Histórica sobre o Mercado de Trabalho brasileiro

O mercado de trabalho formal brasileiro apresentou fortes sinais de estruturação entre as décadas de 40 e 70. Neste período, observou-se a presença de elevadas taxas de expansão dos empregos assalariados com registro nos segmentos considerados organizados da economia e uma relativa redução das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta própria, concentradas nos segmentos não organizados da economia¹(Pochmann, 1997 e 1999). Dessa forma, o segmento organizado possuía maior participação em relação aos empregos neste período. A maior participação deste segmento concentrava-se principalmente no setor secundário da economia, especialmente na indústria de transformação. Para Cacciamali (1992), os movimentos dos produtos setoriais desde os anos 50 tinham sido favoráveis aos setores econômicos urbanos, sobretudo ao setor secundário, porém esta tendência foi revertida a partir dos anos 80, quando o setor terciário passou a ocupar um papel central na participação do produto total. Esta tendência de concentração de emprego no setor secundário e do crescimento elevado das taxas de emprego urbano ocorrida principalmente até os anos 80 é explicada principalmente pelo lento crescimento do emprego agrícola entre 1950 e 1970, e pela grande intensidade do processo migratório rural-urbano ocorrido neste período, uma vez que a maior parte do contingente de mão-de-obra expulso do campo migrou para os centros urbanos à procura de ocupações em atividades não agrícolas, principalmente na indústria de transformação e construção civil (Souza, 1981). Todos estes fatores combinados estão associados com o movimento de estruturação do mercado de trabalho, movimento este que, para Pochmann (1997 e 1999), ocorreu também em grande parte, pela força da implementação e consolidação de um projeto de industrialização nacional², (até então deficiente), bem como devido à institucionalização das relações de trabalho difundidas a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

¹ Os segmentos organizados correspondem a postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, fundamentalmente os empregos regulares assalariados. Já os segmentos não organizados são aqueles que abrangem ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume característica tipicamente capitalista. Para um maior detalhamento da importância destes segmentos nas relações de trabalho veja Pochmann (1997 e 1999).

² Este projeto de industrialização foi impulsionado principalmente pela implementação da indústria pesada no Brasil, consolidada com o Plano de Metas em 1955. Para uma leitura mais detalhada sobre este assunto veja Vasconcellos et alii (1996). Por outro lado, para um estudo mais aprofundado sobre a origem da industrialização brasileira, que tem como característica uma natureza retardatária, veja Mello (1988).

Em relação ao primeiro aspecto, ou seja, à implementação e consolidação de um projeto de industrialização nacional, pode-se dizer que a dinâmica da industrialização neste período, esteve vinculada basicamente à expansão da produção nacional na indústria, o que favoreceu, de forma positiva, o continuado aumento das ocupações, refletindo uma expressiva expansão das relações assalariadas formais. Sendo a indústria o núcleo dinâmico do sistema econômico no capitalismo, é neste setor que em geral, os trabalhadores conseguem um grau de organização mais elevado (Souza, 1981).

Além das condições externas favoráveis, como facilidade para obtenção de empréstimos externos, por exemplo, o Brasil possuía também, neste período, boas condições internas, como incentivo aos investimentos, aumento do consumo e da produção interna, entre outros aspectos. Outra questão importante foi o papel estruturante que o Estado ocupava a partir de 1930, havendo por parte deste, um envolvimento com o progresso industrial e material do país, formulando políticas setoriais de industrialização, e um manejo inteligente da política econômica, além da institucionalização da organização dos mercados de trabalho (Cano, 1995). Este papel estruturante do Estado iria se estender até meados dos anos 70.

Em relação à institucionalização das relações de trabalho, para Cacciomali (1992) a origem da regulação do mercado de trabalho brasileiro está fincada na autoritária e paternalista prática política da oligarquia cafeeira, classe dirigente do país no fim do século 19, em substituição à mão-de-obra escrava, o que já trazia em si traços de desigualdade e desequilíbrios sociais, mediados pela ação do Estado.

A introdução na lavoura cafeeira de mão de obra imigrante e assalariada em substituição a escrava desde a segunda metade do século 19 e o início da industrialização no final desse século- impulsionada inclusive por capitais procedentes do café- introduziram novos pontos de desequilíbrio social. Expuseram, outrossim, as grandes desigualdades econômicas e políticas geradas desde o passado colonial e exacerbadas nesta época pela sociedade brasileira vis à vis a outros países do continente americano e europeu.(...) A idéia que foi sendo implementada paulatinamente era que os conflitos deveriam ser suprimidos pela ação do Estado por meio de uma legislação que criasse relações de harmonia entre as classes, não dispensando a repressão policial sempre que necessário. (Cacciomali, 1992: 22, 23).

Neste contexto, a origem e a implementação da legislação trabalhista foram, segundo Cacciamali (1992), criadas pelas elites dirigentes e burocráticas e se resumiam em dar algumas concessões que fossem capazes de garantir a paz social através da ação do Estado.

Implementada na década de 20, esta era uma legislação laboral de caráter corporativo e fascista, baseada na opção e na montagem de um sistema de relações de trabalho e de solução dos conflitos submetido à lei e ao governo, e que influenciou fortemente as elites burocráticas e intelectuais brasileiras da época, bem como o futuro ditador Getúlio Vargas. A estrutura da CLT, promulgada em 1943, estava sendo trilhada sob a influência do regime fascista italiano: um só sindicato por categoria profissional em cada base territorial, proibição de greves, o Ministério do Trabalho para organizar e permitir a existência dos sindicatos, a Previdência Social prestando serviços de assistência social, médicos para os trabalhadores e a justiça do trabalho como única instância para dirimir os conflitos individuais e coletivos do mundo do trabalho. Enfim, o Estado passava a substituir os mecanismos de negociação direta e de ajuste entre os interesses do capital e do trabalho (Cacciamali, 1992).

Em relação à definição da CLT, esta se caracteriza como um conjunto de leis muito abrangentes de caráter corporativo, que reflete e sistematiza os estatutos esparsos aprovados e praticados nas relações de assalariamento desde o século 19. Este corpo de lei foi criado para evitar que o conflito se estabelecesse no local de trabalho e se propagasse. Assim, voltava-se mais para a definição do contrato individual de trabalho que dos contratos coletivos. A CLT regula também quase todos os aspectos do contrato de trabalho no Brasil, assim como disposições sobre direitos e deveres individuais dos trabalhadores, sindicatos e firmas. A lei determina que todos os trabalhadores tenham uma carteira onde sejam registrados pelo empregador todos os contratos individuais de trabalho e suas modificações ao longo do tempo. O empregador, quando não assina a carteira de trabalho, pode ser processado legalmente pelo trabalhador (Amadeo & Camargo, 1996). Além da obrigação de assinar a carteira, existe um conjunto das condições mínimas que todo emprego deve preencher:

- um máximo de horas de trabalho por semana;
- um máximo de horas extras;
- salário mínimo;
- pagamento mínimo de horas extras;

- férias anuais (pagas antecipadamente);
- proteção especial para mulheres e crianças;
- proibição de demissão da mulher grávida;
- direito à licença remunerada antes e após o parto para a mãe;
- condições especiais de trabalho para turnos noturnos;
- aviso prévio de demissão com um mês de antecedência;
- proteção contra demissão injustificada;
- segurança no trabalho e regras especiais para ocupações especiais;
- décimo- terceiro salário (introduzido em 1962);
- salário-família (introduzido em 1963);
- seguro-desemprego (introduzido em 1986); e
- direito a cinco dias de licença para o pai após o nascimento do filho ou filha (introduzido em 1988).

Segundo Amadeo & Camargo (1996), para compreender o funcionamento da CLT devem ser considerados dois importantes aspectos: o primeiro é o importante papel exercido pelos tribunais do trabalho na negociação de cláusulas de contratos individuais e coletivos (onde as firmas devem assinar um contrato com os sindicatos de seus trabalhadores), o que torna o sistema brasileiro de relações de trabalho muito preso a procedimentos legais; o segundo aspecto está associado à coexistência de contratos individuais e coletivos do trabalho, onde cada trabalhador deve firmar um contrato com seu empregador, em que salários, condições de trabalho, jornada de trabalho, etc, estejam claramente determinados.

As principais normas que regem os contratos individual e coletivo de trabalho são os seguintes (Camargo, J.M, 1996; Camargo & Amadeo, 1996):

- duração máxima da semana de trabalho (48 horas até 1998 e 44 horas desse ano em diante);
- duração máxima do dia de trabalho (oito horas para turnos normais e seis horas para turnos ininterruptos);
- máximo de horas extras (duas horas por dia);
- salário mínimo;
- remuneração mínima do trabalho extraordinário (após 1988, 50% do salário regular; antes de 1988, 20% do salário regular);

- 30 dias de férias remuneradas por ano de serviço;
- abono de férias correspondentes a 1/3 do salário regular (introduzido em 1988);
- disposições especiais para turnos noturnos;
- décimo terceiro salário (1/12 do salário de dezembro, multiplicado pelo número de meses de serviço do trabalhador na firma durante o ano, ou no caso de demissão, 1/12 do salário do mês em que o trabalhador foi demitido, multiplicado pelo número de meses que trabalhou na firma naquele ano, pago metade quando o trabalhador tira férias e metade em dezembro de cada ano, ou quando ele é demitido (introduzido em 1962);
- proteção à mulher grávida contra demissão;
- licença-maternidade de quatro meses para a mãe (três meses antes da constituição outorgada em 05/10/1988);
- salário complementar proporcional ao número de filhos de uma família, calculado como um percentual do salário mínimo (salário-família);
- um mês de aviso prévio no caso de demissão. Durante esse mês o trabalhador pode dispor de duas horas diárias de seu tempo de trabalho para procurar outro emprego;
- direito a um fundo de garantia contra demissão depositado pela firma (criado em 1966 e correspondente a 8% do salário mensal);
- multa correspondente a 40% do fundo de garantia contra demissão, paga pela firma ao trabalhador, se a dispensa não foi por justa causa;
- seguro-desemprego (introduzido em 1986);
- normas especiais para o trabalho infantil; e
- normas especiais para o emprego em condições perigosas.

Para Amadeo & Camargo (1996):

“A evolução do sistema brasileiro de relações de trabalho pode ser dividida em três períodos. O primeiro, que se estende de 1943 a 1964, foi um período de rápido crescimento industrial. As indústrias siderúrgicas e de bens de consumo duráveis se estabeleceram, juntamente com todos os setores que as acompanham. Ao mesmo tempo, a estrutura sindical se consolidou conforme o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O segundo período teve início com golpe militar de 1964 e persistiu até 1978. Esse período é caracterizado por relações governo/trabalho repressivas e centralização do

processo de formação salarial. Finalmente, o terceiro período, que começa em 1978/79 e chega até o presente, é um período de crescente organização e inquietação trabalhista e de centralização da organização sindical e descentralização do processo de formação salarial” (Amadeo & Camargo, 1996:61)

Em suma, sobre as relações de trabalho no Brasil, pode-se dizer que as leis trabalhistas, que datam de fins dos anos 30 e início dos anos 40, foram consolidadas em 1943 e implementadas numa época de forte influência fascista na política brasileira e de ditadura civil, daí o código das relações de trabalho ter como característica um caráter autoritário e paternalista. A estrutura da CLT, por sua vez, baseia-se principalmente na premissa de que a harmonia das relações capital/trabalho é resultante da capacidade da lei de proteger os trabalhadores da exploração indevida dos empregadores.

Por outro lado, o Brasil, após um período de rápido crescimento que se sustentou entre 1950 a 1980, mergulhou em uma fase de alta instabilidade política e econômica, com baixas taxas de investimento e elevadas taxas inflacionárias, refletida nos anos 80. O Estado debateu-se entre a mudança de regime de governo³ (de cunho ditatorial para democrático) e uma crise financeira pressionada pelos endividamentos externo e interno, paulatinamente perdendo importância econômica, legitimidade política, poder regulatório e fiscalizador e como era de se esperar, esses movimentos refletiram-se negativamente sobre o mercado de trabalho urbano.

A estrutura do emprego se modificou, passando de uma expressiva expansão de relações assalariadas formais até o final da década de 70 para o crescimento das ocupações assalariadas sem registro, por conta própria, e à margem da legislação. Estas ocupações⁴ estão concentradas principalmente no segmento não organizado da economia e têm por natureza, a precariedade e instabilidade dos vínculos de emprego, principalmente pela presença de uma alta rotatividade tanto no que diz respeito às admissões como às demissões. Outro aspecto é que os salários nestes tipos de vínculos, embora fixados em patamares médios inferiores aos dos assalariados registrados, passaram a crescer de forma persistente em relação aos primeiros.

³ Para um maior detalhamento deste aspecto, veja Cacciamali & Pires (1996)

⁴ As ocupações correspondem às atividades associadas aos serviços, ou trabalho manual e intelectual, realizado por um período de tempo mais ou menos longo, diferente do emprego, que significa a utilização da força de trabalho em atividades produtivas.

Partindo deste pressuposto, enquadra-se a importância que devem ter os empregos regulados ou formais na economia, ou seja, aqueles empregos que correspondem a vínculos empregatícios regulamentados e protegidos por lei, através da carteira assinada. Este tipo de emprego dá aos trabalhadores uma segurança maior e garantia de seus direitos enquanto inseridos no mercado de trabalho.

Pode-se concluir que, até final dos anos 70, o mercado de trabalho brasileiro passou por um processo de estruturação quando os empregos regulados tiveram importância significativa, porém a partir de 80 e até os anos recentes, o mercado de trabalho vem sofrendo um processo de desestruturação com diminuição do assalariamento com registro, expansão do desemprego e das ocupações não organizadas (Pochmann, 1997 e 1999), cujos reflexos nos anos 80 e 90 serão abordados a seguir.

1.2 - Estrutura do Mercado de Trabalho e Emprego Formal no Brasil nos Anos 80

Nos anos 80 se verifica um período de estagnação e crise sob um quadro recessivo de grande intensidade. A crise concentrou seus efeitos negativos na economia urbana do país, tendo o seu maior impacto principalmente na indústria de bens de capital. Houve uma piora dos indicadores sociais, agravamento da crise econômica, altas taxas de inflação, piora nas condições de vida da população, aumento da pobreza, diminuição do PIB, deterioração do mercado de trabalho, além da perda da capacidade financeira do Estado. Neste período, a economia brasileira rompeu uma longa trajetória de crescimento apresentando um comportamento econômico instável⁵. Para Amadeo et alii (1994), a evolução do emprego durante os anos 80 manteve a tendência histórica de urbanização⁶; por outro lado, a terceirização das atividades urbanas passa a ocorrer a uma taxa que rompe com o crescimento balanceado dos setores secundário e terciário, como vinha ocorrendo no passado.

⁵ Veja também Guimarães (1990).

⁶ Para Amadeo et alii (1994), o padrão de crescimento do emprego no Brasil, desde os anos 50, ocorreu em função da expansão dos setores urbanos. Para uma leitura mais apurada sobre o assunto veja também: Cacciamali (1988; 1989; 1992; 1993)

Enquanto na década de 70, a proporção da população economicamente ativa nos setores secundário e terciário cresceu, respectivamente, sete e oito pontos percentuais, na década de 80, o setor secundário manteve sua posição relativa, enquanto o setor terciário cresceu cerca de sete pontos percentuais, levando a uma terceirização, sem precedentes, das atividades urbanas. (Amadeo et alii, 1994:12)

Dessa forma, podemos perceber uma mudança setorial ocorrida na estrutura do mercado de trabalho a partir dos anos 80 afetando, é claro, a própria natureza dos empregos, que passam por um quadro de maior precariedade e que se concentram de forma mais intensa no setor terciário da economia, principalmente por este setor possuir uma natureza mais flexível.

O produto industrial (vinculado aos bens de capital, intermediários e duráveis), já a partir da segunda metade da década de 70, sofre um processo de desaceleração. Entre 1979 e 1981, a recessão econômica paralisou o papel desempenhado pelo setor secundário quando a expansão do emprego foi nula, sendo maior a retração do nível do emprego principalmente na indústria de transformação e construção civil, ainda que estes setores fossem até então responsáveis pela expansão dos empregos. Assim, a expansão do setor terciário, ao longo da primeira metade dos anos 80 teve papel fundamental para evitar maiores quedas no nível de emprego e do desemprego aberto (Cacciamali, 1989).

Para Cacciamali & Lacerda (1992), os anos 80 representam para a economia brasileira um período de retrocesso e estagnação, cujas principais características são:

- período de retrocesso e estagnação;
- agravamento do quadro social associado ao descontrole das contas externas;
- lento crescimento do produto;
- queda generalizada dos salários em todos os setores;
- altas taxas inflacionárias;
- desmoronamento da estrutura financeira do setor público;
- colapso do padrão de desenvolvimento;
- dificuldade de controle das contas públicas;
- elevação dos níveis de desemprego; e
- crescimento das desigualdades na distribuição de renda.

Já em Cacciamali (1993), o mercado de trabalho nesta década esteve vinculado basicamente a dois mecanismos que fundamentalmente ajustaram o mercado de trabalho: o primeiro foi o aumento das ocupações de baixa qualidade e produtividade, muitas delas assalariadas e à margem da regulação do mercado de trabalho ou por conta própria (ajustamento passivo). O segundo mecanismo expressou-se pela queda da renda real nos segmentos ocupacionais inferiores e médios e pelo aumento no grau de desigualdade, na distribuição e concentração da renda (ajustamento ativo).

Esta política de ajustes verificada nos anos 80 esteve associada a uma política econômica recessiva com o objetivo de comprimir o nível de demanda interna para fazer frente principalmente aos pagamentos da dívida externa, que se avolumou muito com o II° Choque do Petróleo, principalmente pelo aumento das taxas de juros internacionais cobradas pelos países credores aos países subdesenvolvidos. Dessa forma, instaurou-se como medida um receituário ortodoxo de ajuste que tinha como pressuposto o excesso de demanda. Para isso, utilizaram-se de elevação de alguns impostos, corte drástico no gasto público, aumento da taxa de juros, corte do crédito, restrição monetária e arrocho salarial, tendo como consequência a diminuição do consumo e dos investimentos internos (Cano, 1998).

Um outro aspecto que agravou a crise nos anos 80 afetando principalmente o setor público foi o processo de estatização da dívida: os devedores privados pagavam ao Estado seus débitos externos com moeda nacional, e o Estado passava a ser o devedor externo, assumindo as contas do setor privado. Este processo fez com que ocorresse uma deterioração das contas públicas, pois o governo, para remeter para o exterior serviços da dívida, tinha que adquirir dólares privados, aumentando ainda mais a dívida interna resultando em aumento da dívida, agravamento das contas públicas e resultados medíocres da produção e do emprego. Uma outra questão relativa a este período foi o desgaste do Estado em relação a sua capacidade de intervir na economia e de orientar o crescimento econômico como no passado recente.

Para Mattoso & Pochmann (1998), apesar da gravidade da crise brasileira nos anos 80, com elevada estagnação e inflação, não houve um processo de desindustrialização ou de reestruturação industrial em larga escala, mantendo-se dessa forma a mesma estrutura produtiva industrial. O desempenho geral do mercado de trabalho foi favorecido pela preservação dessa estrutura, ou seja, se os empregos não cresceram, também não sofreram quedas abruptas, mantendo-se mais ou menos estagnados.

Outros fatores que contribuíram para a preservação dessa estrutura no período foi o crescimento mais lento da população residente nos centros urbanos e aumento do emprego no setor público, principalmente na administração pública.

“O mercado de trabalho neste período teve sua dinâmica vinculada sobretudo às flutuações do nível de atividade econômica industrial, bem como a expansão do postos de trabalho no setor público, em parte atendendo as exigências do processo de redemocratização e descentralização do gasto público (...). O desempenho geral do mercado de trabalho foi favorecido pela preservação da estrutura industrial, pelo crescimento mais lento da população residente nos centros urbanos e pelo aumento do emprego no setor público” (Mattoso & Pochmann, 1998:223).

X *emprego*

Cacciamali (1989) apresenta uma abordagem diferenciada de Mattoso & Pochmann (1998) quando argumenta que nos anos 80 a PEA (População Economicamente Ativa) cresceu adiante dos empregos. Como consequência deste fato, o mercado de trabalho revelou um aumento abrupto no desemprego aberto e na subutilização da força de trabalho, bem como decréscimo nas taxas de atividade econômica. Outro aspecto defendido por Cacciamali (1993) e que difere de Mattoso & Pochmann (1998) é que houve segundo a autora, no período de 1981 a 1989, um aumento em termos reais da renda média dos assalariados, proposição que, dentro destes aspectos, se diferencia dos dados mostrados nas tabelas 1.1 e 1.2.

A partir dos dados da tabela 1.1, pode-se verificar que não houve mudanças significativas na estrutura dos empregos no período entre 1981 a 1990. Houve sim, uma preservação dos trabalhadores com carteira assinada no que diz respeito à sua participação no mercado de trabalho. Em contrapartida, pode-se perceber que as ocupações vinculadas aos empregados sem carteira, conta própria e empregadores, também tiveram uma importante participação no mercado de trabalho. O ano de 1983 merece uma consideração particular, com uma queda na participação dos trabalhadores com carteira, e em contrapartida um aumento da participação dos empregados sem carteira. Considerando que este ano foi marcado por um período de crise, pode-se deduzir que houve uma queda dos empregos com carteira no período de crise, e em consequência, um aumento dos empregos sem carteira no mesmo ano, assim como uma importante participação dos empregados por conta própria.

Analisando a tabela 1.2, verifica-se que nos anos de 1983 e 1984, em que se acentuou a queda dos empregados com carteira, os rendimentos também caíram, diminuindo também para os empregados sem carteira, conta própria e empregadores. Este fato explica que mesmo tendo havido um aumento da participação do emprego em todas as ocupações (tabela 1.1), não houve um aumento similar dos rendimentos (tabela 1.2), e que principalmente nos anos de 1983 e 1984 estes rendimentos caíram em todas as ocupações. Nos anos de 1985 e 1986, que coincide com a fase de recuperação da economia e do plano cruzado, os rendimentos voltaram a crescer para todas as ocupações, caindo novamente nos anos de 1987 e 1988 (com exceção dos trabalhadores com carteira), que coincide com a fase de estagnação da economia. Estes rendimentos se elevaram em 1989 para todas as ocupações e caíram novamente em 1990, principalmente para os trabalhadores com carteira de trabalho. Daí, pode-se concluir que a renda real média no Brasil no período compreendido entre 1981 e 1990 passa por momentos de picos e flutuações constantes, acompanhando os movimentos cíclicos da economia entre crise, recuperação e estagnação. Conclui-se também que mesmo tendo havido uma preservação dos empregos neste período, as pessoas inseridas no mercado de trabalho tiveram um rebaixamento de seus rendimentos, principalmente nos períodos de crise da economia, rebaixamento dos rendimentos maior para os empregados com carteira que para as demais ocupações. Um outro ponto importante a ser notado é que a população economicamente ativa (PEA) cresceu em proporções mais elevadas quando comparada ao crescimento dos empregos no decorrer destes anos.

Tabela 1.1: Brasil (Regiões Metropolitanas) - PEA segundo a forma de inserção no Mercado de Trabalho (em milhões de indivíduos) e freqüência relativa (1981=100)

Ano	Total	Empregados com Carteira	Freqüência relativa (%)	Empregados sem carteira	Freqüência relativa (%)	Conta própria	Freqüência relativa (%)	Empregadores	Freqüência relativa (%)	Não Remunerados	Freqüência relativa (%)
1981	47,5 100	17 100	36	12,2 100	26	10,3 100	22	1,4 100	3	4,5 100	9
1982	49,9 105	17,3 101	35	12,9 106	26	11,1 108	22	1,6 114	3	4,9 109	10
1983	50,9 107	16,6 98	33	14,9 122	29	10,8 105	21	1,5 107	3	4,5 100	9
1984	52,4 110	17,6 104	34	14,4 118	27	11,7 114	22	1,6 114	3	4,8 107	9
1985	55,1 116	19,4 114	35	14,9 122	27	12,1 117	22	1,7 121	3	5 111	9
1986	58,8 124	21,2 125	36	15,5 127	26	12,7 123	22	1,9 136	3	4,2 93	7
1987	59,5 125	22,1 130	37	15,8 130	27	13 126	22	2 143	3	4,5 100	8
1988	61 128	22,8 134	37	16 131	26	13,5 131	22	2 143	3	4,5 100	7
1989	62,5 132	23,7 139	38	16,3 134	26	13,3 129	21	2,6 186	4	4,8 107	8
1990	64,5 136	23,6 139	37	16,5 135	26	14,1 137	22	2,9 207	4	5 111	8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD/IBGE In Fernandes (1995)

Tabela 1.2: Brasil - Evolução da Renda Real Média por Posição na ocupação (Índice 1981= 100)

Anos	Com Carteira	Sem Carteira	Conta própria	Empregador
1981	100	100	100	100
1982	102,52	106,96	95,32	102,09
1983	81,51	81,34	85,90	92,24
1984	79,21	83,07	84,46	91,24
1985	90,26	96,76	98,51	107,07
1986	109,31	138,75	153,75	166,11
1987	92,29	103,10	107,49	111,20
1988	96,10	98,00	98,52	106,70
1989	102,39	114,10	128,87	142,02
1990	81,07	109,92	100,15	101,52
Média 1981/82	101,26	103,45	97,66	101,04
Média 1983/84	80,36	82,20	85,18	91,74
Média 1985/86	99,78	117,75	128,20	136,59
Média 1987/90	92,96	106,28	108,77	130,36
Coefficiente de Variação	0,10	0,10	0,15	0,18

Fonte: PNAD/IBGE apud Urani A (1996)

Nota: A renda real média é calculada a partir da renda nominal (pela informação do IBGE), deflacionada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 1995. Para saber quantos salários reais, deflaciona-se os salários nominais pelo índice (base fixa = 100).

Cacciamali (1993) estima que aproximadamente metade dos ocupados no Brasil em 1989 mantinha algum grau de irregularidade do trabalho, perante a legislação laboral. Assim, pode-se dizer que a preservação dos empregos neste período foi, segundo a autora, devida em grande parte, ao crescimento das formas de irregularidade e subutilização da mão-de-obra.

Em relação aos rendimentos, Cacciamali contradiz as informações obtidas pelos dados, ao argumentar que não houve rebaixamento salarial para os trabalhadores nos anos 80, e sim um aumento da renda real média para os assalariados, sendo este aumento ainda maior para os contratados de forma irregular.

Os resultados para o período compreendido entre 1981 e 1989 mostram que a renda real média dos assalariados aumentou em termos reais. Aumentando bem mais para os contratados de forma irregular, do que aqueles com registro em carteira de trabalho. (Cacciamali, 1993:05)

Entretanto, o que se pode observar através dos dados das tabelas 1.1 e 1.2, é que durante toda a década houve baixas taxas de crescimento da economia e do emprego formal, iniciando em contrapartida um aumento dos trabalhadores por conta própria e assalariamento sem contrato de trabalho formalizado, além de ter ocorrido uma queda no nível de rendimentos, principalmente para os trabalhadores com carteira. Estes fatores em conjunto decorreram em uma deterioração da distribuição de renda e do mercado de trabalho urbano nesta década, contribuindo para uma grande heterogeneidade e crescimento das formas de ocupações precárias no mercado de trabalho brasileiro.

Para Sabóia (1991) a distribuição de renda em geral, e dos rendimentos do trabalho em particular, apresentou uma piora significativa ao longo da década. Este movimento se deu em duas etapas: a primeira em 1983, quando a crise econômica se aprofundou, e a segunda em 1988 a 1989, quando a inflação explodiu. A piora significativa da distribuição de rendimentos do trabalho no final da década de 80 é, para o autor, uma excelente ilustração dos danos causados pela aceleração inflacionária deste período.⁷

Outro aspecto importante em relação ao comportamento do mercado de trabalho na década de 80 é que este foi marcado por acentuadas flutuações no nível de atividade, estando o desemprego, neste período, vinculado basicamente, às oscilações da capacidade produtiva. Estas oscilações estão relacionadas aos períodos de crise, crescimento ou estagnação marcantes desta década, ou seja, o desemprego crescia com a retração das atividades produtivas como no período, entre 1981 a 1983, por exemplo, e voltava a baixar quando a economia voltava a crescer, como ocorreu entre 1984 a 1986, ou o emprego se estabilizava, como durante a estagnação, entre 1987 a 1989. No final da década, o desemprego era baixo e a deterioração das condições de trabalho pouco acentuadas. Muitos estudiosos do mercado de trabalho dividem esta década em basicamente três períodos:⁸

- 1981-1983 : grave crise econômica e social
- 1984-1986: parcial recuperação obtida principalmente pela política de geração de superávits.
- 1987-1989: período de estagnação

⁷ O leitor pode perceber que as considerações colocadas por Sabóia (1991) são muito similares aos resultados obtidos pelos dados das tabelas 1.1 e 1.2.

⁸ Este é o caso, por exemplo, da argumentação de Deddeca & Pacheco (1990); Guimarães (1990); Pires (1990); Baltar, Deddeca & Henrique (1996); Baltar (1998).

A partir da visualização destes períodos pode se verificar que foram basicamente a instabilidade e as flutuações cíclicas que marcaram esta década, não havendo neste período uma trajetória determinada de crescimento econômico.

Para Deddeca & Pacheco (1990), o primeiro período compreendido entre 1981-1983 foi caracterizado por quedas generalizadas e intensas dos níveis de atividade do emprego e da renda, agravado ainda mais pelo esgotamento do padrão de acumulação que marcou o crescimento econômico nos anos 70. Um outro aspecto que agravou ainda mais o quadro de crise neste período foi a política de ajustamento passivo através da piora de distribuição de renda e o caráter recessivo adotado no início da década. Já para Cacciamali (1989) houve no período de 1981 a 1983 uma queda no nível de atividade econômica, concentrada principalmente nas áreas urbanas além de uma desaceleração do crescimento da oferta de trabalho e do emprego com maior intensidade, quando comparado em relação à década anterior.

No segundo período 1984-1986, os níveis de ocupação total e urbana voltaram a crescer a taxas elevadas. Após a crise do início da década, associada principalmente aos desequilíbrios externos da economia, o país passou por três anos de crescimento, que terminaram em 1986. Houve, neste período, uma rearticulação da atividade econômica derivada do esforço exportador realizado numa conjuntura econômica internacional favorável. Assim, a diminuição dos níveis de capacidade ociosa proporcionada pelo setor externo, através do aumento das exportações, foi posteriormente acelerada pela recomposição do mercado interno, tendo este resultado implicado, em grande parte, na recuperação dos níveis de emprego neste período. Pode-se dizer que o bom desempenho das exportações decorrente principalmente da política de geração de superávits causou um impacto positivo sobre a demanda agregada e o crescimento da economia. Esta situação foi, em grande, parte favorecida pelos efeitos positivos do Plano Cruzado neste período⁹, causador de uma explosão do consumo em decorrência do aumento do salário real, da despoupança devido à queda das taxas de juros nominais, da diminuição do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Física na fonte, do consumo reprimido durante a recessão, da existência de preços defasados com medo do descongelamento, dentre outros fatores.

Apesar de a política de superávits, ter sido importante para a retomada do crescimento do nível de atividade econômica, a obtenção destes superávits comerciais foi

⁹ Para um melhor detalhamento sobre os efeitos do Plano Cruzado na economia, veja Vasconcelos et alii (1996)

conseguida através da estagnação da economia, aumento da inflação e deterioração das finanças públicas, que conduziram o país a uma situação próxima da ingovernabilidade (Mattoso & Baltar, 1997).

O terceiro período, correspondente aos anos de 1987 a 1989, refletiu a desarticulação daquela trajetória parcial de recuperação, o que resultou em quedas sucessivas do nível de atividade que, acompanhadas pelo recrudescimento do processo inflacionário, reverteram as evoluções favoráveis dos níveis de emprego e renda.

Neste período, houve uma estagnação dos mercados de trabalho urbanos, uma desaceleração da criação de novos empregos provocados principalmente pela clara reversão da trajetória do crescimento do emprego ocorrida no período anterior cujo principal fator foi a falência do plano cruzado e a conseqüente retomada da inflação.

Assim, pode-se dizer que assistiu-se nos anos 80 a uma deterioração das condições do mercado de trabalho urbano, associado ao baixo crescimento das atividades econômicas, tendo como conseqüência uma significativa precarização do mercado de trabalho.¹⁰

Houve também neste período uma deterioração da qualidade do trabalho gerado, assim como a ampliação do emprego sem contrato legal, piorando suas condições e rendimento. As modificações ocorridas nos anos 80¹¹ são sinais de interrupção de um processo de estruturação do mercado de trabalho até então predominante.

Segundo Baltar, Deddeca & Henrique (1992), a crise dos anos 80 reduziu os níveis de investimento público e privado, além de provocar um debilitamento da capacidade financeira do setor público, o que deprimiu o nível de atividade econômica, reforçada sistematicamente pela quebra da capacidade de gasto do setor público. Esvai-se assim, a capacidade da estrutura produtiva em criar novos empregos que tinha permitido equacionar nos anos 70, o problema ocupacional no meio urbano. Outro aspecto é que não ocorreu, nos anos 80, uma transformação significativa na estrutura produtiva no sentido de criar novos setores ou modernizar a estrutura já existente. Dessa forma, a estrutura produtiva neste período manteve-se basicamente preservada.¹²

Nas palavras de Baltar, Deddeca & Henrique (1992):

¹⁰ Para maiores conhecimentos sobre o assunto, veja Pacheco (1992).

¹¹ Veja também Baltar Deddeca & Henrique (1992).

¹² Amadeo et alii assume uma posição diferenciada de Baltar, Deddeca & Henrique (1992) ao dizer que a taxa de crescimento do PIB durante os anos 80 foi baixa, apesar do nível de emprego ter crescido ao longo da década. Houve neste período, uma grande capacidade de absorção da mão-de-obra do mercado de trabalho brasileiro. Para uma leitura mais aprofundada veja Amadeo et alii (1994).

(...) Se a crise dos anos 80 é uma ruptura do processo anterior de transformações estruturais rápidas e profundas, não ocorre nesses anos uma transformação significativa da estrutura produtiva no sentido de criar novos setores e modernizar a estrutura existente, como a introdução rápida e ampla de inovações técnicas e organizacionais. Assim, a probabilidade de haver transformações substanciais da estrutura ocupacional é, também por esse ângulo, bastante pequena (Baltar, Dedecca & Henrique, 1992:39).

Para Amadeo et alii (1994), o nível de desemprego nos anos 80 permaneceu baixo, tendo sido mais relevante no período recessivo (1981 a 1983), declinando em 1984 a 1986 e estagnando até o final da década.

As dificuldades econômicas e as acentuadas flutuações no nível de atividade nos anos 80 não parecem ter sido suficientes para tornar a criação de trabalho em um problema significativo durante esta década. (Amadeo et alii, 1994: 06).

Um outro ponto importante a ser ressaltado é que a crise dos anos 80 modificou a tendência anterior do assalariamento formalizado, que vinha ampliando os direitos trabalhistas e previdenciários no conjunto do mercado de trabalho urbano nos anos 70¹³.

Para Mattoso (1999), nos anos 80 apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano, dando início à deterioração das condições de trabalho, como à ampliação da informalidade, por exemplo. Porém, como nesse período foram preservadas as estruturas industrial e produtiva, o desemprego e a precarização ainda foram relativamente baixos e ambos estiveram vinculados sobretudo, às intensas oscilações da economia na década, e ao processo inflacionário. Assim, o desemprego e a precarização cresciam com a retração das atividades produtivas (1980-1983), voltavam a baixar quando a economia voltava a crescer (1984-1986), ou se estabilizavam como durante a estagnação (1987-1989). Ao final da década, o desemprego era baixo e pouco acentuada a deterioração das condições de trabalho.

¹³ Diferentemente dos anos 80, verifica-se que já nos três primeiros anos da década de 90, o volume de emprego representou um crescimento bastante inferior à média da década de 80. Outro aspecto é que o avanço do grau de informalização nos anos 80 foi relativamente pequeno, principalmente quando comparado aos anos 90. Assim, a informalização das relações de trabalho foi substancialmente maior na recessão dos anos 90 do que durante a recessão nos anos 80. Para uma leitura mais aprofundada sobre estes aspectos, veja Amadeo et alii (1994).

1.3 - Estrutura do Mercado de Trabalho e Emprego Formal no Brasil nos anos 90

1.3.1 - Uma visão geral sobre o emprego formal nos anos 90

A partir do início dos anos 90, o mercado de trabalho nacional já marcado por condições estruturais de intensa heterogeneidade¹⁴ (ampliado leque salarial, elevados níveis de rotatividade e baixos salários) deteriorou-se ainda mais com a elevação de um desemprego resultante de importantes alterações da estrutura produtiva, baixa dinâmica de geração de empregos formais e crescente precarização das condições e relações de trabalho. Os empregos neste período não acompanharam o aumento da população economicamente ativa, agravando-se ainda mais o problema da falta de empregos. Este agravamento do problema do emprego ao longo da década se deu, principalmente, pela perda de capacidade de crescimento da economia brasileira, manifestada na crescente dificuldade de sustentar o ritmo de atividade devido ao declínio da taxa de investimento e da desintegração de diversas cadeias de produção, provocada pela explosão das importações. Com a desintegração das cadeias produtivas, o mercado de trabalho perdeu em muito a capacidade de gerar emprego e valor agregado (Mattoso & Baltar, 1997).

Houve, assim, neste período um agravamento dos problemas do emprego no Brasil. A geração de empregos sofreu as conseqüências desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenham colocado no lugar outras capazes de substituí-las (Mattoso, 1999). É bom lembrar também que este período se inicia após uma década de 80, marcada pelo fraco desempenho econômico, pela estagnação econômica, por altas taxas inflacionárias, por reduzido grau de abertura comercial e por flutuações no nível de atividade econômica, fatores que, com certeza, repercutiram negativamente sobre o mercado de trabalho nos anos 90.

Para Baltar (1996), os primeiros anos da década (1990 a 1992) foram marcados por um quadro recessivo, tendo como ponto de partida uma economia já estagnada nos anos 80. Entre 1992 a 1995 houve uma recuperação da produção, não implicando em retomada das atividades econômicas, principalmente através da criação de postos de trabalho, como

¹⁴ O mercado de trabalho brasileiro por sua natureza é historicamente heterogêneo e desigual, além de altamente flexível. Estes condicionantes acentuam os atuais problemas do desemprego no país principalmente em relação à precarização e às condições e relações de trabalho. Para maiores detalhes, veja Mattoso & Baltar, 1997; Mattoso, 1996).

ocorreu nos anos 80. De 1995 em diante, a economia deixou de crescer ainda mais, ameaçando entrar em recessão. Foi principalmente neste período, a partir de 1995, após ter havido um parcial crescimento com o Plano Real (em meados de 1994), que a redução da geração de postos de trabalho formais foi mais acentuada.

Plano Real + informalidade (Plano Real com efeitos no desemprego)

No primeiro governo FHC, não apenas o desemprego alcançou um recorde histórico, como o emprego formal contraiu-se mesmo quando a economia cresceu, o que fez com que ocorresse uma ampliação da informalidade e da precarização das condições e relações de trabalho (Mattoso, 1999:116).

É importante ficar claro que o Plano Real teve inicialmente como diretriz, o fato de ser um plano voltado para o aumento das importações buscando uma maior competitividade, em conjunto com adoção de políticas de cunho neoliberal, e que reforçam o papel dos mercados em detrimento da ausência de políticas sociais e de crescimento produtivo; além da diminuição do papel ativo do Estado na economia. E foram estas diretrizes que proporcionaram o sucesso inicial do plano.

Para Mattoso & Pochmann (1998), com o abandono do papel ativo e regulador desenvolvido pela ação estatal e o predomínio do processo passivo de inserção na economia internacional,¹⁵ passam a configurar novos perfis produtivo e distributivo na década, fundamentados em uma maior especialização econômica, ditada exclusivamente pelo mercado. Este processo passivo esteve associado à política econômica promovida pelo governo Collor nos primeiros anos da década com uma abertura comercial indiscriminada, com desregulamentação dos mercados e da concorrência, com ausência de uma política capaz de orientar a reestruturação industrial, com sobrevalorização cambial e com elevadas taxas de juros. Todos estes aspectos, em seu conjunto, provocaram mudanças na estrutura produtiva nacional e um encolhimento na geração de oportunidades ocupacionais. Mattoso & Baltar (1997).

“A abertura indiscriminada da economia brasileira num quadro mundial desfavorável, agravado pela valorização artificial da moeda nacional, por meio de taxas de juros muito maiores que as praticadas em nível internacional, provocou uma forte queda do emprego formal em um país, como o Brasil, que

¹⁵ Para visualizar os resultados da inserção passiva do Brasil na economia internacional e nas demais políticas adotadas em 90, veja Mattoso 1996, 1995.

tem um mercado de trabalho muito heterogêneo e desigual¹⁶". (Mattoso & Baltar 1997:296).

E ainda,

A política econômica, baseada no tripé: abertura econômica e financeira indiscriminada, sobrevalorização do Real, elevados juros, tiveram por consequência uma profunda desestruturação produtiva e do mercado de trabalho, além de ampliados desequilíbrios das contas públicas, contas externas e do desmonte do Estado. (Mattoso:1999: 115- 6).

Para Mattoso (1999), as consequências destas políticas aliadas à abertura comercial indiscriminada foram um crescimento econômico irrelevante e uma profunda desestruturação produtiva, além da ampliação dos desequilíbrios das contas externas e um veloz desmantelamento do Estado, ocorrido principalmente através do processo de privatizações, sonegações, guerras fiscais e sucessivos cortes de gastos e despesas públicas. Este baixo crescimento do período ocasionou, em contrapartida, uma dificuldade para preservação dos empregos formais, e ao mesmo tempo criou formas precárias de inserção no mercado de trabalho.

"O baixo crescimento, somado à dinâmica comercial brasileira, afetaram de forma negativa os empregos formais, expandindo em contrapartida de maneira inusitada, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho". (Mattoso, 1999: 30)

Para Cacciamali (1995), houve nos anos 90, uma perda da qualidade do emprego, perda dos vínculos institucionais e dos direitos trabalhistas, baixos níveis e má distribuição de renda, um emprego urbano heterogêneo e um aumento substancial da produtividade, o que porém, não implicou na geração de mais empregos. De forma geral, a principal característica do mercado de trabalho nos anos 90 foi a geração de empregos insuficientes

¹⁶ O Mercado de trabalho brasileiro é caracterizado como heterogêneo e desigual desde a sua formação, entre os anos 30 e 40. Verificou-se desde o pós guerra até a década de 70, uma ampliação de crescimento de emprego, no ritmo da expansão da população ativa urbana. Porém, este intenso crescimento da economia nacional não foi suficiente para permitir que a maioria dos trabalhadores pudesse usufruir de aumentos substanciais de poder de compra dos salários, mesmo quando tiveram acesso às ocupações de elevado nível de produtividade. Houve uma acentuada concentração de renda, além da tendência à ampliação da pobreza. Estes aspectos são em grande parte decorrentes segundo Mattoso (1999), da ação do Estado Brasileiro, que nunca se propôs seriamente a favorecer as condições para que o progresso do país se orientasse na direção da satisfação das necessidades básicas do conjunto da população.

para absorver a população economicamente ativa.¹⁷ Em relação a este aspecto, pode-se dizer que a população residente urbana cresceu além das oportunidades de emprego, ao contrário do que ocorreu nos anos 80, em que o crescimento da população foi relativamente lento. Por outro lado, pode-se perceber que está ocorrendo nos anos 90, um aumento da participação dos trabalhadores sem carteira de trabalho e por conta própria, além do aumento da participação dos empregadores¹⁸. A comprovação empírica desta realidade pode ser visualizada pelos dados da tabela 1.3 a seguir.¹⁹

Tabela 1.3: Brasil (Regiões Metropolitanas) Composição do desemprego por Posição na Ocupação, 1991 a 1999 (%)

(Comparação 1991-1999)

Ano	Com Carteira	Sem Carteira	Conta Própria	Empregador	Ignorado
1991	53,71	20,81	20,10	4,43	0,95
1992	51,54	22,16	20,94	4,35	1,02
1993	50,76	22,99	20,94	4,34	0,96
1994	49,35	23,68	21,73	4,21	1,04
1995	48,47	24,09	21,95	4,48	1,01
1996	46,72	24,79	22,78	4,61	1,10
1997	46,41	24,82	23,26	4,51	1,00
1998	45,87	25,43	23,16	4,54	1,00
1999	44,53	26,39	23,53	4,56	0,99

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados PME/IBGE apud IPEA (2000).

Pode-se verificar, pelos dados acima, que está ocorrendo uma queda na participação dos trabalhadores com carteira assinada e um aumento na participação nas demais ocupações, tais como: ocupações sem carteira, por conta própria e empregadores. Pela comparação dos dados da tabela 1.3 (referente aos anos 90) com os da 1.1 (referente aos anos 80), verifica-se uma mudança na natureza das ocupações nas duas décadas. Se nos anos 80 houve uma certa preservação das ocupações principalmente para os trabalhadores com carteira assinada, nos anos 90 esta situação é revertida, pois se verifica que a partir dos dados da tabela 1.3 houve uma queda maior para os trabalhadores com carteira e que

¹⁷ Diferentemente da década de 80, onde segundo a autora, a PEA cresceu além da geração de empregos. Neste sentido, o problema de geração de empregos passa por um excesso de demanda por trabalho, sem uma correspondente oferta do emprego.

¹⁸ Estes dados seguem uma tendência diferente quando comparados com os dados sobre os anos 80 (item anterior). Nos anos 90, verifica-se uma relevância maior da queda dos empregos com carteira, e crescimento as ocupações dos trabalhadores sem carteira e por conta própria quando comparado aos anos 80.

¹⁹ É bom lembrar que a partir do plano Real a situação refletida pelos dados sofreu um impacto ainda maior no que diz respeito ao crescimento dos empregos irregulares, e à queda dos regulares. Para uma melhor abrangência sobre os dados para o Brasil neste período, atente o leitor para a leitura do capítulo 02.

esta queda se torna maior nos anos mais recentes. Este fato expressa a perda que os empregos formais vêm sofrendo no mercado de trabalho e o aumento da participação das ocupações não assalariadas, no mercado de trabalho. Este crescimento das ocupações não assalariadas é bem maior nos anos 90 que nos anos 80. Verifica-se também que os empregadores vêm ocupando posição importante nos anos 90 em relação à participação no mercado de trabalho.

Em relação à participação dos rendimentos nos anos 90 (tabela 2.8), verifica-se que os trabalhadores sem carteira, por conta própria e empregadores estão auferindo ganhos mais elevados que os trabalhadores com carteira, de forma ainda mais acentuada que nos anos 80 (tabela 1.2). Um detalhe interessante verificado nos anos 90, é relacionado ao fato de que a partir de 1999 começa a haver uma queda nos rendimentos para todas as ocupações e apenas os trabalhadores sem carteira não sofreram quedas importantes em sua participação. Outro aspecto é que, apesar de os ganhos no rendimento terem melhorado um pouco para os trabalhadores com carteira nos anos 90, esta melhora esteve associada com uma queda significativa destas ocupações na participação no emprego.

Através dos dados da tabela 1.4 a seguir, pode-se perceber em que setores da economia a natureza do emprego vem alterando de forma mais ou menos significativa.

Tabela 1.4: Brasil - Evolução do Emprego Formal 1990 a 1996 (1989 = 100)

Anos	Total	Ind. de Transformação	Construção Civil.	Comércio	Finanças	Imóveis, serv. técnicos e apoio a ativ. econômica	Transporte e comunicação	Alojamento, alimentação, reparação pessoal e diversos.	Saúde	Educação	Administração Pública
1989	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1990	99,7	97,8	97,0	101,8	96,9	98,9	100,6	102,2	102,2	106,3	100,2
1991	96,1	91,3	91,0	97,6	89,1	95,3	98,4	102,7	104,2	110,4	100,4
1992	93,5	86,5	90,3	93,1	85,0	93,4	97,0	102,1	105,2	110,9	101,1
1993	93,1	85,8	86,3	93,9	83,1	92,1	96,4	103,4	108,3	112,3	100,6
1994	93,7	85,8	85,2	95,5	80,8	92,7	95,3	106,4	111,0	115,3	100,5
1995	93,9	85,8	82,7	96,8	74,7	92,0	95,7	109,3	113,0	118,8	100,4
1996	93,8	84,9	83,1	97,0	68,9	91,7	94,8	111,2	115,1	125,7	101,1

Fonte: Ministério do Trabalho, Lei nº 4.923. Nesta fonte de informação a administração pública não inclui o emprego em saúde e educação, que são reunidos aos do setor privado nos itens respectivos. apud Mattoso & Baltar (1997).

Pelos dados da tabela 1.4, constata-se que as maiores quedas na participação do emprego formal se encontram na indústria de transformação, (que declina de um patamar de 97,8% em 1990 para 84,9% em 1996); na construção civil (97% em 1990 para 83,1% em 1996), finanças, (96,9% em 1990 para 68,9% em 1996). A maior queda na atividade de finanças pode estar associada principalmente ao processo da desregulamentação dos mercados financeiros, assim como à privatização de redes bancárias ocorridas neste período. A queda na construção civil e indústria de transformação deve-se em grande parte à diminuição dos investimentos produtivos por parte das empresas.

Os empregos em transportes e comunicações, imóveis, e serviços técnicos, apoio à atividade econômica caíram em proporções menores quando comparados aos empregos na indústria de transformação, construção civil e finanças. A administração pública manteve uma participação estável no decorrer dos anos não sofrendo grandes mudanças. Em contrapartida, os setores ligados aos serviços como: alojamento, alimentação reparação pessoal e serviço, saúde e educação vêm crescendo no decorrer dos anos, o que explica a

tendência de que as principais gerações de emprego estão ocorrendo nos setores relacionados aos serviços enquanto a participação na indústria e construção civil vem caindo. Este aspecto está relacionado com a natureza das ocupações que têm aumentado principalmente nos trabalhadores sem carteira e por conta própria e estes, por sua vez, concentram-se principalmente no setor de serviços. A queda nas ocupações com carteira pode ser decorrente principalmente da queda dos empregos formais na indústria de transformação e construção civil, setores que, por sua natureza, concentram a maior parte dos empregos registrados. A queda da participação destes setores no tocante aos empregos nos anos 90 alterou a própria estrutura ocupacional neste período.

Como a indústria de transformação se destaca pela elevada participação dos empregados com carteira de trabalho, sua perda de capacidade de geração de empregos na década de 90, foi importante para detectar uma profunda modificação no perfil ocupacional do emprego (Baltar, 1996:p.101)

Para Mattoso (1996), a indústria de transformação foi a mais atingida pela política adotada nos anos 90, que conjugou abertura comercial, valorização da moeda nacional (no período pós plano Real, nos anos de 1995 e 1996), além da restrição ao ritmo de atividade, dificultando a expansão da produção e a geração de empregos formais. Um agravante da abertura comercial foi decorrente do fato de este processo não ter sido acompanhado de uma política industrial adequada, que acabou repercutindo negativamente sobre a capacidade de incentivo aos investimentos, principalmente os produtivos.²⁰

A queda relevante do emprego formal e os altos traços de precariedade do mercado de trabalho no Brasil na década de 90 estão inseridos também em questões vinculadas à flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, assim como a questões associadas à qualificação dos trabalhadores, assuntos que serão estudados nos tópicos a seguir.

²⁰ Para um maior detalhamento sobre este assunto veja Mattoso (1995).

1.3.2- O Emprego Formal brasileiro no contexto da Flexibilização e Desregulamentação do trabalho

No Brasil, o contexto do debate sobre a flexibilização foi muito distinto da situação na Europa²¹. Para Baltar & Proni (1996), o debate no país se iniciou nos anos 90 a partir da instauração do processo de abertura comercial à competição internacional, ocasionando a discussão da necessidade de flexibilização do uso da mão-de-obra para um melhor ajustamento das empresas para fazer frente a esta concorrência. Para alguns autores este discurso está associado a uma suposta rigidez do mercado de trabalho brasileiro e do excesso de regulamentação²². Assim, a flexibilização do trabalho torna-se necessária no sentido da eliminação dos direitos legais extensivos à todos os trabalhadores com a finalidade de tornar mais baixo o custo da mão-de-obra e melhorar a competitividade da indústria nacional (Pastore, 1994). Esta eliminação dos direitos do trabalho está associada também ao processo de desregulamentação. Para Siqueira Neto (1996 e 1997), a desregulamentação dos direitos trabalhistas é o processo por que os mesmos são derogados, perdendo a sua regulamentação. Trata-se de um tipo de flexibilização promovida pela legislação. Nesse sentido, o conceito de flexibilização está intimamente ligado ao da desregulamentação²³. Para Jatobá & Everaldo (1993), a desregulamentação é determinante da flexibilização, ou seja, uma maior desregulamentação no sentido de menor intervenção do Estado por intermédio de normas legais e instituições, proporciona uma maior flexibilização do mercado de trabalho.

²¹ Para Antunes (1999), a flexibilização da produção e do trabalho surgiu na Europa num contexto de pressão da concorrência internacional, em que sua economia passava por uma fase de crescimento sustentado entre 1950 e 1960, com manutenção do pleno emprego, com moderados aumentos de preços e com aumentos salariais acompanhando a elevação da produtividade. A partir de 1970, esta situação deu lugar a uma pronunciada instabilidade econômica com estagnação, com altas taxas de inflação e desemprego. Esta mudança na economia Européia, foi interpretada como indicativa de um esgotamento de um padrão rígido de produção, o taylorismo/fordismo para um modelo considerado mais flexível em relação à sua base produtiva o toyotismo. Para um aprofundamento sobre este assunto, assim como as repercussões no mundo do trabalho, veja Antunes (1999); Mattoso (1995).

²² Este argumento é defendido principalmente por Pastore, para quem o excesso de regulamentação e a inflexibilidade da legislação têm funcionado como inibidores da geração de empregos formais (Pastore, 1998:11).

²³ Para esta leitura, veja Siqueira Neto (1997 e 1996).

Portanto, alguns autores sustentam uma proposição contrária à necessidade da flexibilização e da desregulamentação do trabalho²⁴, argumentando sobre a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, dadas das suas características, o que não tem causado melhoria para a geração de empregos; pelo contrário, tem contribuído para a presença de altas taxas de rotatividade e precariedade do mercado de trabalho. Para Bresciani, (1997), os principais traços de alta flexibilidade no Brasil são os seguintes:

- o trabalho sem contrato registrado;
- o crescimento das contratações atípicas (por tempo parcial e determinado);
- altas taxas de rotatividade;
- liberdade empresarial para demissão;
- possibilidade de recurso quase compulsório a horas extras e férias coletivas;
- atribuições indefinidas e parâmetros do processo de trabalho não regulamentados (tempos, volumes etc.);
- mobilidade dos trabalhadores a critério das empresas; e
- capacidade de promover trabalho polivalente²⁵, seja “incitado” a tal (pressão do desemprego, perspectiva do avanço profissional) ou “naturalmente” (quebra-galho, o jeitinho).

Para Baltar & Proni (1995 e 1996), as relações de trabalho no Brasil destacam-se em particular pela elevada rotatividade da mão-de-obra e um pequeno quadro de pessoal permanente ou estável na empresa. A contratação coletiva do trabalho nunca se desenvolveu e os direitos de trabalhador garantidos por lei não acarretam alto custo do trabalho, nem impedem uma utilização flexível da mão-de-obra pelas empresas.

Já para Santos & Pochmann (1996), o discurso sobre a redução do custo da mão-de-obra e eliminação de encargos sociais associados à flexibilização não estão assentados em bases adequadas:

Propostas de redução do custo da mão de obra- como têm sido apresentadas no Brasil por muitos que partilham da visão de competitividade custo (ou preço) e das idéias liberalizantes- assentadas na eliminação de encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento das empresas, deveriam também apontar alternativas de financiamento de seguridade social. Pois caso contrário, além de não serem alcançadas melhorias efetivas nas condições de competitividade

²⁴ Entre os autores que defendem que o mercado de trabalho brasileiro tem como característica ser flexível, se inserem: Santos & Pochmann (1996), Baltar & Proni (1995,1996); Mattoso (1995,1996 e1999), Quadros (1996), Bresciani (1997), entre outros.

²⁵ Trata-se da capacidade do trabalhador de exercer várias funções dentro de um mesmo processo produtivo.

internacional do país caminhar-se-ia para uma completa desarticulação do financiamento da seguridade social e para um aprofundamento do gravíssimo quadro da crise social (Santos & Pochmann, 1996:p. 205).

É bom lembrar que estas alternativas envolvem uma participação ativa do Estado, e o discurso favorável à abertura comercial e à necessidade da flexibilização tem como premissa justamente o contrário, ou seja, a redução do papel do Estado na economia, estabelecendo a hegemonia dos mercados para estimular a inserção da economia brasileira nos mercados internacionais considerando os novos padrões competitivos.

Camargo (1994), por sua vez, argumenta que a flexibilidade pode ser usada para caracterizar tanto o trabalhador como o mercado de trabalho. Quanto ao trabalhador, a flexibilidade está relacionada com a capacidade de o mesmo realizar tarefas diferentes a partir da implementação de novos processos produtivos. Quanto ao mercado de trabalho, a flexibilidade está associada à articulação dos agentes econômicos num contexto institucional: regras, convenções e instituições, específicos de cada país. Neste aspecto, o termo flexibilidade/flexibilização pode ser dividido em duas formas: flexibilidade numérica e flexibilidade funcional. A flexibilidade numérica ou quantitativa implica no enxugamento do quadro de pessoal das empresas, consequência da focalização de suas atividades, principalmente pelo recurso à subcontratação e pela facilidade para admitir e demitir por parte dos empresários. Este aspecto reforça o aumento da precarização e rotatividade do mercado de trabalho no país. Já a flexibilidade funcional,²⁶ que ocorre no interior do processo produtivo, passa pela exigência de um trabalhador polivalente, ou seja, aquele capaz de desempenhar diversos tipos de atividades dentro do processo produtivo, repercutindo em novas formas de organizar a produção. A este segundo tipo de flexibilidade está associada a necessidade de qualificação do trabalhador, ainda que a exigência de maior qualificação não requeira necessariamente manutenção da empregabilidade do trabalhador, ou seja, capacidade da mão-de-obra de manter-se empregada ou de encontrar novo emprego quando demitida (Leite, 1997).

Um outro aspecto importante sobre a flexibilização vem do fato de que sendo a produção flexível, também o trabalho deveria sê-lo. Dessa forma, a flexibilização está

²⁶ Entre os defensores desta flexibilidade funcional incluem-se Amadeo et alii, (1994) que propõem a promoção da estabilização dos vínculos de emprego visando ao desenvolvimento deste tipo de flexibilidade, o que supostamente ajudaria a elevar a produtividade do trabalho e a aumentar a competitividade brasileira.

Flexibilidade
numérica
e
funcional

diretamente vinculada à reestruturação produtiva e ao modelo toyotista de organização de produção. O termo é freqüentemente utilizado também para indicar que as novas tecnologias possibilitam a produção de diferentes modelos ou tipos de produtos com os mesmos equipamentos (Sandroni,1994). Outra questão inerente à flexibilização do mercado de trabalho é que, a partir da mesma, passa-se a exigir mercados mais competitivos para fazer frente à concorrência inter capitalista. Esta flexibilidade está associada aos processos de trabalho, ao mercado de trabalho, aos produtos, dos padrões de consumo, respondendo às crescentes demandas de customização, ditadas por consumidores cada vez mais singulares e exigentes (Filho,1997). Entretanto, a partir de 1990, justamente no período em que se buscou principalmente uma maior competitividade, perceberam-se dificuldades para a manutenção dos postos de trabalho no mercado de trabalho. Para enfatizar essas particularidades, Carleal (1997) faz a seguinte argumentação:

Os movimentos de globalização e reestruturação produtiva em curso na economia brasileira reduzem postos de trabalho, desempregam trabalhadores do núcleo organizado da economia os transformam em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário e inativos. (Carleal,1997:27).

E ainda sobre esta questão :

A abertura comercial em meio à crise econômica do início dos anos 90 expôs as firmas brasileiras a novos padrões de competitividade, com pressões sobre custos e qualidade, que afetaram suas estratégias competitivas, políticas de investimento e modalidades de gestão de negócio. Seus resultados foram imediatos e tiveram efeitos avassaladores seja sobre as políticas de efetivos (com sucessivas ondas de demissões e sub- contratações), seja sobre as relações de trabalho e as práticas de negociação das intensas mudanças organizacionais (Castro,1997:06).

Sob este aspecto, percebe-se que a maioria das empresas passa por um processo de reestruturação em sua base produtiva, principalmente no tocante à exigência por maior qualificação da mão-de-obra para se inserir nos parâmetros de competitividade exigidos piorando, assim, as condições de permanência nos empregos, uma vez que com a reestruturação passa a haver também um enxugamento do quadro de pessoal,

principalmente com o objetivo de reduzir custos. Estes aspectos envolvendo a permanência ou não de pessoal dentro das empresas, dadas as modificações ocorridas no âmbito produtivo, são facilitados pelo fato de que as empresas brasileiras têm enorme flexibilidade para ajustarem a magnitude do quadro de funcionários ao ritmo da produção e venda de produtos, ou seja, possuem uma grande facilidade para admitir e demitir, uma vez que o trabalhador brasileiro conta com poucos meios de proteção garantidos pela legislação. Este fato dá ao mercado de trabalho um caráter de alta rotatividade. O elevado nível de rotatividade da força de trabalho é visto como resultado do conjunto de instituições que induzem empregadores e empregados a romperem com freqüência o contrato de trabalho, o que provoca uma relação contratual muito flexível no país. Além da alta rotatividade do mercado de trabalho, predominam no Brasil outras características como:

- 1) instabilidade dos vínculos de emprego com pequeno quadro de pessoal estável ou permanente na empresa;
- 2) ausência de uma regulação coletiva, notabilizando o livre arbítrio dos empregadores no uso e remuneração da mão-de-obra; e
- 3) baixo nível e acentuada diferenciação na estrutura de salários.

Em relação ao primeiro ponto, ou seja, à instabilidade dos vínculos de emprego com pequeno quadro de pessoal estável ou permanente na empresa, pode-se dizer que este fato está associado com a elevada freqüência com que muitas pessoas permanentemente trocam de emprego; fato favorecido principalmente pelo processo de terceirização de serviços, objetivando entre outros aspectos, a redução de custos. Neste âmbito, as empresas passam a dispor de um núcleo relativamente pequeno de empregados estáveis, contratando os demais em momento de alto crescimento produtivo ou os demitindo quando as vendas diminuem. A facilidade para dispensa e contratação dos trabalhadores não só permite a freqüente substituição dos empregados em diversos postos de trabalho, como uma contínua adaptação do tamanho do quadro de pessoal dos estabelecimentos ao ritmo da atividade econômica (Baltar & Proni, 1996).

Em relação ao segundo ponto, a ausência de uma regulação coletiva notabilizando o livre arbítrio dos empregadores no uso e remuneração da mão-de-obra, é importante colocar que essa questão está associada à facilidade para contratar e demitir, aspectos inerentes ao mercado de trabalho brasileiro, provocando uma relação contratual muito flexível no interior deste mercado. Outro aspecto se refere ao fato de que este tipo de

relação contratual nas relações trabalhistas impede a acumulação de tempo de serviço dos trabalhadores, encarecendo a mão-de-obra e dificultando a sua posterior dispensa.

(...) A facilidade de dispensa permite à empresa evitar os gastos com uma seleção criteriosa previamente à contratação. Os admitidos têm seu desempenho observado ao longo do período de experiência. Além disso, a empresa também utiliza-se da facilidade para contratar e dispensar para reciclar postos de trabalho onde não é importante uma acumulação de conhecimentos ou habilidades específicos. Por fim, ela procura evitar o aumento do passivo trabalhista (que ocorreria com a crescente dificuldade de demitir os trabalhadores caso aumentasse o seu tempo de serviço na firma), desde que isto não comprometa o desempenho operacional da empresa. (Baltar & Proni, 1996:120)

Esta mudança estrutural faz com que um dado nível de demanda acarrete menor volume de empregos, mantendo uma composição onde predominem os empregos de má qualidade e baixa remuneração, ligada diretamente à distribuição dos salários no processo produtivo, aspecto que está associado ao terceiro ponto, o baixo nível e acentuada diferenciação na estrutura de salários, além do baixo nível de especialização dos trabalhadores. Pode-se dizer que o aumento da remuneração dos salários, no Brasil dependeria muito do tempo de serviço acumulado, o que nem sempre ocorre, sobretudo devido à alta incidência de rotatividade dos trabalhadores. Um outro aspecto presente no Brasil é que a rotatividade da mão-de-obra e a flutuação sazonal do emprego são fenômenos bem mais frequentes entre os empregados com baixa escolaridade, realidade que será mostrada com mais clareza nos dados abaixo:

Tabela 1.5: Brasil - Distribuição dos empregados pelo tempo de serviço (em meses) segundo o grau de instrução – 1998

	ATE 2,9	3,0 A 5,9	6,0 A 11,9	12,0 A 23,9	24,0 A 35,9	36,0 A 59,9	60,0 A 119,9	120 OU MAIS	IGN.	Total
ANALFABETO	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,3%	0,4%	0,6%	0,0%	2,4%
4.SER INCOMP	0,7%	0,7%	1,0%	1,2%	0,8%	1,0%	1,2%	1,7%	0,0%	8,4%
4.SER COMP	1,0%	1,0%	1,6%	2,0%	1,3%	1,7%	1,9%	2,2%	0,0%	12,6%
8.SER INCOMP	1,4%	1,3%	2,1%	2,7%	1,7%	2,1%	1,9%	1,6%	0,0%	14,6%
8.SER COMP	1,5%	1,5%	2,4%	3,0%	1,8%	2,2%	2,3%	2,7%	0,0%	17,4%
2.GR INCOMP	0,8%	0,8%	1,2%	1,5%	0,8%	1,0%	0,9%	0,9%	0,0%	8,0%
2.GR COMP	1,5%	1,5%	2,6%	3,1%	1,9%	2,6%	3,2%	4,8%	0,0%	21,2%
SUP. INCOMP	0,2%	0,2%	0,4%	0,5%	0,3%	0,4%	0,5%	0,7%	0,0%	3,3%
SUP. COMP	0,3%	0,5%	1,1%	1,2%	0,8%	1,4%	2,1%	4,5%	0,0%	12,0%
IGNORADO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Total	7,6%	7,7%	12,7%	15,5%	9,6%	12,7%	14,4%	19,7%	0,1%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTb

Pelos dados da tabela 1.5, podemos verificar que existe uma grande concentração do emprego no setor formal brasileiro nos níveis onde a escolaridade é mais baixa. O percentual do emprego até 8ª série completa, ocupava em 1998 um percentual de 55,4% da população empregada. Apesar de predominar o grau de instrução relacionado ao 2º grau completo (21,2%).

O tempo de serviço predominante está situado acima de 05 anos (34,1%), apesar do tempo entre 06 meses a 05 anos abranger mais da metade da população empregada no Brasil (50,5%). Pode-se dizer assim, que a maioria da população empregada no setor formal do Brasil, se concentra nos segmentos onde a escolaridade e o tempo de serviços são ainda baixos.

Algumas especificidades sobre a escolaridade e sua participação no emprego serão alvo de discussão no próximo tópico.

1.3.3 - A qualificação da mão-de-obra e emprego formal no Brasil

A qualificação da mão-de-obra está associada aos requerimentos de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de um determinado trabalho, observado em termos empíricos, pelo tempo de aprendizagem necessário ao desempenho do trabalho.²⁷ As oportunidades ocupacionais vêm exigindo perfis de qualificação para os quais a

²⁷ Para uma leitura mais detalhada sobre este assunto, veja Leite & Posthuma (1996)

responsabilidade da escola é cada vez mais proeminente. Assim, as mudanças nas formas de produzir, que acompanham e promovem as inovações tecnológicas, principalmente aquelas relacionadas à difusão da microeletrônica, têm levado a uma maior preocupação atual com a educação. Estas novas formas de produzir e de organizar a produção determinam grandes alterações sobre as formas de emprego e os requerimentos de qualificação exigidos (Salm, C, 1998).

Segundo Camargo (1994):

Flexibilidade
Formação
As inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e organização da produção requerem um maior envolvimento de trabalhador, que deve ser flexível no sentido de ser capaz de solucionar, de forma criativa, os problemas que possam surgir na linha de produção, bem como o de executar funções diferenciadas no chão de fábrica (Camargo:1994:12)

Outro aspecto é que a difusão da microeletrônica e as inovações tecnológicas estão associadas com a mudança de um modelo baseado no uso intensivo de mão-de-obra semi-qualificada, o Taylorismo-Fordismo, para outro modelo baseado no trabalho qualificado, polivalente e cooperativo, o Toyotismo. Este quadro, aliado a internacionalização da economia, passa pela exigência de mercados mais competitivos. Dessa forma passa-se a exigir um trabalhador que esteja apto a interagir de forma mais intensa no processo produtivo e a utilização de equipamentos de base microeletrônica, adoção de sistemas computadorizados de controle de qualidade e de outras medidas destinadas ao aumento da produtividade passam a exigir, além da formação técnica específica, a educação básica (Camargo, J. M, 1994). De acordo com Salm (1997):

A internacionalização da economia pressupõe a adoção de novas tecnologias na produção e na organização do trabalho que lançando mão dos avanços da microeletrônica, determinam novos perfis ocupacionais para os quais a escolaridade básica completa e de qualidade aparece como uma condição necessária(...) Independentemente da base técnica anterior, para a qual a qualificação do trabalhador é possível independentemente de sua trajetória escolar, agora, é a escola de educação geral que através das habilidades intelectuais e do domínio dos conhecimentos científicos básicos, criará a base sobre a qual se fará posteriormente a qualificação profissional. (Salm, 1997: 15 e 16)

Sistema Educ. - Brasil (1980-1990) - Camargo

Dentro do que foi colocado, pode-se constatar que o sistema educacional vigente no país ocupa uma dimensão relevante. Se, de certa forma, este sistema estiver ultrapassado, ter-se-á mais dificuldade para a transição para o emprego baseado no conhecimento. Além da importância do sistema educacional, ganham também importância os investimentos aplicados pelas empresas no desenvolvimento dos recursos humanos e no treinamento dos empregados, objetivando um aumento da produtividade. Levando em conta os altos custos implicados por estes investimentos, os empresários aplicam-nos com a perspectiva de uma permanência do trabalhador a longo prazo na firma, o que nem sempre ocorre (Camargo, 1994).

No caso específico do Brasil, este fato é problemático à medida que se verifica no país uma facilidade muito grande para admitir e demitir, ou seja, a presença de altas taxas de rotatividade. Este fato acaba por incorrer em desestímulos por parte das empresas em aumentar os investimentos em treinamento e qualificação do trabalhador, principalmente pelo pouco tempo de permanência do trabalhador no emprego.

Para Salm, (1998), no taylorismo-fordismo havia uma certa resistência dos empresários ao maior investimento em educação à medida em que se promovia uma divisão do trabalho anacrônica e, por isso, pouco exigente da necessidade de maior escolaridade para a maioria dos trabalhadores. Exigiam-se, no máximo, habilidades específicas. Este fato tornou bastante difícil a readaptação dos trabalhadores às mudanças atuais nas técnicas de automação e de organização advindas com o toyotismo, principalmente nos países onde existiam grandes deficiências na educação básica. Entretanto, a maior exposição das economias à concorrência internacional implicou novas exigências em relação ao perfil das qualificações, diminuindo a importância atribuída às habilidades específicas e aumentando as exigências de uma combinação de atributos aliada à capacidade de resolver problemas. Além disso, houve a necessidade de um trabalhador mais versátil, apto a mudar muitas vezes de carreira e de emprego ao longo dos anos, decorrendo na necessidade de adaptação às novas ocupações; uma vez que a redução drástica dos empregos estáveis tem criado uma insegurança em relação a uma permanência longa nos empregos.

Ainda segundo este mesmo autor, no Brasil, o perfil da escolaridade da população está muito aquém do que se aponta como necessário ao bom desempenho das economias modernas, principalmente pelo fato da rede de ensino ser muito precária e seletiva, e consequentemente, da maioria das pessoas possuir ainda baixos níveis de instrução. Para

confirmar o que foi exposto, o quadro abaixo mostra-nos como foi feita a distribuição de cerca de 36 milhões de crianças e jovens pela rede de escolas até 1994.

Pré- escola	3,5 milhões de matrículas (9,8%)
Primeiro Grau	27,3 milhões de matrículas (76,5%)
Segundo Grau	3,3 milhões de matrículas (9,5%)
Terceiro Grau	1,4 milhão de matrículas (4,2%)

Segundo Salm, (1998):

(...) Cerca de 75% das matrículas estão no ensino de primeiro grau, existe ainda um contingente significativo da população de 7 a 14 anos que não estão na escola, estimado em torno de 4 milhões de crianças, dos mais de 27 milhões que freqüentam o ensino de 1º grau cerca de 15 milhões não concluirão as oito séries e pelo menos 10 milhões delas nem sequer chegarão a 4ª série, que corresponde ao antigo curso primário. Cerca de 40% da matrícula total se concentram nas duas primeiras séries, nas quais encontramos os maiores percentuais de evasão e o maior contingente de repetentes. De cada 100 alunos que ingressam no ensino de 1º grau, apenas 40 ultrapassam a 4ª série e somente 22 conseguem concluí-lo. (Salm, 1998:p. 246).

Dessa forma, para que o Brasil possa acompanhar todas as mudanças que vêm ocorrendo no setor produtivo, o país terá que realizar uma verdadeira revolução educacional, ampliando e equipando melhor a rede de ensino, reestruturando a carreira de magistério e reciclando os professores, bem como melhorando a qualidade do ensino principalmente do 1º e 2º graus.

Verifica-se que é muito problemático um país, como o Brasil, com uma estrutura muito arcaica no seu sistema educacional fazer frente aos desafios colocados pela internacionalização e mercados globalizados, principalmente em relação à necessidade de manter níveis mais elevados de escolaridade-para conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho). A este respeito²⁸, Pochmann (1998), coloca que está havendo no Brasil nos últimos anos, principalmente a partir da 2ª metade dos anos 80, um processo de reconversão econômica, que se caracterizaria por uma outra etapa de crescimento

²⁸ Sobre este assunto, veja também Bianchi & Pastore (1999)

sustentado e de maior inserção externa, marcada pela introdução de novos fundamentos competitivos e de expressivos ganhos de produtividade do trabalho, processo decorrente da abertura comercial, da reformulação do papel do Estado e da estabilidade monetária, instaurado no governo Collor. Entretanto, esta busca por padrões mais elevados de competitividade não tem incorrido em aumentos significativos dos conhecimentos educacionais do trabalhador.

Ao invés de reproduzir internamente o novo paradigma técnico- produtivo que tende a exigir, de fato, conhecimentos educacionais mais amplos do trabalhador, o processo de reconversão econômica está levando, não apenas à desintegração de parcela importante das cadeias produtivas, mas, principalmente ao aprofundamento do movimento de desestruturação do mercado de trabalho. A partir disso, pode-se concluir que predomina no país a evolução das ocupações profissionais muito distinta das positivas expectativas oficiais, reafirmadas constantemente sobre o futuro das profissões e as novas exigências de contratação de trabalhadores pelos empresários. (Pochmann; 1998:26-7).

Outro aspecto reforçado por Pochmann é que, apesar de ter havido uma melhora do ponto de vista da escolaridade, o aumento de seus índices não aponta, necessariamente, para a existência de requisitos adicionais no conteúdo dos postos de trabalho, mas possivelmente, para a demanda insuficiente de trabalho por parte das empresas. Com o maior desemprego, os empresários terminaram privilegiando na contratação, sobretudo, os trabalhadores mais escolarizados, independente de haver mudanças no conteúdo do posto de trabalho e reflexos na elevação dos salários.

Não deve causar espanto, portanto, a observação de que no Brasil têm sido justamente os trabalhadores com maior escolaridade os mais atingidos pelo desemprego. Nos anos 90, por exemplo, o desemprego para as pessoas com mais de 08 anos de instrução subiu 620% enquanto para as pessoas com menos de um ano o aumento foi de 189%. (Pochmann, 2000: A13).

Leite (1997) adota uma posição similar à de Pochmann ao analisar o conjunto de dados sobre o mercado de trabalho nas economias globalizadas, argumentando que é significativo o aumento do emprego precário, a queda generalizada dos salários e a significativa elevação das taxas de desemprego. Reafirma também que estas tendências

ocorreram num momento em que houve significativos aumentos dos investimentos em educação e formação profissional, condições exigidas para garantia de empregos gratificantes e bem pagos.

Neste sentido, pode-se perceber que um aumento dos níveis de escolaridade não está diretamente proporcional à obtenção de melhores empregos, ocorrendo na maioria dos casos justamente o contrário. Para Quadros (1996), os fatores negativos sobre o mercado de trabalho nos últimos anos afetaram principalmente os postos de trabalho típicos da classe média que foram reduzidos de forma selvagem. Este argumento defendido por Quadros pode estar relacionado ao aumento que está ocorrendo na oferta de trabalhadores qualificados e a uma diminuição na oferta de postos de trabalho compatíveis com esta qualificação. Dentro deste âmbito crescem as ocupações nos setores mais precários da economia e diminuem nos setores onde a mão-de-obra deveria ser mais qualificada.

Não são verificados sinais de mudanças substanciais no conteúdo dos postos de trabalho que exijam, em geral, um profissional mais qualificado, este é muito mais um fenômeno de problema de oferta que de demanda de trabalho (Pochmann, 2000:A13)

Esta realidade em relação às oportunidades no mercado de trabalho brasileiro, principalmente nos anos recentes, poderá ser melhor apreendida pelos dados²⁹ da tabela 1.6 a seguir.

²⁹ Para Pochmann (1998), as categorias ocupacionais que mais estão perdendo postos de trabalho na década de 1990 no Brasil são os empregos associados à maior exigência de qualificação profissional, como: atividades profissionais vinculadas ao setor industrial e que necessitam, em geral, de alguma especialização técnica prévia. No período recente, as ocupações profissionais que mais perderam postos de trabalho foram as de calçadistas, mestres em manufaturas, carpinteiros, tecelões, torneiros mecânicos, chefes administrativos, entre outras. Já a lista das ocupações em alta concentra-se nas atividades de asseio e conservação, segurança pública e privada, construção civil, comércio, garçons, professores e funcionários públicos, ou seja, as atividades profissionais vinculadas ao setor de serviços básicos (classes de distribuição e social). Para uma análise mais detalhada sobre as demais ocupações profissionais em alta e as ocupações em baixa, assim como relacionadas à evolução média dos rendimentos, veja Pochmann (1998).

Tabela 1.6: Ocupações (subgrupo/CBO) em que mais postos de trabalho foram destruídos de 1991 a 1996

Ocupações	Empregos Perdidos
(03) Técnicos, desenhistas técnicos, tecnólogos	(81.773)
(70) Mestres e contramestres	(89.628)
(83) Torneiros, ferramenteiros, usinagem de metais	(104.530)
(84) Ajustadores, montadores, mecânicos de máquinas	(87.007)
(87) Soldadores, encanadores, chapeadores, caldeireiros	(51.939)
(95) Construção Civil	(36.236)
(96) Operadores de máquinas fixas em indústrias de serviços de utilidade pública	(46.942)
(98) Condutores de veículos de transporte (marítimos, ferroviários, rodoviários)	(63.747)
Total de postos perdidos nessas ocupações	(561.802)

Fonte: CAGED/ MTb In Lessa, Salm, Soares & Dain (1997).

Tabela 1.7: Ocupações (subgrupo/CBO) em que mais postos de trabalho foram criados de 1991 a 1996.

Ocupações	Empregos Criados
(39) Serviços administrativos subordinados	98.064
(45/49) Vendedores e empregados do comércio	269.559
(53) Cozinheiros, garçons, barmen	88.029
(55) Administração, conservação e limpeza de edifícios	243.661
(58) Vigias, segurança	31.324
(99) Braçais não classificados	410.667
Total de postos criados nessas ocupações	1.141.304

Fonte: CAGED/ MTb In Lessa, Salm, Soares & Dain (1997).

Como pode ser observado pelos dados da tabela 1.7, as ocupações em que mais postos de trabalho foram criados entre 1991 e 1996 e que respondem por mais de 80% dos novos empregos no setor formal da economia são as ocupações como trabalhadores braçais não classificados, equivalentes a 410.667 postos de trabalhos, vendedores e empregados do comércio, iguais a 269.559 postos; administração, conservação e limpeza de edifícios, com criação de 243.661 postos de trabalho. Estas ocupações não implicaram maiores exigências de formação, se confrontadas com o grupo de ocupações em que houve mais demissões,

também responsáveis por mais de 80% dos postos destruídos, ao longo dos anos 90: mestres e contramestres (89.628), torneiros, ferramenteiros, usinagem de metais (104.530), ajustadores, montadores, mecânicos de máquinas (87.007); técnicos, desenhistas técnicos e tecnólogos (81.773). Pelos dados expostos, podemos perceber que estamos na direção oposta à prevista por aqueles que apontam o desajuste na qualificação como o maior problema do mercado de trabalho. Um dos fatores incompatíveis com este argumento é a natureza da precariedade das ocupações criadas, que não passa pela exigência de maior qualificação. (Lessa, Salm, Soares & Dain, 1997).

Esta mudança no perfil das ocupações no Brasil está relacionada principalmente com as transformações na economia brasileira nos anos 90, onde a abertura comercial e os processos de reestruturação produtiva nas empresas acarretaram um encolhimento dos empregados no setor formal e grande destruição de postos de trabalho, principalmente na indústria, sem que fossem criados novos postos de trabalho neste período para compensar os que foram perdidos. Entre os fatores que contribuíram para esta situação enquadra-se a recessão do período (principalmente nos primeiros anos da década), decorrente de uma economia permanentemente submetida a medidas governamentais de estabilização. Para Pochmann (1998), a incapacidade de geração de novos empregos e o avanço das ocupações precárias, acentuadas em maior grau nos anos 90³⁰, estão associados com o crescente desemprego, contínua concentração de renda, aumento do endividamento externo e interno e ausência de desenvolvimento sustentado (baixo crescimento econômico e reduzido patamar dos investimentos), características próprias da década em questão e que inviabilizam a simples associação com as exigências de maior qualificação profissional impostas pelo novo paradigma técnico produtivo.

Pode-se dizer que as profundas transformações que vêm ocorrendo na economia brasileira nos anos 90, advindas da modernização em curso e da própria recessão, engendraram uma nítida elevação na qualificação do emprego formal sem que houvesse sua expansão. Isto significa que a afirmação de que novos paradigmas produtivos levam inexoravelmente ao emprego de uma mão de obra mais qualificada não tem correspondência com a realidade.

Para Leite (1997), o que pode ser constatado é que a tendência à utilização de uma mão-de-obra com níveis de escolaridade maiores não implica melhoria das condições de

³⁰ Sobre os reflexos negativos da década de 90 sobre os empregos, especialmente os formais, veja também Mattoso (1999)

trabalho. Simultaneamente a uma elevação da escolarização, vem ocorrendo uma maior precarização do emprego, além do rebaixamento salarial que na verdade, significa um traço de precarização.

As principais causas desse fenômeno parecem ser, de um lado, a tendência mundial à elevação da escolaridade, que vem levando a um aumento significativo da oferta de mão-de-obra mais escolarizada; e, de outro, o próprio crescimento do desemprego que no contexto de mercados de trabalho pouco regulados ou tendentes à desregulamentação, enfraquece significativamente a capacidade de barganha dos trabalhadores. Frente às altas taxas de desemprego e ao enfraquecimento generalizado dos sindicatos não resta aos trabalhadores outra alternativa que não a aceitação das condições de trabalho que lhes são oferecidas (Leite 1997).

Considerações Finais sobre o Capítulo

Através da leitura deste capítulo, observa-se que no início dos anos 80, diferentemente das décadas anteriores, o emprego formal começou a perder importância enquanto principal gerador das oportunidades de emprego no mercado de trabalho brasileiro. Estes empregos, que se concentravam principalmente no setor secundário da economia, foram neste período se avolumando também no setor terciário, principalmente nas ocupações irregulares, como empregos sem carteira e por conta própria. O quadro do mercado de trabalho brasileiro foi agravado fundamentalmente como consequência da crise e estagnação enfrentados pela economia neste período.

Nos anos 90, este quadro piorou ainda mais, uma vez que as formas de inserção irregulares no mercado de trabalho foram mais elevadas que na década de 80. Assim, a queda no emprego formal significou um enxugamento substancial de postos de trabalhos, além da ausência de políticas de investimento para criação de outros novos. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho neste período foi ainda maior que na década anterior, refletindo-se em alta rotatividade do trabalho, baixos rendimentos e um substancial crescimento das ocupações não assalariadas, além do aumento do desemprego. Um dos principais aspectos verificado neste período e que repercutiu negativamente sobre o mercado de trabalho foi decorrente da abertura comercial da economia, passando pela exigência de mercados mais competitivos, questão associada também à desregulamentação

da exigência por maior qualificação dos trabalhadores. Neste contexto, o mercado de trabalho formal apresentou traços negativos, assim como acentuou as modificações em relação ao perfil do trabalhador, em maior grau que nos anos 80. Haja visto o aumento do número de pessoas do gênero feminino empregadas, o crescimento dos registros considerados atípicos, situados principalmente no setor de serviços, pessoas com alto grau de instrução vinculadas às ocupações relacionadas a baixos salários não correspondentes a este grau de instrução, entre outros aspectos.

Todos estes condicionantes estão associados a um mercado de trabalho marcado pela alta heterogeneidade, pelo excesso de demanda aliado a uma oferta menor de oportunidades no mercado de trabalho, dificuldades cada vez mais inerentes no mercado de trabalho formal brasileiro.

Capítulo 02 - Evidências Empíricas e Métodos de Avaliação sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro

Introdução

O objetivo central deste capítulo é mostrar, de forma geral, os principais métodos utilizados para avaliação do mercado de trabalho brasileiro e que estão vinculados tanto a regiões metropolitanas que medem principalmente a participação da taxa de desemprego, como é o caso da PME, quanto aos vinculados ao Ministério do Trabalho: CAGED e RAIS³¹, que medem o emprego no país como um todo. O primeiro método, PME, vinculado ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), trata da medição do desemprego de forma geral, enquanto os vinculados ao MTb trata especificamente do emprego formal.

Além disso, este capítulo é também importante para justificar a escolha da RAIS no que se refere ao estudo no capítulo 03, visando a avaliar o mercado de trabalho formal no município de Uberlândia/MG. Nossa escolha com relação à RAIS recaiu não só pelo fato de ela se restringir ao mercado de trabalho formal, como também por nos permitir uma informação mais desagregada e abrangente por municípios, diferentemente de outros métodos.

Ao optarmos pela RAIS, primeiramente procuramos definir os vários instrumentos utilizados para avaliar o mercado de trabalho brasileiro e, posteriormente, mostrar os resultados obtidos com o uso destes métodos.

Mais adiante teremos oportunidade de mostrar alguns casos de pesquisas empíricas levantadas por alguns autores utilizando esses métodos para obterem alguns resultados sobre o mercado de trabalho brasileiro.

³¹ O detalhamento sobre a utilização destes métodos para avaliação do mercado de trabalho, inclusive as particularidades da RAIS e os atributos que justificam a sua escolha para avaliação do mercado de trabalho no município de Uberlândia serão mostrados no decorrer do capítulo 02. Lembrando que por PME, entende-se a Pesquisa Mensal de Emprego, e por CAGED, Cadastro Geral de Empregados e desempregados e RAIS, como Relação Anual de Informações Sociais.

2.1 - Os métodos utilizados para avaliação do mercado de trabalho no Brasil: conceitos e limites

São vários os instrumentos utilizados atualmente no Brasil para avaliação do mercado de trabalho³². Estes instrumentos apresentam metodologias e resultados não similares, assim como algumas particularidades no que diz respeito à obtenção de resultados. Entre os métodos existentes enquadram-se os vinculados ao IBGE, os métodos vinculados à Fundação SEADE/ DIEESE, a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego)³³, e os Registros Administrativos vinculados ao Ministério do Trabalho: a RAIS e o CAGED.

Entre os métodos vinculados ao IBGE, as informações se dividem basicamente em duas. Primeiro, as informações por domicílio, em que os levantamentos são feitos junto às famílias, por pesquisadores que visitam e entrevistam os domicílios. Enquadram neste tipo de informação a base de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio) e o Censo Demográfico. Um segundo tipo de informação também vinculada ao IBGE é o levantamento de informações por estabelecimentos, onde os entrevistadores visitam as empresas com o objetivo de aplicar o questionário. Em relação a este tipo de informação, o IBGE produz periodicamente três tipos de levantamento: os Censos Econômicos Setoriais (CE), realizados a cada 05 anos, buscando obter informações em estabelecimentos com mais de 05 empregados (o censo industrial é o mais importante). Dentro do Censo Industrial incluem-se a PIA (Pesquisa Industrial Anual) e a PIM (Pesquisa Industrial Mensal).

Em relação às informações domiciliares do Censo Demográfico e a PNAD, pode-se dizer que estas pesquisas se apresentam em forma de amostras. A vantagem destes tipos de informações é que elas permitem uma análise mais desagregada do mercado de trabalho, segundo características ocupacionais, demográficas e setoriais (Dedecca, 1998). O censo demográfico, produzido no último ano de cada década, parte de um questionário aplicado em todos os domicílios brasileiros reunindo informações (número de pessoas, gênero, idade, educação e posição de cada família), e apresenta certas vantagens:

³² Para uma avaliação sobre o mercado de trabalho brasileiro de forma particular, assim como os principais instrumentos utilizados para medição deste mercado veja, Médici & Aguiar (1986). Já para um entendimento mais apurado sobre a medição do emprego segundo as recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho), veja Hoffmann & Brandão (1996).

³³ Este método não será objeto deste estudo, porém para um detalhamento maior sobre a PED especificamente as suas principais características como conceitos, limitações, sua vinculação com a Fundação SEADE/DIEESE, veja, Troyano, Haga, Hoffmann & Chala (1985); Haga (1987); Bussab & Dini (1985).

- a cobertura de todo o país, seja urbano ou rural;
- tem a capacidade de dar informações para a totalidade do mercado de trabalho, independentemente do regime de trabalho de cada segmento da população economicamente ativa; e
- apresenta uma fotografia completa do mercado de trabalho brasileiro.

A PNAD, por sua vez, não tem a mesma abrangência espacial do Censo Demográfico. As informações obtidas pela PNAD servem, em princípio, para informar anualmente as mudanças demográficas no mercado de trabalho no intervalo entre os Censos. Apesar de investigar os diversos regimes de trabalho, a PNAD não permite maior especialização da informação, e não capta informações para a zona rural da região norte (Dedecca, 1998). Para Baltar & Neto (1988) e de acordo com o que define o IBGE, a PNAD tem o objetivo de coletar, de modo sistemático, através de amostra por domicílios, informações a respeito da situação sócio-econômica da população. Quando comparada aos levantamentos censitários, a PNAD possui uma função complementar a estes levantamentos, apresentando maior nível de detalhe procurando-se acompanhar o movimento da população, investigando inclusive temas especiais.³⁴

Um aspecto que implica desvantagem para aplicação da PNAD diz respeito ao fato de que este método não constitui o melhor instrumento para avaliar a evolução absoluta da população economicamente ativa e da força de trabalho em termos anuais, dado que, em primeira instância, por ser uma pesquisa feita por amostragem, os dados absolutos estão sujeitos a um dado erro amostral. Em última instância, pelo fato de sua expansão tomar como base uma projeção do crescimento populacional e não o crescimento em si mesmo.

Uma Pesquisa Mensal de Emprego (PME) por amostra é mantida pelo IBGE de maneira a complementar os levantamentos do Censo Demográfico e da PNAD. Esta pesquisa é realizada em seis regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre e tem por objetivo fornecer indicadores sobre o desempenho conjuntural do mercado de trabalho nestas regiões, assim como gerar indicadores mensais de emprego e desemprego. O principal indicador elaborado pela PME é a taxa de desemprego aberto em 07 dias, que reúne informações sobre a evolução do emprego assalariado com e sem carteira de trabalho assinada, do trabalho por conta própria

³⁴ Para informações mais detalhadas e precisas em relação à atuação da PNAD, assim como à atuação deste método para análise do mercado de trabalho, veja Baltar & Neto (1988).

(independente) e dos empregadores. Segundo o IBGE³⁵, a PME tem como finalidade a produção de indicadores mensais de emprego e desemprego. Estes indicadores são estimados a partir de dados de uma amostra probabilística de unidades domiciliares. Uma pesquisa similar à da PME é a da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) da Fundação SEADE/DIEESE, no sentido de se tratar também de uma pesquisa por amostra e de levantamento mensal e de ser um levantamento domiciliar contínuo; embora com algumas especificidades. A PED abrange os segmentos do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de São Paulo, Curitiba, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, e seus principais indicadores são as taxas de desemprego aberto em 30 dias, de desemprego oculto por trabalho precário e de desemprego oculto por desalento. Tanto a PME como a PED apresentam metodologias próprias, não permitindo que seus índices sejam comparados.

O quadro abaixo nos possibilitará uma visualização maior das principais diferenças entre as duas taxas:

³⁵ Para um maior detalhamento sobre o histórico da PME, bem como sua atuação no mercado de trabalho brasileiro, veja Baltar & Neto (1988).

Quadro 2.1: Principais diferenças entre PED e PME

Situação do indivíduo	Classificação PED	Classificação PME
Não trabalhou e procurou trabalho na semana	Desemprego Aberto	Desemprego Aberto
Sem trabalho e procura na semana, mas com procura de trabalho nos últimos 30 dias	Desemprego Aberto	Inativo
Sem trabalho na semana e sem procura nos últimos 30 dias, mas com procura nos últimos doze meses	Desemprego oculto pelo desalento	Inativo
Com procura de trabalho combinada à realização de trabalho irregular nos últimos 30 dias	Desemprego Oculto pelo trabalho precário	Ocupado se trabalhou na semana, ou inativo se não trabalhou na semana
Sem procura de trabalho nos últimos 30 dias, com procura nos últimos 12 meses e realização simultânea de trabalho irregular, inclusive nos últimos 30 dias	Desemprego oculto pelo trabalho precário	Ocupado se trabalhou na semana, ou inativo se não trabalhou na semana
Com trabalho exercido em caráter excepcional nos últimos 30 dias e sem procura de trabalho	Inativo com trabalho excepcional	Ocupado se trabalhou na semana, ou inativo se não trabalhou na semana
Com trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes na semana e sem procura de trabalho	Ocupado	Ocupado se trabalhou quinze horas ou mais na semana, e inativo se a jornada foi inferior
Com trabalho não remunerado em organizações beneficentes na semana e sem procura de trabalho	Inativo	Ocupado
Não trabalhou na semana porque está "encostado na caixa" há mais de 15 dias	Inativo	Ocupado
Crianças de 10 a 14 anos	Inativas, Ocupadas ou Desempregadas segundo exercício e/ou procura de trabalho	Excluídas da PIA (Pesquisa Industrial Anual)

Fonte: IBGE

Notas: Para obtenção de maiores informações sobre os conceitos e diferenciações da PME e PED, veja *Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil*, no endereço virtual: www.dieese.org.br/ped/pedxPME.html.

É bom lembrar que a PME e a PED são pesquisas específicas para medição do desemprego e, por isso, inviáveis para um acompanhamento da evolução do emprego formal no Brasil. A PME tende a subestimar as taxas de desemprego de forma mais acentuada que a PED, principalmente pelas suas próprias características, como pode ser observado no quadro acima.

Em relação ao segundo tipo de pesquisa, as realizadas por estabelecimentos vinculadas ao IBGE, pode-se destacar o Censo Econômico, que fornece dados agregados sobre o emprego e remuneração para o conjunto de ocupados de cada estabelecimento. O principal Censo Econômico para este tipo de pesquisa é o Censo Industrial, onde se inserem as pesquisas da PIA (Pesquisa Industrial Anual) e a PIM (Pesquisa Industrial Mensal). A PIA busca atualizar as principais informações do Censo Industrial, como a população empregada e a massa de remuneração paga. Esta pesquisa, apesar de abranger o

conjunto do país, apresenta desagregação espacial limitada. Já a PIM permite avaliar a evolução conjuntural e global do nível de emprego, e da remuneração média do setor, obtendo-se somente informações dos trabalhadores assalariados pertencentes a estabelecimentos com mais de cinco empregados. Este tipo de pesquisa está vinculado principalmente à participação e atuação da indústria no mercado de trabalho, não se constituindo ideal para avaliar perfil e evolução do emprego de forma geral.

Em relação aos métodos vinculados ao Ministério do Trabalho destacam-se os registros administrativos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Ambos são de responsabilidade do Governo Federal, havendo uma intervenção mais significativa do Ministério do Trabalho na organização e divulgação desses inquéritos.

A RAIS³⁶ tem por base as informações fornecidas pelos empregadores, pessoas jurídicas ou órgãos da administração direta e indireta e abrange aspectos relativos ao número de empregos em 31 de dezembro de cada ano, gênero e idade do empregado, grau de instrução, salário, tempo de serviço, tipo de ocupação, setor de atividade, vínculo empregatício, causas das rescisões dos contratos de trabalho, entre outros dados. Tal fonte de informação cobre o mercado formal de trabalho, ou seja, aquele no qual prevalecem o assalariamento da mão-de-obra em empresas e entidades onde existem relações institucionalizadas e um mínimo de cobertura social através do INPS, FGTS, PIS/PASEP etc.

Os dados da RAIS são obtidos a partir de um questionário respondido em caráter compulsório por todas as empresas do mercado formal brasileiro, com periodicidade anual, sendo uma exigência do Ministério do Trabalho, ou seja, as empresas em movimentação têm a obrigatoriedade de declarar a RAIS. Ela é respondida entre janeiro e abril de cada ano com informações sobre a composição do emprego em cada estabelecimento do ano anterior.

Entre as principais características da RAIS destacam-se:³⁷

- levantamento anual;

³⁶ Para um maior detalhamento sobre os registros administrativos do Ministério do Trabalho, inclusive a maneira como os mesmos foram concebidos e atuam no mercado de trabalho brasileiro, veja Baltar & Neto (1988), Ikeda (2000), Azevedo (org) et alii (1985).

³⁷ Através de informações do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Políticas de Emprego e Salários (SPES) é possível uma visualização mais apurada sobre os registros administrativos e sua atuação no mercado de trabalho. Estas informações são obtidas junto ao Ministério do Trabalho através de publicações informativas sobre os registros administrativos, assim como resultados obtidos através do uso destes levantamentos.

- todos os empregados do ano base 31 de dezembro de cada ano, e movimentação dos admitidos e desligados mês a mês;
- qualquer tipo de empregado: estatutários, celetistas, temporários, avulsos;
- RAIS negativa- não apresenta empregados no ano base, só existe informação sobre o estabelecimento;
- informação útil para estudos estruturais do mercado de trabalho.

O segundo registro administrativo, o CAGED, tem como objetivo fornecer informações mensais e atualizadas sobre a flutuação do emprego formal. As informações declaradas ao Ministério do Trabalho permitem construir um indicador de evolução do emprego e da remuneração do mercado formal de trabalho. Tem periodicidade mensal e seus dados são coletados através de formulário próprio, fita magnética ou disquete, cujo registro tem por finalidade básica o de acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa dos trabalhadores, assim como o de estabelecer medidas contra o desemprego, além de dar assistência aos desempregados. O formulário do CAGED se divide em dois módulos: o módulo I e o módulo II. As informações do módulo I se referem ao estabelecimento e permitem ao Ministério do Trabalho calcular o índice de emprego, taxa de rotatividade mensal e flutuação mensal do emprego para os diferentes níveis de sub-atividade econômica em todos os municípios do país. Já o módulo II contém informações relativas aos atributos de cada empregado que tenha sido admitido ou desligado: nome, número do PIS, gênero, idade, grau de instrução, ocupação, horas contratuais de trabalho semanais e remuneração. No módulo II, ao contrário do módulo I, são incorporados no mês os estabelecimentos que declararam o CAGED pela primeira vez. Algumas informações podem ser detectadas entre o módulo I e II do CAGED: as empresas chamadas de novas ou que informaram o CAGED pela primeira vez são incluídos no cadastro e aparecem nas informações do módulo II, mas só vão aparecer nas do módulo I quando declararem pela segunda vez. As informações que chegam com atraso não são incorporadas ao módulo I, mas são registradas no cadastro e no módulo II. As informações do módulo I dão origem ao índice de emprego do Ministério do Trabalho e funcionam como uma espécie de painel com o objetivo de não refletir fenômenos exógenos inerentes ao comportamento do mercado de trabalho formal. Em resumo, as principais características do CAGED são:

- levantamento mensal dos dados;

- considera apenas a movimentação: admitidos e desligados (empregados no primeiro dia do mês + admitidos - desligados = empregados no último dia do mês);
- considera apenas os empregados celetistas;
- só há obrigatoriedade da declaração para os estabelecimentos que tiverem movimentação; e
- informações apropriadas para análise conjuntural do mercado formal de trabalho.

Entretanto, os instrumentos de análise para avaliação do mercado de trabalho, tanto os registros administrativos ligados ao MTb, como os métodos vinculados ao IBGE, apresentam limitações³⁸. Em relação à PNAD, podemos citar:

- a insuficiência dos tamanhos das amostras domiciliares utilizadas nos domicílios geográficos-setoriais menos expressivos (em relação à desagregação por município, por exemplo);
- uso de amostras anuais referentes a uma única semana do ano;
- expansão dos resultados da amostra através de uma projeção anual independente da população total para cada unidade geográfica de divulgação.

Estes fatores podem dar margem a medições anuais do emprego celetistas sujeitas a expressivos erros de amostragem e vieses. Em relação à RAIS, as principais limitações estão relacionadas com:

- omissão de resposta de unidades obrigadas a declarar ou que apresentaram a declaração fora do prazo limite para o aproveitamento dos dados.
- respostas incompletas de vínculos e estabelecimentos existentes e com movimentação durante o ano. A omissão em relação aos vínculos e estabelecimentos contribui para a superestimação do saldo admitidos menos demitidos, uma vez que as omissões afetam mais os desligamentos que as admissões. A RAIS ainda apresenta elevadas concentrações de sub-declarações geográficas (principalmente na região norte, nordeste e centro-oeste) e setorial (agricultura, construção civil e extrativa mineral).

³⁸ Para um maior detalhamento sobre estas limitações, veja Árias (1998)

O CAGED, por sua vez, apresenta limitações maiores que a RAIS, principalmente pelo fato de não existir obrigatoriedade de declaração para as unidades que não tiveram movimentação no mês e também por não incorporar declarações de estabelecimentos novos (que declararam pela primeira vez).

Entre as principais limitações do CAGED estão a interpretação de que as demissões a pedido do trabalhador e transferência de saída não são considerados desligamentos a serem declarados. O módulo II apresenta maior desequilíbrio entre as admissões e desligamentos declarados que o módulo I. As omissões de respostas pelos estabelecimentos são mais expressivas no CAGED que na RAIS, pelo próprio fato da não obrigatoriedade da declaração pelo CAGED. Neste sentido, pode-se dizer também que o CAGED apresenta menor relevância que a RAIS.

Aos problemas existentes de operacionalização do levantamento de dados, que envolvem questões conceituais, administrativas e metodológicas em geral, e às dificuldades inerentes ao seu uso como parte de dados para pesquisa, somam-se alterações nos instrumentos de coleta e nas definições adotadas, em anos intermediários do período em exame o que limita o uso do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei número 4923/65) e os índices gerados a partir dos seus dados. Uma alternativa mais viável para avaliar o emprego formal seria trabalhar com a RAIS que substituiria, em muitos aspectos, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Baltar & Neto, 1988).

Em resumo, em relação aos registros administrativos, pode-se concluir que a RAIS apresenta algumas diferenças substanciais em relação às demais pesquisas utilizadas para avaliar o mercado de trabalho no Brasil, pois se restringe ao mercado formal, além de ser uma informação fornecida pelo empregador e não pelo empregado, como ocorre na PNAD. Outro aspecto é que ela não permite qualquer tipo de avaliação sobre taxa de desemprego e nível de atividade, já que se concentra exclusivamente em pessoas ocupadas; e, por fim, abrange toda a população do mercado formal, não sendo realizada a partir de amostragem como a PNAD. Não devemos nos esquecer também de que a RAIS permite uma informação mais desagregada, sendo possível assim a abrangência por municípios de uma forma mais detalhada que os outros métodos, assim como a análise setorial. Por fim, pode-se dizer que a RAIS representa uma fotografia completa do mercado formal de trabalho a cada ano, daí a importância de sua aplicação.

Para uma análise comparativa sobre os métodos usados para avaliação do emprego no Brasil, veja o quadro a seguir:

Quadro 2.2: Comparativo dos métodos para avaliar o mercado de trabalho no Brasil

Método	Instituição	Abrangência Geográfica	Frequência	Objetivos	Indicadores Gerados
Censo Demográfico	IBGE	Todo o país, seja urbano ou rural	último ano de cada década	Dar informações para a totalidade do regime de trabalho independente do regime da PEA	informações sócio-econômicas da população (dados amostrais)
PNAD	IBGE	Abrange todo o território nacional (com exceção da zona rural da região norte)	anual	Informar anualmente as mudanças demográficas no mercado de trabalho no intervalo entre os Censos	Informações sócio-econômicas da população de forma mais detalhada que o Censo (dados amostrais)
PME	IBGE	Regiões metropolitanas de SP, RJ, RE, Salvador, BH e Porto Alegre	mensal	Produzir indicadores mensais de emprego e desemprego	Mede a taxa de desemprego aberto em 7 dias
PED	Fundação SEADE/DIEESE	regiões metropolitanas de SP, Curitiba, Brasília, Salvador, BH e Porto Alegre	mensal	Produzir indicadores mensais de emprego e desemprego	Mede a taxa de desemprego aberto em 30 dias, de desemprego oculto por trabalho precário e oculto por desalento
PIM	IBGE	Abrange todo o território nacional	mensal	Fornecer dados agregados sobre emprego e remuneração para o conjunto dos ocupados (assalariados) e de cada estabelecimento (com mais de 5 empregados) a partir do Censo industrial.	Evolução conjuntural e global do nível de emprego e da remuneração média do setor
PIA	IBGE	Abrange todo o território nacional	anual	Atualizar informações do Censo industrial, como por exemplo a população empregada e massa de remuneração paga.	Indicadores da produção física das empresas (produtividade) e valor real da produção.
RAIS	MTb	Região natural, unidade de federação, micro região homogêna, área metropolitana, capitais da UF e municípios	31/12 de cada ano	Fornecer estudos estruturais sobre o mercado de trabalho formal. Tem por base informações fornecidas por empregadores, pessoas jurídicas, órgãos da administração direta e indireta. A declaração é obrigatória.	Informações sobre o estabelecimento (tamanho, atividade econômica, localização geográfica e número de empregados); perfil do emprego e do empregado (gênero, grau de instrução, remuneração, idade, tempo serviço etc.)
CAGED	MTb	Região natural, unidade de federação, micro região homogêna, área metropolitana, capitais da UF e municípios	mensal	Dar informações úteis para estudos conjunturais sobre o mercado de trabalho formal e informações mensais sobre a flutuação do emprego formal. A declaração não é obrigatória. Não incorpora estabelecimentos novos. Acompanha e fiscaliza o processo de admissão e dispensa dos trabalhadores.	Medir o índice de emprego, taxa de rotatividade mensal, informação e flutuação mensal do emprego. (Módulo I). Informações relativas dos atributos de cada empregado que tenha sido admitido ou demitido (Módulo II).

Elaboração Própria

Com a finalidade de avaliar de forma mais precisa a atuação e as diferentes metodologias de estudos do mercado de trabalho brasileiro, procuraremos explanar nos próximos tópicos alguns resultados obtidos no Brasil nos últimos anos.

2.2 - Principais resultados obtidos no mercado de trabalho brasileiro a partir de distintos métodos de avaliação

Os resultados que têm sido obtidos para avaliar o mercado de trabalho brasileiro e regiões metropolitanas se diferenciam de acordo com o método utilizado, como pôde ser verificado na primeira parte deste capítulo. A maioria dos métodos para avaliação do

mercado de trabalho ainda traz muitas deficiências a serem vencidas. Com o objetivo de comprovar esta realidade serão mostrados alguns resultados recentes a partir dos diferentes métodos usados atualmente para avaliar o mercado de trabalho. Primeiramente, serão evidenciados dados da composição média do desemprego pelos métodos do IBGE, exclusivamente a PME. Posteriormente, serão apresentados os principais resultados obtidos através dos métodos vinculados ao Ministério do Trabalho: CAGED e RAIS. A visualização dos resultados será muito importante para comprovação das diferenças e das dificuldades que os métodos apresentam para chegar a um resultado similar sobre o mercado de trabalho. Um aspecto importante a destacar, porém, é que se torna difícil comparar esses resultados entre si, ou seja, entre os métodos do IBGE e Registros Administrativos, uma vez que estas fontes revelam grandes disparidades quanto à intensidade, abrangência e metodologia. O que pode ser observado pelos dados é a coincidência das fontes no que diz respeito a queda dos empregos de forma geral (Árias, 1998).

Para analisar o perfil do mercado de trabalho brasileiro será tomada como referência a taxa de participação referente aos últimos anos desta década em relação à participação por gênero, faixa etária, grau de instrução, remuneração, tempo de serviço, posição na família (neste caso, restrita aos dados do IBGE). Os métodos utilizados para avaliação serão principalmente os vinculados ao IBGE, especificamente à PME e aos Registros Administrativos do Ministério do Trabalho: CAGED e RAIS, uma vez que estes são os principais métodos adotados na maioria dos estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro.

2.2.1 – Principais resultados obtidos pelos métodos vinculados ao IBGE: o exemplo da PME

Ao delinear o perfil do desemprego que abrange as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (representantes de uma parcela significativa do mercado de trabalho brasileiro) em relação a composição média do desemprego por gênero (tabela 2.1), os dados da PME/IBGE, nos apontam um declínio da participação masculina e um crescimento da participação feminina a partir de 1995, embora a participação feminina em números absolutos seja bem inferior à masculina.

Tabela 2.1: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por gênero - Período 1991 a 1999

Anos	Composição - Masculino	Composição - Feminino
1991	61,05	38,95
1992	60,48	39,52
1993	59,63	40,37
1994	58,40	41,60
1995	59,00	41,00
1996	55,39	44,61
1997	55,58	44,42
1998	55,21	44,79
1999	54,84	45,16

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Um aspecto que pode estar associado a esta realidade é a manutenção praticamente constante da participação dos chefes de família no decorrer dos anos, papel que se atribui especialmente à categoria masculina e a um aumento da participação do cônjuge. (tabela 2.2).

Tabela 2.2: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por posição na família - Período 1991 a 1999

Anos	Composição - Chefe	Composição - Cônjuge	Composição - Filho	Composição - Outros
1991	32,06	9,02	50,14	8,79
1992	31,94	9,71	50,09	8,26
1993	32,18	9,72	50,05	8,05
1994	32,26	10,88	48,85	8,01
1995	31,88	11,06	49,89	7,16
1996	31,22	12,77	47,89	8,13
1997	32,47	12,6	47,64	7,29
1998	32,54	13,17	46,74	7,55
1999	32,9	12,69	47,34	7,07

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Sob estes aspectos, o homem vem perdendo a importância central que tinha até então, como o de provedor da família, e o trabalho feminino vem se destacando como de

grande importância para aumentar os rendimentos da família. Pela tabela 2.3, pode-se associar esta realidade, uma vez que a renda média das mulheres ocupadas no mercado de trabalho tem apresentado um substancial crescimento, principalmente a partir de 1995, apesar de os homens, em termos absolutos, continuarem ganhando mais que as mulheres.

Tabela 2.3: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por gênero (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999

Anos	Masculino		Feminino	
	Renda	Índice	Renda	Índice
1991	596,68	95,37	354,97	93,66
1992	495,98	79,28	297,86	78,59
1993	545,96	87,26	335,36	88,49
1994	576,32	92,12	346,08	91,31
1995	625,64	100,00	379,00	100,00
1996	656,10	104,87	409,60	108,07
1997	662,70	105,92	421,75	111,28
1998	655,60	104,79	426,28	112,47
1999	612,27	97,86	414,29	109,31

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Nota: A renda real média é calculada a partir da renda nominal (pela informação do IBGE), deflacionada pelo INPC de 1995. Para saber quantos salários reais deflacionam-se os salários nominais pelo índice (base fixa 100)

Segundo Bruschini (1995), isto se dá, graças ao fato de muitas trabalhadoras ainda se concentrarem em ocupações tradicionalmente definidas como femininas, sendo sua presença majoritária principalmente na prestação de serviços. Estas condições diferenciadas por gênero são apropriadas pelo mercado de trabalho, favorecendo a ocorrência de mecanismos discriminadores em relação às mulheres, que se expressam tanto no acesso ao trabalho, quanto na permanência, na promoção e nos níveis de remuneração. Há, assim, um leque mais estreito de oportunidades de trabalho, barreiras no acesso a cargos de comando e chefia, desigualdades salariais em relação aos homens (muitas das vezes exercendo as mesmas funções), consistindo estes fatores em obstáculos constantes enfrentados pelo universo feminino.

Em relação à composição média do desemprego por faixa etária (tabela 2.4), a variação do desemprego foi mais baixa nas faixas de idades acima de 50 anos, sendo um pouco maior na faixa entre 40 a 49 anos. Nas faixas entre 18-24 anos e 30 a 39 anos, se

concentram as maiores taxas de desemprego, com maior incidência para a faixa entre 18-24 anos. Para a população situada entre 15-17 anos as taxas de desemprego mantiveram-se relativamente baixas. Assim, pode-se constatar que a maioria das pessoas desempregadas no mercado de trabalho se concentram na faixa etária entre 18 a 24 anos, sendo que neste intervalo as taxas de desemprego praticamente não sofreram variações no decorrer dos anos.

Tabela 2.4: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por faixa etária (%) - Período 1991 a 1999

Anos	15-17	18-24	25-30	30-39	40-49	50-59	60-64	>=65
1991	11,66	38,05	17,59	21,17	8,41	2,51	0,42	0,19
1992	10,81	38,07	17,74	20,54	9,07	2,97	0,52	0,27
1993	9,72	38,58	17,31	20,84	9,61	3,31	0,41	0,22
1994	9,61	37,61	18,26	21,32	9,7	2,91	0,36	0,24
1995	9,63	37,69	16,9	21,98	9,55	3,38	0,56	0,31
1996	9,75	36,94	15,85	22,49	10,81	3,29	0,48	0,38
1997	8,81	36,23	16,16	22,38	11,67	3,9	0,47	0,38
1998	8,35	35,61	16,04	22,27	12,47	4,28	0,67	0,32
1999	7,02	36,21	15,31	21,94	13,47	4,87	0,73	0,45

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Convém esclarecer que na faixa etária entre 18 a 24 anos de idade, a renda real (tabela 2.5) média é bem inferior quando comparada com as faixas etárias mais elevadas, principalmente a partir de 40 anos de idade, o que nos leva a afirmar que a renda real média neste caso, pode estar variando de forma diretamente proporcional à idade. Assim, as pessoas mais velhas, apesar de participarem em números menos expressivos no mercado de trabalho, estão auferindo uma renda real média maior que as mais jovens. Este fato pode estar associado ao recebimento de aposentadorias por parte das pessoas mais velhas e à inserção da população mais jovem em trabalhos de caráter precário, como de biscate, trabalhos temporários e outras ocupações afins, ou seja, tipos de trabalhos que têm não só caráter precário, mas uma baixa remuneração.

Tabela 2.5: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por faixa etária (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999

Anos	15-17		18-24		25-29		30-39	
	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice
1991	150,1	101,8	283,5	99,4	584,49	99,2	584,49	99,2
1992	128,62	87,2	241,31	84,6	492,17	83,5	492,17	83,5
1993	139,94	94,9	263,95	92,6	542,73	92,1	542,73	92,1
1994	132,82	90,1	261,82	91,8	552,4	93,7	552,4	93,7
1995	147,47	100,0	285,15	100,0	589,5	100,0	589,5	100,0
1996	157,5	106,8	299,68	105,1	618,26	104,9	618,26	104,9
1997	150,84	102,3	300,11	105,2	614,96	104,3	614,96	104,3
1998	145,71	98,8	299,94	105,2	610,21	103,5	610,21	103,5
1999	137,81	93,4	281,07	98,6	576,75	97,8	576,75	97,8

Anos	40-49		50-59		60-64		≥65	
	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice
1991	665,7	94,0	611,44	93,0	554,17	94,3	550,41	94,5
1992	545,17	77,0	491,38	74,7	424,02	72,2	418,78	71,9
1993	600,08	84,7	534,93	81,3	488,64	83,2	484,68	83,2
1994	666,96	94,2	578,71	88,0	526,96	89,7	554,49	95,2
1995	708,15	100,0	657,79	100,0	587,44	100,0	582,65	100,0
1996	736,53	104,0	709,28	107,8	651,35	110,9	646,85	111,0
1997	746,25	105,4	723,37	110,0	660,97	112,5	657,3	112,8
1998	718,86	101,5	741,37	112,7	697,25	118,7	714,88	122,7
1999	669,67	94,6	673,22	102,3	659,25	112,2	651,32	111,8

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Nota: A renda real média é calculada a partir da renda nominal (pela informação do IBGE), deflacionada pelo INPC de 1995. Para saber quantos salários reais, deflacionam-se os salários nominais pelo índice (base fixa 100)

Em relação à taxa de composição média do desemprego por grau de instrução, verifica-se a partir dos dados da tabela 2.6 que as pessoas com grau de instrução mais baixo (até 08 anos de estudo) possuem uma maior participação nas taxas de desemprego, ocorrendo o contrário com as pessoas de grau de instrução mais elevado (a partir de 09 anos de estudo), onde a participação absoluta do desemprego é menor. Assim, pode-se dizer que nas faixas de escolarização mais altas houve uma sensível queda do desemprego. Porém, pode ser observado pelos dados, que está havendo uma tendência de queda na participação do desemprego para as faixas até 08 anos de estudo e um aumento da participação das pessoas mais instruídas (a partir de 09 anos de estudo), o que pode estar vinculado ao fato de que níveis de escolaridade mais elevados nem sempre se associam à obtenção de emprego. Observa-se que justamente as classes mais instruídas vêm aumentando sua participação no desemprego no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos.

Tabela 2.6: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por grau de instrução (%) - Período 1991 a 1999

Anos	0-4 anos	5-8 anos	9-12 anos	>=12 anos
1991	30,95	37,92	23,66	7,47
1992	29,66	39,27	24,88	6,19
1993	29,06	37,17	26,7	7,07
1994	27,89	37,63	27,54	6,93
1995	25,85	37,92	29,04	7,19
1996	24,16	37,06	30,62	8,17
1997	23,34	36,84	32,16	7,66
1998	21,66	35,23	34,23	8,88
1999	20,02	33,11	37,38	9,48

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Por sua vez, a renda real média cresce de forma mais acentuada onde o grau de instrução é mais elevado (tabela 2.7), principalmente a partir de 12 anos de estudo, o que evidencia uma tendência da renda real média a se elevar para as pessoas mais instruídas, apesar da participação destas pessoas no desemprego estar aumentando no decorrer dos anos (tabela 2.6). Nesse sentido, pode-se constatar que a maior parte da população empregada no Brasil tem acesso a rendimentos reais muito baixos.

Tabela 2.7: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por grau de instrução (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999

Anos	0-4 anos		05 - 08 anos		09 - 11 anos		>=12 anos	
	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice
1991	297,39	98,8	349,26	97,7	556,42	100,1	1.292,82	94,4
1992	247,87	82,3	289,13	80,9	468,67	84,3	1.060,32	77,4
1993	268,89	89,3	316,67	88,6	511,95	92,1	1.201,89	87,7
1994	268,76	89,3	321,94	90,1	535,24	96,3	1.312,27	95,8
1995	301,13	100,0	357,39	100,0	555,66	100,0	1.369,68	100,0
1996	316,89	105,2	364,43	102,0	570,75	102,7	1.402,17	102,4
1997	315,62	104,8	366,69	102,6	559,14	100,6	1.400,78	102,3
1998	303,57	100,8	351,19	98,3	537,36	96,7	1.398,79	102,1
1999	285,4	94,8	329,78	92,3	492,69	88,7	1.285,35	93,8

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Nota: A renda real média é calculada a partir da renda nominal (pela informação do IBGE), deflacionada pelo INPC de 1995. Para saber quantos salários reais, deflaciona-se os salários nominais pelo índice (base fixa 100)

A tabela 2.8 nos mostra que a renda real média é mais elevada para os trabalhadores com carteira e empregadores, e mais baixa para os trabalhadores sem carteira e por conta própria, apesar de a renda destes últimos trabalhadores estar aumentando sua participação no decorrer dos anos.

Tabela 2.8: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por posição na ocupação (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999

Anos	Com Carteira		Sem Carteira		Conta própria		Empregador	
	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice
1991	529,89	99,3	384,69	96,2	384,98	83,5	1.451,65	79,9
1992	472,68	88,6	308,44	77,1	304,29	66,0	1.110,46	61,1
1993	520,76	97,6	334,62	83,6	341,86	74,2	1.311,35	72,1
1994	519,74	97,4	350,27	87,5	383,81	83,3	1.695,51	93,3
1995	533,6	100,0	400,08	100,0	460,96	100,0	1.817,76	100,0
1996	567,49	106,4	421,49	105,4	488,07	105,9	1.822,88	100,3
1997	577,07	108,1	436,16	109,0	494,76	107,3	1.796,23	98,8
1998	577,37	108,2	437,38	109,3	472,02	102,4	1.847,55	101,6
1999	548,92	102,9	433,5	108,4	438,34	95,1	1.640,24	90,2

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Nota: A renda real média é calculada a partir da renda nominal (pela informação do IBGE), deflacionada pelo INPC de 1995. Para saber quantos salários reais, deflacionam-se os salários nominais pelo índice (base fixa 100)

Este aspecto é problemático à medida que verificamos no Brasil, nos anos recentes, uma tendência ao aumento dos trabalhadores sem carteira e por conta própria e a queda dos trabalhadores com carteira, o que implica dizer que pode estar havendo uma tendência de rebaixamento da renda média no país.

Em relação à renda real média por setores (tabela 2.9), pode-se dizer que os setores cuja renda real média é mais alta, são: a SIUP (Serviço Industrial de Utilidade Pública), Indústria Extrativa Mineral, Administração Pública e Indústria de Transformação, setores considerados os mais tradicionais da economia. Entre estes setores a Indústria de Transformação manteve uma participação praticamente constante em relação à renda enquanto a SIUP vem sofrendo uma queda na renda real média no decorrer dos anos. Já nos setores de Serviços e Comércio, a renda real em termos absolutos é inferior aos setores da indústria extrativa mineral, administração pública, e indústria de transformação. É interessante observar que apesar da participação mais elevada no emprego destes setores, as pessoas empregadas nos mesmos estão obtendo rendimentos mais baixos. A construção

civil e a agricultura, por sua vez, são os setores onde a renda real média é mais baixa, apesar de que no setor da agricultura a renda vir aumentando no decorrer dos anos, o mesmo não ocorrendo com a construção civil.

Tabela 2.9: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Renda real média por setor de atividade (em dez/1995 e 1995 = 100) - Período 1991 a 1999

Anos	Extr. Min		Ind. Transf		SIUP		Const. Civil		Comércio	
	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice
1991	740,58	81,3	586,25	95,4	813,75	100,0	391,65	98,5	435,23	92,9
1992	788,92	86,6	523,67	85,2	768,22	94,4	314,64	79,1	345,62	73,7
1993	877,41	96,3	586,32	95,4	821,18	101,0	333,09	83,7	390,08	83,2
1994	892,29	97,9	593,34	96,5	832,81	102,4	339,41	85,3	427,64	91,2
1995	911,16	100,0	614,56	100,0	813,42	100,0	397,78	100,0	468,73	100,0
1996	924,69	101,5	638,73	103,9	850,39	104,5	423,11	106,4	493,67	105,3
1997	916,86	100,6	640,37	104,2	867,82	106,7	429,4	107,9	498,68	106,4
1998	987,18	108,3	636,24	103,5	790,48	97,2	400,91	100,8	475,74	101,5
1999	860,76	94,5	585,14	95,2	777,05	95,5	372,64	93,7	440,55	94,0

Anos	Serviços		Adm púb		Agric.		Outras	
	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice	Renda	Índice
1991	400,84	89,0	651,23	101,2	319,89	76,2	732,77	97,8
1992	331,23	73,5	510,1	79,3	229,95	54,8	629,6	84,0
1993	364,5	80,9	543,26	84,4	265,24	63,2	732,85	97,8
1994	395,82	87,9	580,04	90,1	296,73	70,7	744,46	99,3
1995	450,56	100,0	643,56	100,0	419,58	100,0	749,47	100,0
1996	488,28	108,4	664,12	103,2	404,03	96,3	800,25	106,8
1997	499,42	110,8	693,36	107,7	383,89	91,5	795,48	106,1
1998	501,84	111,4	727,43	113,0	332,21	79,2	798,31	106,5
1999	473,33	105,1	712,94	110,8	342,27	81,6	744,64	99,4

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

Nota: A renda real média é calculada a partir da renda nominal (pela informação do IBGE), deflacionada pelo INPC de 1995. Para saber quantos salários reais, deflacionam-se os salários nominais pelo índice (base fixa 100)

Os dados da tabela 2.10 nos mostram que, à composição média do desemprego por faixa de duração, é mais alto nas faixas em que o tempo de serviço é mais curto (até 06 meses) e mais baixo à medida que o tempo de serviço aumenta (a partir de 06 meses). No período que varia entre 03 a 06 meses as taxas do desemprego praticamente não se alteraram, porém é interessante observar que, apesar de a participação absoluta do desemprego ter caído nas faixas mais curtas e se elevado nas faixas mais altas, pode-se dizer que está havendo nos últimos anos uma tendência de as pessoas permanecerem menos tempo no serviço. A partir destes resultados, pode-se dizer que o mercado de trabalho brasileiro tem como característica uma alta rotatividade no trabalho e que a

maioria da população ocupada neste mercado está inserida entre 01 a 03 meses de tempo de serviço, não saindo assim do tempo de experiência, que é de 03 meses³⁹.

Tabela 2.10: Brasil (Regiões Metropolitanas) - Composição média do desemprego por faixa de duração - Período 1991 a 1999

Meses	< 1 m	1 -3 m	3- 6 m	6- 12 m	>=12 m
1991	17,92	37,61	26,65	13,77	4,05
1992	14,01	33,75	28,12	17,61	6,51
1993	14,73	32,31	27,83	17,27	7,86
1994	14,84	33,35	26,49	17,44	7,88
1995	15,97	35,26	27,34	15,54	5,9
1996	13,68	32,11	28,13	18,22	7,86
1997	13,47	31,53	26,67	19,48	8,85
1998	12,19	27,32	25,63	21,59	13,27
1999	11,69	27,1	25,38	21,13	14,7

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PME/IBGE apud IPEA (2000)

2.2.2- Principais resultados obtidos pelos registros administrativos do Ministério do Trabalho: CAGED e RAIS

O CAGED tem por objetivo medir as movimentações do emprego formal, principalmente no que diz respeito às admissões e demissões.

Ao analisarmos as movimentações ocorridas nos últimos anos da década de 90, ou melhor, nos anos de 1997, 1998 e 1999 (até novembro), observamos (tabelas 2.11 e 2.12) que tanto as admissões, como os desligamentos seguem uma tendência similar, ou seja, os setores onde as admissões mais caíram coincidem com aqueles, cuja concentração de demissões é maior. A queda setorial tanto das admissões como das demissões é maior principalmente no ano de 1999, com exceção dos setores de comércio e serviços.

³⁹ Para entender os fundamentos associados com a facilidade de admitir e demitir no Brasil, remeta-se para a leitura do capítulo 01, especificamente o tópico, 1.3.2.

Tabela 2.11: Brasil- Movimentação de mão-de-obra – admissões por setor de atividade

Anos	Extr.Min	Ind. Transf	SIUP	ConstCivil	Comércio
1997	42.914	2.246.266	69.272	1.165.864	2.249.858
1998	37.025	1.886.216	71.818	1.170.521	2.124.907
Jan-Nov/99	31.548	1.813.228	49.910	933.657	2.004.656
Anos	Serviços	Adm. Públ.	Agropec.	Outros/ignor.	Total
1997	3.386.915	109.412	414.005	68.674	9.753.180
1998	3.250.322	106.815	345.419	80.269	9.073.312
Jan-Nov/99	2.995.977	85.892	341.264	116.066	8.372.198

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do CAGED/MTb

Tabela 2.12: Movimentação de mão-de-obra – desligamentos por setor de atividade

Anos	Extr.Min	Ind. Transf	SIUP	ConstCivil	Comércio
1997	41.563	2.243.681	94.900	1.071.622	1.951.562
1998	38.849	2.082.769	84.836	1.150.446	1.965.095
Jan-Nov/99	30.428	1.677.576	66.881	941.246	1.801.401
Anos	Serviços	Adm. Públ.	Agropec.	Outros/ignor.	Total
1997	3.077.533	113.313	384.417	59.035	9.037.626
1998	3.080.881	111.992	376.969	45.209	8.937.046
Jan-Nov/99	2.772.339	63.535	322.905	32.020	7.708.331

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do CAGED/MTb

Pelos dados das tabelas 2.11 e 2.12, observa-se que pelo CAGED, a maior movimentação em números absolutos da mão-de-obra no emprego formal, tanto no que diz respeito às admissões como demissões, concentra-se no setor de serviços, comércio e indústria de transformação, respectivamente. Em contrapartida, as menores participações no emprego formal no que diz respeito às movimentações estão concentradas na indústria extrativa, serviço industrial de utilidade pública (SIUP) e administração pública.

Em relação à movimentação por gênero (tabelas 2.13 e 2.14), no mesmo período, verifica-se que os homens têm uma participação absoluta bem mais significativa no emprego formal que as mulheres, apesar de a participação de ambos os gêneros vir caindo no decorrer do anos. Por outro lado, a participação das mulheres no mercado de trabalho, apesar de representar uma parcela bem menos significativa que a dos homens, o número de demitidas supera o das admitidas, não ocorrendo o mesmo com os homens.

Tabela 2.13: Brasil - Movimentação de mão-de-obra- admissões por gênero

Ano	Masculino	Feminino	Total
1997	6.881.285	2.871.895	9.753.180
1998	6.386.703	2.686.609	9.073.312
Jan-Nov/99	5.828.247	2.543.951	8.372.198

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do CAGED/MTb

Tabela 2.14: Brasil - Movimentação de mão-de-obra - desligamentos por gênero

Anos	Masculino	Feminino	Total
1997	6.401.102	2.636.524	9.037.626
1998	6.381.217	2.555.829	8.937.046
Jan-Nov/99	5.463.436	2.244.895	7.708.331

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do CAGED/MTb

No que diz respeito à faixa etária, pode ser constatado pelas tabelas 2.15 e 2.16, que a participação do emprego formal é maior nas camadas mais jovens, concentradas entre: 18 a 24 anos, 25 a 29 anos, e 30 a 39 anos e menor nas faixas extremas: 10 a 14 anos e maior ou igual a 65 anos. É interessante observar que todas as categorias de idade vêm caindo sua participação no decorrer dos anos, tanto para as demissões como para as admissões, embora, os números absolutos das demissões sejam bem mais significativos que o das admissões, o que quer dizer que nos anos recentes, há pelo CAGED, mais demissões que admissões no mercado de trabalho formal brasileiro.

Tabela 2.15: Brasil - Movimentação da mão-de-obra- admissões por faixa etária

Anos	10-14 anos	15-17 anos	18-24 anos	25-29 anos	30-39 anos
1997	19.985	402.127	3.093.107	1.923.673	2.565.089
1998	15.091	340.082	2.866.026	1.784.019	2.419.924
Jan-Nov/99	4.341	257.956	2.700.270	1.657.139	2.234.155
Anos	40-49 anos	50-64 anos	>=65 anos	Ignorado	Total
1997	1.238.282	436.824	16.914	57.179	9.753.180
1998	1.183.755	411.312	14.710	38.393	9.073.312
Jan-Nov/99	1.100.265	379.766	13.166	25.140	8.372.198

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do CAGED/MTb

Tabela 2.16: Brasil - Movimentação de mão-de-obra- desligamentos por faixa etária

Anos	10-14 anos	15-17 anos	18-24 anos	25-29 anos	30-39 anos
1997	4.243	225.195	2.505.364	1.817.976	2.519.871
1998	3.535	197.625	2.442.886	1.787.202	2.515.543
Jan-Nov/99	1.351	150.518	2.137.147	1.549.678	2.178.229
Anos	40-49 anos	50-64 anos	>=65 anos	Ignorado	Total
1997	1.332.117	550.638	33.576	48.646	9.037.626
1998	1.355.744	567.258	32.632	34.621	8.937.046
Jan-Nov/99	1.161.649	477.754	27.605	24.400	7.708.331

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do CAGED/MTb

Finalmente, em relação ao grau de instrução, as movimentações relativas ao emprego formal foram maiores nas faixas até 4ª série, 1º grau completo e 4ª a 8ª séries respectivamente, tanto para as admissões como para as demissões. A partir do 2º grau completo e superior completo a movimentação é menor, principalmente quando comparada às demais faixas. (tabelas 2.17 e 2.18). Para o 1º grau completo, verifica-se que tanto as admissões como as demissões caíram, diferentemente da 4ª à 8ª séries completa em que tanto as admissões como as demissões se elevaram. Em relação ao grau de escolaridade mais alto, principalmente referente ao superior completo, verifica-se que, apesar da menor participação absoluta no emprego, a participação no que diz respeito às admissões e demissões vem aumentando.

Tabela 2.17: Brasil - Movimentação da mão-de-obra - admissões por grau de instrução

Anos	Até 4ª série	4ª a 8ª série	1º grau compl.	2º grau compl.	Superior Compl.	Ignorado	total
1997	2.999.126	1.882.784	2.666.621	1.711.718	414.327	78.604	9.753.180
1998	1.193.955	3.054.932	2.571.709	1.779.556	425.533	47.627	9.073.312
Jan-Nov/99	1.039.582	2.639.223	2.420.213	1.826.593	418.927	27.660	8.372.198

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do CAGED/MTb

Tabela 2.18: Brasil - Movimentação da mão-de-obra - desligamentos por grau de instrução

Anos	Até 4ª série	4ª a 8ª série	1º grau compl.	2º grau compl.	Superior Compl.	Ignorado	total
1997	2.995.245	1.750.414	2.359.693	1.485.920	392.113	54.241	9.037.626
1998	1.330.025	3.176.418	2.403.074	1.585.341	410.487	31.701	8.937.046
Jan-Nov/99	1.065.184	2.583.656	2.145.740	1.513.455	381.624	18.672	7.708.331

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do CAGED/MTb

Analisando a participação do emprego formal pelos dados da RAIS pode-se observar um aumento da participação do emprego formal setorial, principalmente no setor de Serviços e Comércio em detrimento da queda do emprego na Indústria (tabela 2.19). A Administração Pública, apesar de manter uma posição de destaque na participação do emprego, não sofreu grande variação no decorrer dos anos.

Tabela 2.19: Brasil - Participação do emprego formal por setores de atividade econômica (%)

Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Ext. Min e Ind. Transf.	24,1	22,7	21,7	21,1	21,9	21,1	20,6	20,0	18,7
SIUP	1,4	1,4	1,4	1,3	1,8	1,6	1,5	1,4	1,3
Const. Civil	4,1	4,2	4,1	3,8	4,7	4,5	4,7	4,8	4,6
Adm. Pública	12,8	12,2	11,9	11,8	13,6	14,1	14,5	15,2	15,4
Serviços	27,8	27,7	27,6	26,5	27,2	30,4	31,1	31,8	32,0
Comércio	22,8	22,6	20,6	19,6	21,5	23,0	22,9	22,6	23,9
Agropecuária	1,6	1,6	2,1	2,2	4,2	4,2	4,2	4,1	4,1
Outros/ign	5,3	7,6	10,6	13,7	5,1	1,1	0,4	0,1	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTb

Entre os setores que apresentam pequena participação na geração de empregos no Brasil temos o SIUP, a construção civil, e a agricultura (apesar de este setor ter aumentado de forma significativa sua participação no decorrer dos anos).

Tomando como referência os anos de 1997 e 1998, será feita em seguida, uma análise da participação do perfil do emprego formal no Brasil, no que diz respeito ao gênero, faixa etária, grau de instrução, remuneração e tempo de serviço, o que permitirá observar em que faixas da população se concentra a maior participação no emprego formal.

Em relação ao gênero, no mercado de trabalho formal brasileiro há um predomínio absoluto do gênero masculino em relação ao feminino (tabela 2.20), apesar de uma pequena elevação do gênero feminino no ano de 1998.

Tabela 2.20: Brasil - Participação do emprego formal por gênero em 31/12 (1997 - 1998)

Gênero	1997	% sobre o Total	1998	% sobre o Total
Masculino	14.962.576	62,1	15.084.796	61,6
Feminino	9.141.852	37,9	9.406.839	38,4
Total	24.104.428	100,0	24.491.635	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTb

A maior participação do emprego por faixa etária, por sua vez, está concentrada nos intervalos entre 30 a 39 e 40 a 49 anos, acompanhados de forma secundária pelas pessoas situadas entre 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. As classes extremas, ou seja, pessoas mais velhas (acima de 65 anos) e pessoas mais jovens (abaixo de 18 anos) têm uma participação no emprego formal ainda muito pequena (tabela 2.21). Esta tendência de maior participação da faixa intermediária no mercado de trabalho e queda nas faixas extremas é compatível com os dados do CAGED, mas difere em alguns aspectos dos dados encontrados pela PME, principalmente onde a participação do emprego é maior: nas faixas mais jovens e intermediária da população. Pode-se dizer a partir dos dados, que a análise sobre o mercado de trabalho brasileiro apresenta tendências distintas quando comparadas às regiões metropolitanas.⁴⁰

⁴⁰ Pode-se observar pelos dados da tabela 2.20 que os dados da RAIS quando comparados aos da PME (tabela 2.1), tendem a superestimar a participação masculina. Um dos fatores que pode estar associado a este aspecto é decorrente da própria diferenciação da metodologia de ambos os métodos, e a RAIS, por definição, tende a superestimar os dados porque se o trabalhador possui dois empregos é considerado somente uma vez pela RAIS.

Tabela 2.21: Brasil - Participação do emprego formal por faixa etária em 31/12 (1997 - 1998)

Faixa Etária	1997	% sobre o Total	1998	% sobre o Total
10 A 14 anos	22.934	0,1	16.719	0,1
15 A 17	484.221	2,0	447.920	1,8
18 A 24	4.537.506	18,8	4.544.177	18,6
24 A 29	4.054.137	16,8	4.064.511	16,6
30 A 39	7.516.142	31,2	7.687.988	31,4
40 A 49	5.022.199	20,8	5.189.367	21,2
50 A 64	2.253.576	9,3	2.341.018	9,6
65 OU MAIS	176.525	0,7	178.051	0,7
IGNORADO	37.188	0,2	21.884	0,1
Total	24.104.428	100,0	24.491.635	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTb

Acompanhando a participação do emprego formal no Brasil, verificamos que em relação ao grau de instrução (tabela 2.22), a maior participação está concentrada nas pessoas que possuem 2º grau completo e 8ª série completa e incompleta, sendo inferior para os analfabetos e superior incompleto. É interessante observar também que existe pela RAIS uma tendência de maior concentração da população nas faixas mais elevadas de escolarização quando comparadas aos CAGED, onde a maior concentração situa-se entre 4ª série completa até 1º grau completo, situação que pode ser decorrente da defasagem dos resultados fornecidos pela base de dados do CAGED quando comparados ao método da RAIS.

Tabela 2.22: Brasil - Participação do emprego formal por grau de instrução em 31/12 (1997 - 1998)

Grau de Instrução	1997	% sobre o Total	1998	% sobre o Total
Analfabeto	656.717	2,7	589.647	2,4
4. Série Incompleta	2.186.549	9,1	2.048.644	8,4
4. Série Completa	3.260.375	13,5	3.094.816	12,6
8. Série Incompleta	3.647.002	15,1	3.582.119	14,6
8. Série Completa	4.068.426	16,9	4.252.622	17,4
2. Grau Incompleto	1.917.414	8,0	1.950.394	8,0
2. Grau Completo	4.820.162	20,0	5.199.032	21,2
Superior Incompleto	781.790	3,2	802.123	3,3
Superior Completo	2.724.565	11,3	2.944.700	12,0
Ignorado	41.428	0,2	27.538	0,1
Total	24.104.428	100,0	24.491.635	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTb

Um outro aspecto que pode ser constatado pelos dados da RAIS é que o emprego formal nos anos de 1997 e 1998 apresenta uma baixa remuneração, sendo predominante entre 2,01 a 3,0 salários mínimos (tabela 2.23). Assim, verifica-se que à medida que os salários aumentam, o número de pessoas empregadas no setor formal diminui.

Tabela 2.23: Brasil - Participação do emprego formal por faixa de remuneração (em salários mínimos) em 31/12 (1997 - 1998)

Faixa de Remuneração	1997	% sobre o Total	1998	% sobre o Total
Até 0,50	100.382	0,4	91.687	0,4
0,51 a 1,00	1.139.622	4,7	1.164.626	4,8
1,01 a 1,50	2.395.325	9,9	2.603.251	10,6
1,51 a 2,00	2.563.483	10,6	2.885.518	11,8
2,01 a 3,00	4.632.653	19,2	4.811.038	19,6
3,01 a 4,00	2.999.051	12,4	2.949.113	12,0
4,01 a 5,00	2.021.557	8,4	1.984.518	8,1
5,01 a 7,00	2.462.320	10,2	2.383.185	9,7
7,01 a 10,00	1.888.926	7,8	1.840.826	7,5
10,01 a 15,00	1.343.723	5,6	1.293.520	5,3
15,01 a 20,00	633.276	2,6	597.408	2,4
Mais de 20,00	1.135.754	4,7	1.061.696	4,3
Ignorado	788.356	3,3	825.249	3,4
Total	24.104.428	100,0	24.491.635	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTb

Esta característica da remuneração dos salários no Brasil não é correspondente ao aumento do tempo de serviço, em que a maioria das pessoas empregadas estão situadas acima de 120 meses ou 10 anos (tabela 2.24), o que quer dizer que, apesar de as pessoas permanecerem mais tempo no emprego, este fato não está associado a um aumento dos salários, o que agrava ainda mais a situação do mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 2.24: Brasil - Participação do emprego formal por tempo de serviço em 31/12 (1997 - 1998)

Tempo de Serviço	1997	% sobre o Total	1998	% sobre o Total
Até 2,9 meses	1.983.129	8,2	1.869.052	7,6
3,0 a 5,9	1.974.609	8,2	1.881.909	7,7
6,0 a 11,9	3.232.135	13,4	3.103.997	12,7
12,0 a 23,9	3.493.544	14,5	3.803.788	15,5
24,0 a 35,9	2.455.164	10,2	2.346.089	9,6
36,0 a 59,9	2.801.207	11,6	3.117.591	12,7
60,0 a 119,9	3.557.325	14,8	3.532.589	14,4
120 ou mais	4.583.615	19,0	4.822.021	19,7
Ignorado	23.700	0,1	14.599	0,1
Total	24.104.428	100,0	24.491.635	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTb

Através desta análise conjunta dos dados pode-se concluir pelos dados da RAIS que o perfil do emprego no Brasil é retratado de forma geral, por pessoas do gênero masculino; situadas nas faixas intermediárias de idade de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos; possuindo 2º grau completo e 8ª série completa; ganhando entre 2,01 a 3,0 salários mínimos e permanecendo acima de 10 anos no emprego.

2.3 - Levantamento de algumas pesquisas empíricas sobre o comportamento do mercado de trabalho realizadas no Brasil

2.3.1 - Levantamento de algumas pesquisas empíricas realizadas no Brasil vinculadas aos métodos do IBGE: PNAD e PME

Várias são as pesquisas empíricas realizadas no Brasil sobre o comportamento do mercado de trabalho usando os métodos vinculados ao IBGE ou aos Registros Administrativos do Ministério do Trabalho. Apesar de cientes da dificuldade de expor todas as pesquisas relevantes sobre o tema, nosso objetivo primordial neste tópico é o de, utilizando tanto o método do IBGE, especificamente a PNAD e a PME, como os registros administrativos, especialmente a RAIS, apresentar parcialmente algumas pesquisas, expondo os métodos utilizados e os resultados que se vêm obtendo com a sua realização.

Urani (1996)⁴¹ apresenta dados sobre o mercado de trabalho no Brasil utilizando as pesquisas da PNAD e da PME, no período entre 1981 a 1995. Para os anos de 1981 a 1990 foi utilizada a PNAD, já a partir de 1991 foram utilizados dados da PME.⁴²

Em relação à PNAD, foi possível obter informações, como evolução da renda real média do conjunto da força de trabalho, evolução da renda real média por nível de escolaridade, evolução da renda real média por posição na ocupação, evolução da renda real média por setores, taxas de desemprego, participação do setor informal na ocupação total, taxas de desemprego por nível educacional e evolução da composição setorial da ocupação.

Já em relação à PME, pesquisa utilizada a partir de 1991, as principais informações obtidas a partir dos dados foram: renda real média por grau de instrução, renda real média por posição na ocupação, renda real média por setor de atividade, taxa de desemprego aberto por grau de instrução, taxa de desemprego por gênero, composição do desemprego por faixa etária, composição do desemprego por posição na família e composição da ocupação por setor de atividade.

Através da análise dos dados da PME e PNAD, foi possível fazer neste trabalho uma análise da evolução dos rendimentos reais dos trabalhadores e sua relação com os níveis de escolaridade, em que se comprovou que na década de 90 estritamente até o ano de 1993, todos os grupos de trabalhadores tiveram suas rendas reais médias significativamente reduzidas, mas no caso dos mais escolarizados, a redução foi maior que para os menos escolarizados. Através desta pesquisa foi possível fazer também, uma análise entre renda real média por posição na ocupação registrando a participação da evolução da renda de forma distinta em várias ocupações. Outro aspecto mostrado pelos dados e relacionado à década de 80, foi a retração das rendas reais médias, principalmente na indústria.

Esta pesquisa mostra também a relação entre desemprego aberto por região metropolitana, entre 1991 a 1995, comprovando através desta fonte de dados, a PME, que o desemprego atingiu neste período níveis relativamente baixos em todas as regiões. Mostra-se também que as taxas de desemprego foram mais elevadas para os trabalhadores com nível de escolaridade intermediário, (05 a 08 anos de estudo) e inferiores nas faixas

⁴¹ Para um maior detalhamento sobre os resultados obtidos sobre o comportamento do mercado de trabalho decorrente do estudo deste autor, veja Camargo (1996).

⁴² Isto decorre do fato de a PME ser uma pesquisa implantada recentemente não podendo abranger dados anteriores a 1990, como é o caso da PNAD.

extremas. Outro resultado obtido através desta pesquisa é que a taxa de desemprego foi maior para os homens que para as mulheres.

Em outra pesquisa, Urani (1995) utiliza estritamente os dados da PNAD e faz uma descrição bastante detalhada da evolução do nível de emprego e da sua composição durante a década de 80. A partir das tabulações encontradas, o autor discute a qualidade do emprego gerado neste período e as principais características do comportamento do desemprego aberto. Nestas tabulações da PNAD, a PEA (População Economicamente Ativa)⁴³ foi dividida nos seguintes setores: agricultura, indústria de transformação, construção civil, comércio, administração pública, serviços privados e setor financeiro; em quatro posições na ocupação: empregados com carteira assinada, empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, e empregadores e em cinco níveis de escolaridade: menos de 01 ano de estudo, de 01 a 04 anos de estudo, de 05 a 08 anos, de 09 a 11 anos e mais de 11 anos de estudo.

Além destes aspectos, o autor discorre sobre o perfil educacional e setorial do emprego, cruza os setores versus nível de escolaridade, setores versus posição na ocupação, além de medir o desemprego aberto e a qualidade da ocupação. Os principais resultados a que o autor chegou sobre os anos 80 recaem na constatação de que o mercado de trabalho brasileiro neste período apresentou uma grande capacidade de geração de novas ocupações desvinculadas de qualidade, principalmente pela queda dos rendimentos reais médios das pessoas ocupadas neste período.

Um outro trabalho tomado como referência é o de Pochmann (1999)⁴⁴. Nesta pesquisa o autor procura explicitar o fenômeno do desemprego no Brasil, bem como suas principais características atuais e seu perfil. Para efetivação da pesquisa foram utilizadas fontes de pesquisas distintas, como a FIBGE, FSEADE, DIEESE e PNAD'S ajustadas.

Entre os tipos de informações obtidas citamos a evolução do índice do desemprego, mostrando que o mesmo tem aumentado significativamente a partir principalmente de 1990, que houve também a evolução das taxas de desemprego urbano e rural por grandes regiões geográficas, a evolução das taxas de desemprego por faixa etária, por gênero e por faixa de escolaridade. A partir destes dados foi possível delinear o perfil geral do desemprego nos anos de 1989 e 1998 no Brasil:

⁴³ Para uma análise mais detalhada sobre as principais características da PEA (População Economicamente Ativa), assim como a relação com o crescimento econômico, veja Dedecca & Ferreira (1988).

⁴⁴ Para visualização mais detalhada sobre os resultados empíricos obtidos nesta pesquisa, veja Pochmann (1999).

- desemprego total , por região, urbano e rural no Brasil (PNAD/IBGE);
- perfil etário (PNAD/IBGE);
- perfil por gênero (PNAD/IBGE);
- perfil por escolaridade (PNAD/IBGE);
- cor (PNAD/IBGE);
- posição na família por região metropolitana (PME/IBGE);
- experiência profissional anterior (PED/SEADE-DIEESE/SP);
- tempo de procura por trabalho (PED/SEADE- DIEESE/SP).

Segundo Pochmann (1999), os principais resultados obtidos através desta pesquisa em relação ao perfil do desemprego no Brasil, encontram-se de forma mais acentuada entre: pessoas com mais de 08 anos de escolaridade; com idade avançada (acima de 49 anos); pessoas do gênero feminino; chefes de família; pessoas brancas; pessoas que buscam o reemprego; e que residem na região sudeste. Já o desemprego é menos acentuado para as pessoas com grau de escolaridade mais baixo; pessoas mais jovens; do gênero feminino; não chefes de família; pessoas não brancas: que buscam um primeiro emprego e que moram na região nordeste.

2.3.2 - Levantamento de algumas pesquisas empíricas no Brasil utilizando a RAIS/MTb

Ikeda (2000), recentemente, fez uma pesquisa empírica sobre “Segregação por Gênero”, no Mercado Formal de Trabalho no Brasil, utilizando dados da RAIS, e tendo como referência o ano de 1997. Dessa forma separa os empregos de homens e mulheres em categorias, como setor de atuação, remuneração e nível de emprego, fazendo uma inter-relação entre estas variáveis, como por exemplo: emprego por setor e gênero, remuneração por faixa de escolaridade e gênero, remuneração por faixa etária e gênero no setor de comércio. Neste âmbito, pode se observar que o autor cruzou a categoria gênero (tomada como referência) com todas as demais, o que constata ser possível, através da RAIS, fazer esta análise de “cross-section”.

Ikeda chegou a algumas conclusões importantes em seu trabalho. Dentre elas merece ser citada a de que existe no Brasil uma segregação por gênero no mercado formal

de trabalho, isto porque, mesmo em setores onde as mulheres são maioria, como na administração pública, elas ganham menos que os homens. A maior parte das empregadas neste setor recebe por mês até 03 salários mínimos (44,6%), enquanto apenas 11,7% ganham mais de 10 salários mínimos. Já em relação aos homens a ordem é inversa: 29,4 % ganham até 03 salários mínimos mensais e 18,2% ganham mais de 10 salários mínimos. Quando se cruzam os números relativos aos salários com o grau de instrução a diferença se torna ainda mais gritante, pois enquanto os homens que trabalham no comércio e com curso superior completo ganham mais de 10 salários mínimos somam 50,5%, as mulheres na mesma situação atingem apenas 20,4% dos rendimentos. Através desta pesquisa, torna-se claro que, apesar de as mulheres estarem obtendo um maior espaço no mercado de trabalho, as condições submetidas ainda têm caráter precário e discriminatório quando comparado ao universo masculino.

Em relação aos resultados obtidos por Ikeda (2000), pode-se dizer que a melhor qualificação do universo feminino, onde a maioria possui grau superior completo, está na Administração Pública. Outro aspecto é que em todos os setores, as trabalhadoras do gênero feminino possuem um grau de escolaridade maior que os homens, embora permaneçam com remuneração inferior, o que determina a percepção de uma defasagem salarial das mulheres em relação aos homens, ainda que elas sejam mais instruídas. Estes aspectos só reforçam a existência de uma discriminação por gênero existente no país em relação ao emprego formal.

Em relação à avaliação do mercado de trabalho em nível regional pela RAIS, a referência será o trabalho de Azevedo (org) et alii (1985). Para estes autores, a RAIS vem se impondo como uma importante fonte alternativa de dados secundários⁴⁵, obtendo credibilidade e confiabilidade crescentes devido às características que apresenta. A RAIS constitui-se, assim, em uma base estatística indispensável para a análise de emprego em um dado momento, tanto em nível nacional, regional ou municipal.

O trabalho destes autores, teve como objetivo caracterizar a força de trabalho do mercado formal gaúcho através de algumas comparações desses dados com as respectivas informações relativas a 1981, especialmente com referência ao setor industrial. Este trabalho, além de caracterizar a situação do mercado formal do Estado do Rio Grande do

⁴⁵ Secundários porque as informações da RAIS, são obtidas através das informações fornecidas primeiramente pelos estabelecimentos, pelo empregador, e não diretamente através de pesquisas domiciliares, como é o caso da PNAD e PME.

Sul no período entre 1981 e 1985, apresenta algumas das relações possíveis de serem estabelecidas pelos dados fornecidos pela RAIS, como a evolução do nível de emprego na economia, quer em termos globais, setoriais ou regionais; a taxa de rotatividade da mão-de-obra por setores e gêneros de atividade econômica; o perfil do trabalhador do mercado formal no que se refere à sua idade, escolaridade, nível salarial e setor de atividade em que está alocado, além da estrutura ocupacional da mão-de-obra e do dimensionamento do mercado formal de trabalho.

Em relação à situação do mercado formal do Estado do Rio Grande do Sul, entre outros aspectos, foram coletadas informações, como número de pessoas ocupadas segundo o setor de atividade e número de empregos no mercado formal de trabalho desse Estado por setor de atividade entre outros aspectos. A respeito da evolução do nível de emprego no setor formal foram obtidas informações, como estabelecimentos e empregos na indústria de transformação do Rio Grande do Sul segundo atividades industriais distintas, e evolução do número de estabelecimentos e do número de empregos na indústria de transformação.

Em relação à taxa de rotatividade, foi possível segundo os autores, verificar o nível de estabilidade do trabalhador no mercado formal de trabalho e, a partir daí, inferir a respeito das condições de utilização da força de trabalho na economia. Na RAIS esta taxa está associada à taxa e à permanência destes vínculos. Esta informação também poderá ser visualizada no trabalho destes autores. Um outro tipo de informação possível de se obter pela RAIS, que inclusive é mostrado no trabalho de Azevedo et alii (1985), foram as rescisões por setor de atividade, assim como suas causas (demissão com justa causa, sem justa causa e outras causas).

Em relação ao perfil do trabalhador, evidenciou-se a importância da identificação das características básicas do trabalhador engajado no mercado formal de trabalho, permitindo conhecer parte expressiva da força de trabalho em atividade. Segundo os autores, este aspecto constituiu-se em uma tentativa de traçar o perfil do trabalhador no mercado formal, considerando os aspectos relativos ao setor de atividade em que está inserido, sua idade, grau de instrução e nível de rendimento. Analisando de uma forma mais completa, foi possível pela RAIS verificar-se também como os assalariados se distribuíram pelos diferentes setores de atividade econômica, analisando-se com maior detalhe suas características básicas. Ainda em relação ao perfil, foi possível obter informações, como empregos por faixa de idade segundo o setor de atividade, emprego por

grau de instrução segundo o setor de atividade, emprego por remuneração segundo o setor de atividade e distribuição de renda por classes de salários mínimos.

Segundo esta pesquisa, os principais resultados obtidos em relação ao emprego formal foram os seguintes: a maioria dos trabalhadores estão inseridos basicamente na indústria de transformação; a idade predominante concentra-se na classe mais jovem, com idade não superior a 30 anos; predominam no mercado formal as pessoas com baixo grau de instrução, tendo grande parte delas no máximo o curso primário. Um último aspecto diz respeito ao fato de que a maioria das pessoas inseridas no mercado formal no Estado do Rio Grande do Sul auferem baixos rendimentos, concentrando-se na faixa de até 02 salários mínimos mensais. Sob estes aspectos, pode-se constatar a relevância e abrangência da RAIS como fonte de informações para avaliação do mercado formal de trabalho.

Segundo os autores, a importância da RAIS resulta também de sua representatividade para avaliação do mercado formal de trabalho, uma vez que as variáveis levantadas apresentam uma boa cobertura desse segmento do mercado. Pode-se concluir, segundo os autores, que o estudo sobre a região do Rio Grande do Sul foi dirigido no sentido de sublinhar a importância desse levantamento no exame da situação ocupacional da mão-de-obra, mostrando suas possibilidades de utilização como subsídio para o entendimento da problemática questão do emprego no país.⁴⁶ A partir destas evidências, justifica-se também, no presente trabalho, o uso da RAIS para avaliação do mercado de trabalho no município de Uberlândia.

No capítulo seguinte será feita em nível municipal por setores a análise do perfil do emprego formal no município de Uberlândia, ou seja, por gênero, faixa etária, grau de instrução, remuneração e tempo de serviço, referenciados a partir dos dados da RAIS, nos anos de 1986 e 1997. Este estudo, nos dará subsídios para verificarmos se Uberlândia está ou não seguindo a tendência do emprego formal do país.

⁴⁶ Para uma melhor visualização dos resultados empíricos obtidos a partir deste trabalho, veja Azevedo (org) et alii (1985).

Considerações Finais sobre o Capítulo

Este capítulo teve como objetivo fazer uma analogia entre todos os métodos utilizados atualmente para avaliação e mensuração do emprego no mercado de trabalho brasileiro. Apesar de o objeto da presente pesquisa se ater ao emprego formal, é de suma importância mostrar as peculiaridades e informações sobre todas as bases de dados utilizadas atualmente, tanto em relação ao Brasil, como às regiões metropolitanas. Outro aspecto é a importância de se mostrar como alguns estudiosos do mercado de trabalho vem enfrentando as questões vinculadas ao trabalho, no que diz respeito ao perfil do emprego e desemprego, à natureza das ocupações, rendimentos, e aos principais fatores que podem estar associados com as modificações ocorridas tanto no trabalho de forma geral, como vinculadas ao trabalhador de forma particular.

Em relação aos métodos utilizados para mensuração do emprego no Brasil, foi mostrado no decorrer do capítulo as principais características e resultados a partir dos métodos vinculados ao IBGE, que se destacaram principalmente a PME e PNAD, e os registros administrativos do Ministério do Trabalho, o CAGED e a RAIS. A PME, sendo uma pesquisa utilizada para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre, teve como objetivo produzir indicadores mensais de emprego e desemprego para estas regiões. A PNAD, caracterizada como uma pesquisa anual, teve como objetivo dar informações sócio-econômicas da população a partir de dados amostrais, de forma mais detalhada que o censo.

Em relação aos registros administrativos o CAGED e a RAIS, ambos buscaram fornecer informações sobre o mercado de trabalho formal, possuindo o CAGED uma frequência mensal e a RAIS anual. Entretanto, uma diferença básica que favoreceu a escolha da RAIS neste presente trabalho, foi o fato da RAIS exigir obrigatoriedade da declaração a partir dos estabelecimentos, sendo esta declaração não obrigatória pelo CAGED. Ao mostrar importantes aspectos e resultados do mercado de trabalho brasileiro, a partir destes métodos de avaliação, feitos neste capítulo, procuramos ao mesmo tempo fornecer uma justificativa para a escolha do uso da base de dados da RAIS.

Assim, acreditamos na importância deste capítulo por considerá-lo como importante elo de ligação entre os demais, ou seja, tem a importância de não só o de mostrar empiricamente os resultados da leitura feita no capítulo 01, inclusive sobre o

emprego formal, mas também o de servir de ponto de partida para explicar a metodologia utilizada no capítulo 03.

Capítulo 03 - Uma Avaliação do Mercado de Trabalho Formal no Município de Uberlândia - MG / ¹Uberlândia

Introdução

O objetivo deste capítulo é o de caracterizar e discutir a dinâmica do emprego formal no município de Uberlândia, considerando quatro setores da economia, a saber, ^{1º} Indústria de Transformação, ^{2º} Comércio, ^{3º} Serviços e ^{3º} Administração Pública, escolhidos devido à sua relevante participação no emprego formal total do município (veja os dados da tabela 3.5 neste capítulo). Além deles, foram consideradas também cinco categorias para caracterizar o perfil do trabalhador inserido nestes setores: gênero, escolaridade, faixa etária, tempo de serviço e faixa de remuneração. A base de dados escolhida foi a RAIS, nos anos de 1986 e de 1998. Primeiramente, será feita uma breve abordagem sobre algumas especificidades e características sobre a RAIS, acrescida de um estudo prévio sobre o município de Uberlândia no que diz respeito à sua população total, à população economicamente ativa, à distribuição e à participação setorial das empresas formais em relação ao número de empregados e à distribuição do número de empregos nos setores estudados.

Em relação à participação setorial do emprego formal do município, será feito um estudo setorial destas categorias, procurando analisar situações, como a relação entre setores e gênero; setores e faixa etária, setores e tempo de serviço; setores e remuneração; e setores e escolaridade. Já a segunda parte tem como objetivo aprofundar esta análise a fim de se obter dados mais completos sobre o perfil do trabalhador inserido nestes setores. Estes resultados serão obtidos a partir dos cruzamentos de informações entre remuneração e gênero; escolaridade e tempo de serviço; faixa etária e tempo de serviço; faixa etária e faixa de remuneração; escolaridade e faixa de remuneração; e faixa de remuneração e tempo de serviço. Diante disso, procuramos obter respostas às seguintes indagações: -Será que o tempo de serviço mais elevado propicia melhores salários? -Qual é o gênero melhor remunerado no mercado formal no município de Uberlândia?- Será que está existindo uma discriminação por gênero neste mercado em relação à remuneração?- Um grau mais elevado de instrução está vinculado a uma permanência mais longa no emprego? -Por outro lado, trabalhadores mais instruídos estão recebendo salários mais altos? Qual a faixa

etária que permanece mais ou menos tempo no emprego? Finalmente, será que a faixa etária com maior duração no emprego é correspondente àquela que recebe salários mais elevados?

Estes pressupostos, certamente, permitirão uma análise comparativa destes atributos, assim como uma síntese dos principais resultados obtidos para o mercado formal do município.

3.1- A RAIS como indicador do setor formal

Entre os diversos levantamentos de informações sobre a variável emprego, a RAIS surge como uma alternativa metodológica de utilização de dados com uma série de vantagens. Dentre elas, podemos citar: maior cobertura do emprego formal, grande variedade de informações, periodicidade anual, rápido processamento de informações, além da grande credibilidade e confiabilidade inerentes a esta fonte de informações. Deve-se registrar, porém, que embora apresente um volume de informações bem maior que outras pesquisas do gênero, a RAIS é um levantamento que não possui, a rigor, um caráter estatístico, estando sujeita à não resposta dos entrevistados, a não ser que haja uma permanente fiscalização e controle de respostas e respondentes em campo (Tagliassuchi & Vergara, 1985).

Algumas considerações importantes devem ser reforçadas em relação à RAIS. Esta base de dados refere-se aos empregos ocupados, ou seja, aos vínculos empregatícios registrados em uma certa data, diferentemente das pesquisas do IBGE que se referem aos trabalhadores empregados. Neste sentido, a RAIS considera que uma pessoa pode ter mais de um emprego simultaneamente. Assim, uma pessoa que possua dois empregos será considerada duas vezes pela RAIS, ocasionando uma dupla contagem, o que tende a superestimar o número de empregos. (Azevedo et alii, 1985).

Um outro aspecto é que a RAIS trata-se de um levantamento restrito ao mercado formal de trabalho, não captando os empregos autônomos, sem remuneração, os desempregados e a grande massa de trabalhadores do mercado informal. Esta base de dados tem como unidade de análise o estabelecimento, porém o universo de estabelecimentos que integra o levantamento a cada ano pode ser distinto. Apesar destas limitações, a RAIS é a melhor base de dados capaz de fornecer uma boa aproximação do

mercado formal de trabalho, sendo possivelmente a fonte mais completa de dados sobre o emprego formal do país (Azevedo et alii, 1985).

Em relação à cobertura da RAIS, esta tende a ser mais expressiva nos setores organizados da economia e menos expressiva nos setores menos organizados.⁴⁷ Entre os setores organizados, enquadram-se a Indústria de Transformação, o setor de Comércio, o setor de Serviços e a Administração Pública. Nestes setores, a RAIS capta aproximadamente 100% do número de empregos. Nos setores não organizados, como por exemplo, a construção civil e a agricultura, esta cobertura decresce, devido ao prevailecimento das relações de trabalho não estruturadas nestes setores e a significativa presença de pequenas empresas, autônomos, pequenos empreiteiros, biscateiros, que exercem instavelmente suas profissões. A análise feita pela RAIS quanto ao perfil do mercado formal no município de Uberlândia, restringir-se-à principalmente a estes setores mais organizados.

-1996-

3.2- Uma visão geral sobre o município de Uberlândia

A população em Uberlândia, somando-se a rural e urbana, vem se elevando nos últimos anos. Segundo informações da contagem populacional e estimativas do IBGE, estes números de 1996 a 1999 foram os seguintes:

Tabela 3.1 - Município de Uberlândia – População Total -1996 a 1999

Ano	1996	1997	1998	1999
Urbana	431.744	449.350	465.269	482.996
Rural	7.242	7.570	7.804	8.101
Total	438.986	456.920	473.073	491.097

Fonte: IBGE

Nota: Os dados do ano de 1996 foram obtidos pela contagem populacional; já a partir de 1997 estes dados foram obtidos através de estimativas, ambos pelo IBGE.

⁴⁷ Os setores organizados se constituem naqueles que se encontram organizados sob formas tipicamente capitalistas, ao contrário dos setores não organizados.

Alguns aspectos devem ser colocados a respeito do perfil desta população em relação à sua distribuição por gênero e por faixa etária (tabela 3.2), assim como a participação das empresas em relação ao número de empregados formais (tabela 3.3), com o objetivo de facilitar o entendimento e a natureza do mercado de trabalho formal do município.

Em relação à distribuição por gênero, as estimativas do IBGE mostram que, no ano de 1999, a população feminina superou a masculina. Enquanto o gênero masculino participou neste período com 241.767 trabalhadores (49,23%), a população feminina foi de um total de 249.330 (50,77%) da população total. Este aspecto pode explicar em parte, a representativa participação feminina no mercado de trabalho do município (principalmente no setor de Serviços e Administração Pública).⁴⁸

À guisa de informação, em 1991⁴⁹, a PEA homens, no município, era de 108.473 (64,36%) trabalhadores, para uma PEA total de 168.541. A PEA mulheres, por sua vez, possuía uma participação de 60.068 (35,63%) da PEA total.

Estes dados estão mostrando que, apesar de a população total feminina do município (50,77%) ser maior que a masculina (49,23%), apenas uma pequena parte destas mulheres compõem a População Economicamente Ativa do município, diferentemente dos homens, que estão mais presentes no mercado de trabalho.

Em relação à distribuição da população por faixa etária, verifica-se no ano de 1996, um número substancialmente elevado da população infantil (até 14 anos), representado por 136.740 (31,14%) trabalhadores. É bom lembrar que esta faixa de população não pode ser considerada como economicamente ativa, uma vez que não está por natureza inserida no mercado de trabalho. A população predominantemente mais jovem (15 a 49 anos) também ocupa uma importante participação na população, representando em números absolutos um total de 247.277 (56,32%) trabalhadores. Já a população mais velha (acima de 50 anos) teve uma participação ínfima quando comparada às demais faixas etárias, com um número de 54.969 (12,52%) da população total.

⁴⁸ Estes dados relativos à participação por gênero nos setores da economia do município serão feitos no tópico 3.4.1 deste capítulo.

⁴⁹ A referência sobre o ano de 1991 é devido ao fato de este ser o ano mais recente oferecido pelo IBGE no tocante aos dados sobre o PEA para o município de Uberlândia.

Tabela 3.2- Município de Uberlândia - População por Faixa Etária (1996 e 1999)

Grupos de Idade	Contagem 1996	%	Estimativa 1999	%
Menos de 1 ano	8.909	2,0	9.967	2,0
01 a 04 anos	35.933	8,2	40.199	8,2
05 a 09 anos	45.825	10,4	51.265	10,4
10 a 14 anos	46.073	10,5	51.542	10,5
15 a 19 anos	43.138	9,8	48.259	9,8
20 a 24 anos	44.031	10,0	49.257	10,0
25 a 29 anos	43.965	10,0	49.184	10,0
30 a 34 anos	39.429	9,0	44.110	9,0
35 a 39 anos	32.334	7,4	36.172	7,4
40 a 49 anos	44.380	10,1	49.649	10,1
50 a 59 anos	27.935	6,4	31.251	6,4
60 a 69 anos	17.082	3,9	19.109	3,9
70 a 79 anos	7.539	1,7	8.434	1,7
Mais de 80 anos	2.413	0,5	2.699	0,5
Total	438.986	100,0	491.097	100,0

Fonte: IBGE (Nota- Percentuais de faixa etária extraídos do Censo Demográfico de 1991)

Nos setores da Indústria de Transformação, Comércio e Serviços, a participação setorial das empresas formais por número de empregados no município, apresenta um número relevante de pequenas e principalmente de micro-empresas⁵⁰. Através da tabela 3.3, pode-se verificar que na Indústria a participação das micro empresas no ano de 1999 foi de 83% do total, enquanto o percentual para as pequenas empresas foi de 10,75%. Já a participação acima de 99 empregados foi apenas de 1,86% do total.

Nos setores de Serviço e Comércio, em que o número de micro e pequenas empresas é mais relevante, a participação para as micro empresas foi de 84,42% no Comércio, e de 88,8% nos Serviços. Em relação às pequenas empresas este percentual foi de 12,64 % no setor de Serviços e de 10,26% no comércio. A participação das empresas formais com mais de 99 empregados foi ínfima nestes setores, com um percentual de apenas 0,33% e 1,34% nos setores do Comércio e Serviços, respectivamente.

De modo geral, pode-se dizer que predomina no município a presença de micro e pequenas empresas em detrimento das médias e grandes. E geralmente as condições de trabalho nas primeiras são piores que nas segundas, principalmente no que diz respeito aos salários auferidos e à permanência no emprego. No que diz respeito à participação setorial do emprego, verifica-se a importante participação do setor terciário no município (74,4%),

⁵⁰ Segundo classificação do SEBRAE, as micro empresas na indústria são aquelas com até 19 empregados, e as pequenas empresas aquelas com 20 a 99 empregados. Já nos setores de Serviço e Comércio, as micro empresas, comportam até 09 empregados, e as pequenas empresas de 10 a 49 empregados.

e uma baixa participação dos setores secundário (16,6%) e primário (9,3%), uma estrutura setorial da participação do emprego que faz com que o município de Uberlândia siga a tendência que vem ocorrendo também para o país.

Tabela 3.3 - Município de Uberlândia - Atividade Econômica e Número de Estabelecimentos em Atividade

Setor de Atividades		0 Empregados	Até 4 Empregados	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 2499	De 250 a 499	De 500 a 999	1000 ou mais	Total	Participação Setorial do emprego
Primário	(Agropecuária, Extrativismo, Caça e Pesca)	136	602	66	17	16	9	11	1	2	0	860	9,3%
Secundário	Indústria	98	372	129	115	61	19	10	3	0	3	810	16,6%
	Construção Civil	245	272	104	56	32	13	3	0	1	0	726	
Terciário	Comércio	498	2081	581	271	94	20	9	1	1	1	3557	74,0%
	Serviços	482	1826	456	269	145	52	30	5	6	3	3274	
Outros/Ignorado		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,0%
Total		1459	5153	1336	728	348	113	63	11	10	7	9228	100%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS 1999 (Preliminar)

A partir da análise das informações sobre as características populacionais e produtivas do município, assim como sobre a participação setorial das empresas formais do município, torna-se mais clara a visualização da dimensão do emprego formal no município.

De acordo com a RAIS, existia no município de Uberlândia, no ano de 1998, um contingente de 88.076 trabalhadores empregados (tabela 3.4), para uma população total de 473.073 trabalhadores (tabela 3.1), resultados indicadores de que a RAIS oferece informações para cerca de 18,61% da população. Considerando, a priori, apenas aqueles trabalhadores com idade para trabalhar (entre 15 a 49 anos), estes números se alteraram para 35,61% da população, representando assim uma parcela bem mais significativa da força de trabalho uberlandense. Levando-se em conta o fato de que a RAIS se restringe especificamente ao mercado de trabalho formal, esta base de dados não vai captar os movimentos ocorridos no mercado informal, que pode estar absorvendo uma grande fatia do emprego no mercado de trabalho do município.

Os dados da tabela 3.4 mostram a distribuição do número de trabalhadores empregadas pela RAIS em relação aos setores da economia em 1986 e 1998. Do setor Indústria de Transformação fazem parte as indústrias de extração e tratamento de minerais; produtos de minerais não metálicos; indústria metalúrgica; mecânica; indústria de material elétrico e comunicações; material de transporte; madeira e de mobiliário; papel, papelão e gráfica; borracha, fumo e couro e peles; indústria química; indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; indústria de calçados e de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico. O setor de Comércio, por sua vez, é composto pelo comércio varejista e atacadista. No setor de serviços estão as atividades como: instituições financeiras ligadas ao crédito, seguro e capitalização; comércio de administração de imóveis, serviços técnicos profissionais; serviços de transporte e comunicação; alojamento, alimentação, reparação, manutenção, rádio e TV; atividades relacionadas a serviços de medicina, odontologia e veterinária; e atividades ligadas ao ensino (especificamente o ensino particular). Da Administração Pública fazem parte o poder municipal representado pela Prefeitura Municipal, ligada à administração indireta e direta (poder executivo), e autarquias.

Tabela 3.4 - Empregados em 31/12 no município de Uberlândia por setor de atividade - 1986 e 1998.

SETORES DE ATIVIDADES	1986	%	1998	%
Extração e tratamento de minerais	81	0,14	145	0,16
Indústria de produtos de minerais não metálicos	471	0,81	396	0,45
Indústria metalúrgica	871	1,50	1.157	1,31
Indústria mecânica	409	0,70	211	0,24
Indústria de material elétrico e comunicações	52	0,09	254	0,29
Indústria de material de transportes	215	0,37	278	0,32
Indústria de madeira e de mobiliário	354	0,61	327	0,37
Indústria de papel, papelão e gráfica	532	0,91	834	0,95
Indústria de borracha, fumo, couro e peles	1.842	3,16	2.409	2,74
Indústria química	494	0,85	521	0,59
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.787	3,07	1.243	1,41
Indústria de calçados	631	1,08	350	0,40
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	3.246	5,58	5.429	6,16
Serviços de utilidade pública	272	0,47	1.105	1,25
Construção Civil	2.572	4,42	6.760	7,68
Comércio Varejista	9.874	16,96	14.578	16,55
Comércio Atacadista	5.440	9,34	6.547	7,43
Instituições financeiras (crédito, seguro e capitalização)	2.611	4,48	2.117	2,40
Comércio de administração de imóveis, serviços técnicos profissionais	3.731	6,41	6.591	7,48
Serviços de transporte e comunicação	4.510	7,75	6.591	7,48
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, rádio e TV	9.706	16,67	7.872	8,94
Serviços de medicina, odontologia e veterinária	818	1,40	4.352	4,94
Ensino	202	0,35	2.244	2,55
Administração Pública	5.425	9,32	9.900	11,24
Agricultura	1.495	2,57	5.846	6,64
Outros	580	1,00	19	0,02
Total	58.221	100,00	88.076	100,00

Fonte: Elaboração Própria a partir das tabulações da RAIS/MTb

Percebe-se uma elevação do número de empregos na maioria das atividades quando analisados os anos de 1986 e 1998, sendo estes números mais representativos principalmente no Comércio, especificamente o varejista, no setor da Administração Pública, em atividades ligadas ao setor de Serviço, como serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, rádio e TV; serviços de transporte e comunicação, administração de imóveis, serviços técnicos profissionais. No setor da Indústria de Transformação destacam-se as indústrias de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, além destes setores participam com menor importância os setores da Construção Civil e da Agricultura. Os números nestes setores em relação à participação no emprego somaram em 1998 um percentual de 79,6% do total de empregos. Em números absolutos houve uma elevação de 29.855 empregos comparando-se o período analisado. Sendo assim, nossa preocupação nos tópicos seguintes recairá na análise do perfil do trabalhador inserido nestes setores.

3.3 - Uma análise do Emprego Setorial no município de Uberlândia

Como já foi verificado no tópico anterior, a maior participação setorial no que diz respeito ao número de empregos do município concentra-se nos setores de Serviços, Comércio, Indústria de Transformação e Administração Pública. Os setores da Construção Civil, Agropecuária, e SIUP possuem uma pequena participação quando comparados aos demais, apesar de estarem crescendo no decorrer dos anos. Podemos verificar que, ao concentrar a maior participação dos empregos nestes setores (tabela 3.5), o município segue de forma similar a tendência que está ocorrendo também para o País (tabela 2.19), em que se verifica de igual modo, um volume bem significativo dos trabalhadores empregados nos setores de Comércio e Serviços, assim como uma elevação relativa destes números no decorrer dos anos. É interessante observar que a participação do emprego no Brasil foi mais representativa entre os anos de 1990 a 1992 para o setor de Serviços, e após 1994 para o setor do comércio. E foi justamente a partir de 1990 que a participação da Indústria de Transformação começou a cair. Esta situação ocorreu vinculada ao período de abertura comercial no Brasil a partir de 1990, assim como à política do Plano Real após 1994, dando incentivo às importações, ausência de investimentos produtivos, retração da competitividade interna, entre outros aspectos. Estes fatores, além de decorrer em

mudanças na estrutura dos empregos já existentes, ocasionaram também dificuldade para geração de novos postos de trabalho no que diz respeito ao emprego formal.

Tabela 3.5 - Participação do emprego formal conforme os setores de atividades econômicas do IBGE - Município de Uberlândia(1986 a 1998)-em %

SETOR IBGE	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
EXTR MINERAL e IND. TRANSF	18,9	17,7	17,2	16,7	16,0	15,1	14,9	16,7	14,6	13,4	15,1	15,9	15,4
SERV IND UP	0,5	0,5	0,5	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	1,7	0,9	1,1	1,1	1,3
CONSTR CIVIL	4,4	4,0	4,1	5,4	5,8	6,2	5,4	4,9	8,6	8,0	7,8	6,8	7,7
COMERCIO	26,3	25,5	23,9	25,1	22,8	23,2	21,2	21,1	25,2	23,4	25,3	24,7	24,0
SERVICOS	37,1	38,3	36,5	37,5	38,6	38,0	37,1	29,8	27,0	38,7	32,1	33,3	33,8
ADM PUBLICA	9,3	9,0	10,5	6,2	6,5	6,3	8,3	8,3	8,0	9,8	11,8	11,2	11,2
AGROPECUARIA	2,6	4,4	4,4	5,8	5,5	5,0	5,5	5,7	6,7	4,9	6,6	7,1	6,6
OUTROS/IGNORADO	1,0	0,7	2,9	3,1	4,6	5,9	7,3	13,4	8,2	0,8	0,2	0,1	0,0
Total (RAIS)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTb

3.3.1- Participação do número de empregos por Setor e Gênero

Apesar de o gênero masculino continuar predominando, verifica-se na maioria dos setores estudados, um crescimento da participação feminina no emprego formal do município, excetuando-se na Indústria de Transformação em que a participação masculina é mais marcante do que nos demais setores, com 74,4% do total por gênero em 1998.

Nos setores de Comércio e Serviços esta participação masculina, no mesmo período foi de 70,1% e de 57,1% respectivamente. Na Administração Pública, setor em se verificou uma substancial elevação do emprego feminino, este percentual do emprego masculino foi de apenas 38%. Dessa forma, verifica-se que a o maior crescimento do emprego feminino entre os anos de 1986 a 1998, foi verificado em primeiro lugar na Administração Pública⁵¹, passando de um percentual de 26,8% para 62%; em segundo, pelo setor de Serviços de 31,9% para 42,9%. No setor de Comércio este crescimento foi baixo, passando de 26% para 29,9%.

⁵¹ Grande parte da explicação para o aumento do emprego feminino no decorrer dos anos pode estar associada com o que vem ocorrendo no Brasil, graças a uma queda dos rendimentos do chefe de família, tradicionalmente o homem, e o engendramento da mulher no mercado de trabalho, principalmente como forma de auxiliar nas despesas e orçamentos familiares. Algumas leituras como Leite (1996), Bruschini (1995) e Ikeda (2000) reforçam este argumento. Para visualizar a relação de empregos por posição na família e rendimentos no Brasil, veja também tabelas 2.1 e 2.2 no capítulo 02.

Dois importantes aspectos devem ser colocados a respeito desta análise. O primeiro foi o substancial crescimento do emprego feminino na Administração Pública no decorrer do período estudado, superando em 1998, a participação masculina. Um outro aspecto foi a queda do emprego feminino na Indústria de Transformação em um momento ascendente das mulheres em todos os demais setores, principalmente na Administração Pública e Serviços.

De forma resumida pode-se dizer que a Administração Pública e os Serviços foram os setores que mais absorveram o gênero feminino no emprego formal do município, ao contrário dos setores do comércio, em que houve um pequeno crescimento deste gênero, e da Indústria de Transformação onde estes empregos caíram.

Pode-se dizer que a participação por gênero no município é também equivalente ao que ocorre no Brasil⁵². (tabela 2.20)

Tabela 3.6: Emprego por Gênero segundo o setor de atividade no Município de Uberlândia - 1986, 1990 e 1998

Ind. Transform.	1986	%	1990	%	1998	%
MASCULINO	7407	69,2	7582	70,2	9.970	74,4
FEMININO	3301	30,8	3219	29,8	3.439	25,6
Total	10708	100,0	10801	100,0	13.409	100,0
Comercio	1986	%	1990	%	1998	%
MASCULINO	11216	74,0	11312	72,9	14.815	70,1
FEMININO	3938	26,0	4195	27,1	6.310	29,9
Total	15154	100,0	15507	100,0	21.125	100,0
Serviços	1986	%	1990	%	1998	%
MASCULINO	14.597	68,1	17.211	65,5	16.995	57,1
FEMININO	6.826	31,9	9.061	34,5	12.772	42,9
Total	21.423	100,0	26.272	100,0	29.767	100,0
Adm Publica	1986	%	1990	%	1998	%
MASCULINO	3932	73,2	2575	58,5	3.761	38,0
FEMININO	1443	26,8	1828	41,5	6.139	62,0
Total	5375	100,0	4403	100,0	9.900	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTb

⁵² Em Ikeda (2000), Esta participação mais elevada do gênero masculino é notória no Brasil. Outro aspecto importante verificado pelo autor refere-se ao fato de que um grande volume de cargos no emprego formal vêm sendo ocupado por mulheres, principalmente na Administração Pública (aspecto este similar ao que está ocorrendo em Uberlândia). Para o autor, a Administração Pública é o único setor em que o número de mulheres supera o dos homens, e a qualidade do emprego é claramente superior que aos demais.

3.3.2- Participação do número de empregos por Setor e Faixa Etária

A população engajada no mercado formal de trabalho no município de Uberlândia é predominantemente jovem. Este contingente jovem com números mais expressivos em todos os setores analisados está situado entre 18 a 24 anos e 25 a 29 anos de idade, sendo menos expressivos nas faixas etárias abaixo de 15 anos e acima de 50 anos de idade, apesar de no ano de 1998, o número de trabalhadores com idade entre 30 a 39 anos ter se destacado em relação à sua participação no emprego formal do município.

A participação mais jovem no emprego formal com idade entre 18 a 29 anos é mais visível no Comércio (52,6%), seguida na Indústria de Transformação (47,3%), no setor de Serviços (39,2%) e por último na Administração Pública (19,1%). Neste último setor, ocorre uma tendência de elevação da idade, prevalecendo os trabalhadores situados entre 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, com um percentual de 66,4 % do total dos empregos. Sob este aspecto este setor é o que acompanha de forma mais similar o que vem ocorrendo também para o Brasil (tabela 2.21), com o predomínio da faixa etária situada entre 30 a 39 anos em todos os setores. Assim, pode-se observar, que a população empregada pela RAIS no município de Uberlândia pode ser considerada mais jovem que a brasileira, especificamente nos setores do Comércio, Indústria de Transformação e Serviços, com exceção da Administração Pública. Para Tagliassuchi & Vergara (1985), a particularidade da Administração Pública de empregar um contingente de trabalhadores com idade relativamente mais alta, assim como uma maior permanência no emprego, quando comparada aos demais setores, está provavelmente associada a uma característica singular deste setor, que é o de apresentar maior estabilidade no emprego.⁵³

⁵³ Um dos aspectos relacionados a esta estabilidade é a particularidade que este setor apresenta no tocante ao estatuto próprio que o rege, que é diferentemente da CLT, em que os trabalhadores são contratados através das leis que regem este estatuto. Na esfera municipal, o trabalhador, ao ser contratado, passa por um estágio probatório de aptidão de um mínimo de 01 ano (diferente da CLT, cujo prazo é de 03 meses). Ao ser admitido após este estágio, ele passa a ter incentivos à medida que aumenta o tempo de serviço, aumentando assim as condições de estabilidade.

Tabela 3.7: Emprego por Faixa Etária segundo o setor de atividade no Município de Uberlândia – 1986, 1990 e 1998

Ind. Transf.	1986	%	1990	%	1998	%
10 A 14	114	1,0	43	0,4	11	0,1
15 A 17	630	5,8	620	5,7	385	2,9
18 A 24	3348	30,7	3003	27,8	3.594	26,8
25 A 29	2234	20,5	2132	19,7	2.751	20,5
30 A 39	2754	25,3	3057	28,3	4.054	30,2
40 A 49	1099	10,1	1236	11,4	1.909	14,2
50 A 64	515	4,7	612	5,7	654	4,9
65 OU MAIS	26	0,2	43	0,4	49	0,4
IGNORADO	184	1,7	55	0,5	2	0,0
Total	10904	100,0	10801	100,0	13.409	100,0

Serviços	1986	%	1990	%	1998	%
10 A 14	107	0,5	48	0,2	42	0,1
15 A 17	661	3,1	700	2,7	1.063	3,6
18 A 24	5305	24,6	5667	21,6	6.041	20,3
25 A 29	4418	20,5	4992	19,0	5.635	18,9
30 A 39	6443	29,9	8335	31,7	9.669	32,5
40 A 49	2981	13,8	4219	16,1	5.110	17,2
50 A 64	1435	6,7	1991	7,6	2.010	6,8
65 OU MAIS	93	0,4	159	0,6	190	0,6
IGNORADO	135	0,6	161	0,6	7	0,0
Total	21578	100,0	26272	100,0	29.767	100,0

Comércio	1986	%	1990	%	1998	%
10 A 14	215	1,4	94	0,6	37	0,2
15 A 17	1121	7,3	1009	6,5	923	4,4
18 A 24	5440	35,5	4897	31,6	6.732	31,9
25 A 29	2969	19,4	3255	21,0	4.464	21,1
30 A 39	3285	21,5	3871	25,0	5.758	27,3
40 A 49	1416	9,2	1501	9,7	2.278	10,8
50 A 64	683	4,5	715	4,6	857	4,1
65 OU MAIS	46	0,3	67	0,4	74	0,4
IGNORADO	139	0,9	98	0,6	2	0,0
Total	15314	100,0	15507	100,0	21.125	100,0

Adm Público	1986	%	1990	%	1998	%
10 A 14	8	0,1	2	0,0	0	0,0
15 A 17	91	1,7	27	0,6	0	0,0
18 A 24	911	16,8	427	9,7	573	5,8
25 A 29	1039	19,2	817	18,6	1.321	13,3
30 A 39	1633	30,1	1576	35,8	3.917	39,6
40 A 49	1040	19,2	978	22,2	2.657	26,8
50 A 64	621	11,4	535	12,2	1.297	13,1
65 OU MAIS	26	0,5	31	0,7	117	1,2
IGNORADO	56	1,0	10	0,2	18	0,2
Total	5425	100,0	4403	100,0	9.900	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTb

3.3.3 - Participação do número de empregos por Setor e Grau de Instrução

Examinando a escolaridade do município de Uberlândia, os dados da RAIS permitem deduzir de modo geral, que o trabalhador do mercado formal apresenta um nível de instrução ainda baixo, prevalecendo a 8ª série incompleta em todos os setores, à exceção da Administração Pública. Na Indústria de Transformação, este grau de instrução é acompanhado de perto em 1998 pelas 4ª e 8ª séries completas. No Comércio, pela 8ª série completa e 2º grau incompleto; e no setor de Serviços, pela 4ª série completa e 2º grau completo. Na Administração Pública os níveis de escolaridade dos trabalhadores tendem a ser maiores, concentrando-se no mesmo ano um maior volume no grau superior completo, com 2.216 empregos (22,4%), números que praticamente quadruplicaram em relação ao ano de 1986⁵⁴, que eram de 423 empregos (7,8%). O grau de instrução superior completo foi seguido neste setor, pelo 2º grau completo e pela 4ª série completa. Observa-se então, que houve um aumento bem significativo dos trabalhadores com níveis mais altos de escolaridade neste setor, no decorrer dos anos, embora os demais setores também estejam aumentando sua participação em relação aos trabalhadores mais instruídos (em menor grau

⁵⁴ Um dos fatores associados à presença de níveis mais elevados de escolaridade na Administração Pública, que nos demais setores pode estar vinculado ao perfil dos trabalhadores inseridos neste setor, com relação aos profissionais ligados ao ensino, os funcionários públicos, e os concursados.

que na Administração Pública). Apesar do aumento da participação dos trabalhadores nestes setores no decorrer dos anos, principalmente até o 2º grau completo, verifica-se que os empregos foram mais absorvidos no município, em 1998, por trabalhadores com grau de instrução até a 8ª série incompleta.

Já a tendência do aumento do nível de escolaridade no município pode estar relacionado à exigência por maior qualificação para obter empregos, uma vez que o fato de a demanda dos trabalhadores por emprego ser maior que a oferta de trabalho por parte dos empregadores pode levar ao aumento da exigência por maiores níveis de escolaridade até mesmo para postos, cuja exigência não seja tão elevada. Isto quer dizer que muitos trabalhadores mais instruídos podem estar ocupando postos de trabalho com qualificação superior à exigida para o desenvolvimento de suas funções no trabalho. Este fato pode ser decorrente principalmente de um problema da oferta de emprego, e não necessariamente da obtenção de melhores empregos.

Esta informação torna contraditório, o discurso de que o problema de geração de empregos é em grande parte decorrente de um problema de ausência de escolaridade da mão-de-obra, sobretudo porque ocorre justamente o contrário para a totalidade do emprego, tanto para o Brasil, como para Uberlândia, onde se observam exatamente os trabalhadores com baixos níveis de escolaridade marcando presença no mercado formal de trabalho⁵⁵.

⁵⁵ É bom observar que, no ano de 1998, Uberlândia atinge graus ainda mais baixos de escolaridade, quando comparados aos dados para o Brasil, no capítulo 02, tabela 2.22, em que prevalece no Brasil o 2º grau completo, e em Uberlândia predomina a 8ª série incompleta.

Tabela 3.8: Emprego por Grau de Instrução segundo o setor de atividade no Município de Uberlândia – 1986, 1990 e 1998

Ind.Transf	1986	%	1990	%	1998	%
ANALFABETO	95	0,9	130	1,2	128	1,0
4.SER INCOMP	1238	11,4	1150	10,6	802	6,0
4.SER COMP	2007	18,4	1518	14,1	1.556	11,6
8.SER INCOMP	3296	30,2	3615	33,5	4.565	34,0
8.SER COMP	1727	15,8	1913	17,7	2.487	18,5
2.GR INCOMP	1028	9,4	961	8,9	1.591	11,9
2.GR COMP	945	8,7	980	9,1	1.700	12,7
SUP. INCOMP	198	1,8	197	1,8	248	1,8
SUP. COMP	264	2,4	268	2,5	324	2,4
IGNORADO	106	1,0	69	0,6	8	0,1
Total	10904	100,0	10801	100,0	13.409	100,0

Comercio	1986	%	1990	%	1998	%
ANALFABETO	130	0,8	115	0,7	129	0,6
4.SER INCOMP	1117	7,3	779	5,0	423	2,0
4.SER COMP	2046	13,4	2005	12,9	1.250	5,9
8.SER INCOMP	4158	27,2	4351	28,1	5.560	26,3
8.SER COMP	2829	18,5	2950	19,0	4.702	22,3
2.GR INCOMP	2259	14,8	2317	14,9	3.559	16,8
2.GR COMP	2045	13,4	2145	13,8	4.327	20,5
SUP. INCOMP	328	2,1	366	2,4	564	2,7
SUP. COMP	299	2,0	351	2,3	585	2,8
IGNORADO	103	0,7	128	0,8	26	0,1
Total	15314	100,0	15507	100,0	21.125	100,0

Serviços	1986	%	1990	%	1998	%
ANALFABETO	275	1,3	310	1,2	198	0,7
4.SER INCOMP	2169	10,1	2314	8,8	1.025	3,4
4.SER COMP	3560	16,5	3588	13,7	2.467	8,3
8.SER INCOMP	4070	18,9	5226	19,9	6.252	21,0
8.SER COMP	2298	10,6	2991	11,4	4.323	14,5
2.GR INCOMP	1990	9,2	2652	10,1	3.805	12,8
2.GR COMP	3416	15,8	4456	17,0	6.606	22,2
SUP. INCOMP	1198	5,6	1290	4,9	1.681	5,6
SUP. COMP	2482	11,5	3360	12,8	3.399	11,4
IGNORADO	120	0,6	85	0,3	11	0,0
Total	21578	100,0	26272	100,0	29.767	100,0

Adm Publica	1986	%	1990	%	1998	%
ANALFABETO	256	4,7	163	3,7	129	1,3
4.SER INCOMP	1041	19,2	792	18,0	794	8,0
4.SER COMP	1594	29,4	873	19,8	1.948	19,7
8.SER INCOMP	659	12,1	378	8,6	976	9,9
8.SER COMP	393	7,2	249	5,7	547	5,5
2.GR INCOMP	272	5,0	183	4,2	524	5,3
2.GR COMP	559	10,3	711	16,1	2.065	20,9
SUP. INCOMP	216	4,0	211	4,8	701	7,1
SUP. COMP	423	7,8	843	19,1	2.216	22,4
IGNORADO	12	0,2	0	0,0	0	0,0
Total	5425	100,0	4403	100,0	9.900	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTb

3.3.4 - Participação do número de empregos por Setor e Tempo de Serviço

O tempo de serviço predominante na maioria dos setores analisados no mercado formal de trabalho do município com exceção da Administração Pública, situa-se entre 01 a 02 anos. No Comércio, a participação nesta faixa foi em 1998, de 20,5%; na Indústria de Transformação, de 19,3% do total de empregos e no setor de Serviços, 18,3%. A Administração Pública, por sua vez, teve uma participação ínfima neste tempo de serviço com apenas 5,4% dos empregos. O tempo de serviço que predomina neste setor, diferentemente dos demais, situa-se entre 05 a 10 anos (29,35%). Apesar de a faixa predominante referente ao tempo de serviço concentrar-se entre 01 a 02 anos, verifica-se a partir da tabela 3.9 que a maioria dos trabalhadores do município estão permanecendo somente até 01 ano no serviço, realidade mais visível para o setor do Comércio (43,4%), Serviços (35,3%) e por último para a Indústria de Transformação (33,5%). A Administração Pública representa nesta faixa apenas 5,4% dos empregos.

Dessa forma, verifica-se que o tempo de serviço mais baixo em relação ao emprego formal ocorre principalmente nos setores do Comércio e Serviços, mais acentuadamente no

Comércio, o que nos leva a crer que tais informações podem estar mostrando indícios de uma elevada rotatividade nestes dois setores⁵⁶.

Tabela 3.9: Emprego por tempo de serviço segundo o setor de atividade no Município de Uberlândia - 1986, 1990 e 1998

Ind Transf.	1986	%	1990	%	1998	%
0,0 2,9 M	2087	19,1	1285	11,9	1159	8,6
3,0 5,9 M	1416	13,0	1418	13,1	1230	9,2
6,0 11,9 M	1830	16,8	1475	13,7	2104	15,7
1,0 1,9 A	1725	15,8	2177	20,2	2587	19,3
2,0 2,9 A	889	8,2	1266	11,7	1572	11,7
3,0 4,9 A	937	8,6	1607	14,9	1790	13,3
5,0 9,9 A	1626	14,9	835	7,7	1757	13,1
10 OU + A	380	3,5	730	6,8	1206	9,0
IGNORADO	14	0,1	8	0,1	4	0,0
Total	10904	100,0	10801	100,0	13409	100,0

Comercio	1986	%	1990	%	1998	%
0,0 2,9 M	2858	18,7	1827	11,8	3107	14,7
3,0 5,9 M	2216	14,5	1667	10,7	2567	12,2
6,0 11,9 M	2248	14,7	2219	14,3	3485	16,5
1,0 1,9 A	2749	18,0	3534	22,8	4341	20,5
2,0 2,9 A	1538	10,0	2045	13,2	2780	13,2
3,0 4,9 A	1657	10,8	2191	14,1	2428	11,5
5,0 9,9 A	1517	9,9	1440	9,3	1777	8,4
10 OU + A	511	3,3	580	3,7	632	3,0
IGNORADO	20	0,1	4	0,0	8	0,0
Total	15314	100,0	15507	100,0	21125	100,0

Serviços	1986	%	1990	%	1998	%
0,0 2,9 M	3138	14,5	2666	10,1	3032	10,2
3,0 5,9 M	2179	10,1	2432	9,3	3109	10,4
6,0 11,9 M	2681	12,4	3223	12,3	4382	14,7
1,0 1,9 A	3264	15,1	4132	15,7	5457	18,3
2,0 2,9 A	1719	8,0	2619	10,0	3579	12,0
3,0 4,9 A	2289	10,6	3692	14,1	4229	14,2
5,0 9,9 A	4528	21,0	3295	12,5	3737	12,6
10 OU + A	1729	8,0	4203	16,0	2221	7,5
IGNORADO	51	0,2	10	0,0	21	0,1
Total	21578	100,0	26272	100,0	29767	100,0

Adm Publica	1986	%	1990	%	1998	%
0,0 2,9 M	649	12,0	250	5,7	77	0,8
3,0 5,9 M	432	8,0	317	7,2	224	2,3
6,0 11,9 M	745	13,7	125	2,8	226	2,3
1,0 1,9 A	827	15,2	351	8,0	535	5,4
2,0 2,9 A	665	12,3	528	12,0	1482	15,0
3,0 4,9 A	763	14,1	741	16,8	2157	21,8
5,0 9,9 A	762	14,0	1229	27,9	2899	29,3
10 OU + A	572	10,5	854	19,4	2300	23,2
IGNORADO	10	0,2	8	0,2	0	0,0
Total	5425	100,0	4403	100,0	9900	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTb
 Nota: M: meses e A: anos

3.3.5 - Participação do número de empregos por Setor e Faixa de Remuneração

Apesar de uma sensível elevação dos trabalhadores nas faixas entre 05 a 10 salários mínimos na Administração Pública e Indústria de Transformação, de acordo com as informações da RAIS, pode-se constatar que o nível de salários recebidos no mercado de trabalho formal no município é muito baixo, uma vez que são auferidos pelos trabalhadores, rendimentos não superiores a 03 salários mínimos. É interessante perceber que o número de trabalhadores recebendo baixos salários aumentou em 1998 em todos os setores, sendo essa ocorrência mais relevante no Comércio (63%); Indústria de Transformação (54,7%); Serviços (52,6%) e Administração Pública (47%). Desta forma,

⁵⁶ Segundo Tagliassuchi & Vergara (1985), esta ausência de estabilidade no emprego no Brasil pode estar associado: "De um lado, porque inexistem mecanismos que garantam ao trabalhador desempregado meios de sobrevivência enquanto busca um novo emprego, e, de outro, pela existência de falhas na legislação trabalhista quando trata da regulamentação das relações entre o capital e o trabalho, na medida em que não tem meios de coibir a dispensa arbitrária, nem determinar regras e restrições à dispensa em massa." (Tagliassuchi & Vergara, 1985.P:74-5).

pode-se perceber que as trabalhadores recebendo até 03 salários mínimos representam mais da metade da população empregada. Mesmo na Administração Pública e na Indústria de Transformação com um pequeno aumento nas faixas entre 05 a 10 salários mínimos, estes números no total dos empregos é pouco representativo. Cabe ressaltar também que, apesar de a Administração Pública adotar a característica de uma maior estabilidade no emprego assim como um grau de instrução mais elevado, não ocorre uma diferenciação em relação aos salários recebidos. Um dos fatores que pode estar vinculado a estes baixos salários pode estar relacionado com a presença substancial das mulheres neste setor, uma vez que este gênero auferir rendimentos mais baixos mesmo possuindo níveis mais altos de escolaridade e maior permanência no serviço. Não obstante tudo isso, pode-se dizer que os rendimentos auferidos no município de Uberlândia são relativamente baixos em todos os setores da economia⁵⁷.

Finalmente, com relação ao emprego formal no município, pode-se constatar que: há um predomínio do gênero masculino sobre o feminino; a faixa etária predominante situa-se entre 18 a 24 e 30 a 39 anos; o grau de instrução é o equivalente à 8ª série incompleta e 2º grau completo; o tempo de serviço varia entre 01 a 03 anos; e os salários situam-se na faixa de até 03 salários mínimos (considerando-se as exceções já feitas para o setor da Administração Pública), este perfil será resumido na tabela 3.11.

⁵⁷ Pela comparação com a tabela 2.23, no capítulo 02, pode-se perceber que estes rendimentos não diferem muito daqueles encontrados para o Brasil no ano de 1998, em que a faixa predominante no país situa-se entre 2,01 a 3,00 salários mínimos.

Tabela 3.10: Emprego por faixa de remuneração segundo o setor de atividade no Município de Uberlândia - 1986, 1990 e 1998 (Salários Mínimos)

Ind Transf	1986	%	1990	%	1998	%
0,00 0,50	23	0,2	26	0,2	5	0,0
0,51 1,00	790	7,2	294	2,7	327	2,4
1,01 2,00	3915	35,9	3189	29,5	3.624	27,0
2,01 3,00	2012	18,5	2215	20,5	3.386	25,3
3,01 4,00	1442	13,2	1560	14,4	1.539	11,5
4,01 5,00	871	8,0	1101	10,2	1.022	7,6
5,01 7,00	729	6,7	874	8,1	1.255	9,4
7,01 10,00	401	3,7	600	5,6	963	7,2
10,01 15,00	223	2,0	311	2,9	603	4,5
15,01 20,00	89	0,8	96	0,9	219	1,6
MAIS DE 20,0	127	1,2	182	1,7	298	2,2
IGNORADO	282	2,6	353	3,3	168	1,3
Total	10.904	100,0	10.801	100,0	13.409	100,0

Comercio	1986	%	1990	%	1998	%
0,00 0,50	14	0,1	20	0,1	19	0,1
0,51 1,00	359	2,3	361	2,3	369	1,7
1,01 2,00	5907	38,6	5042	32,5	5.568	26,4
2,01 3,00	2927	19,1	2747	17,7	4.325	20,5
3,01 4,00	1597	10,4	2019	13,0	2.470	11,7
4,01 5,00	979	6,4	1344	8,7	1.518	7,2
5,01 7,00	1208	7,9	1648	10,6	1.594	7,5
7,01 10,00	991	6,5	990	6,4	954	4,5
10,01 15,00	651	4,3	692	4,5	552	2,6
15,01 20,00	142	0,9	183	1,2	246	1,2
MAIS DE 20,0	153	1,0	191	1,2	236	1,1
IGNORADO	386	2,5	270	1,7	265	1,3
Total	15.314	100,0	15.507	100,0	21.125	100,0

Serviços	1986	%	1990	%	1998	%
0,00 0,50	146	0,7	53	0,2	69	0,2
0,51 1,00	979	4,5	475	1,8	1.608	5,4
1,01 2,00	4482	20,8	5449	20,7	1.677	5,6
2,01 3,00	3743	17,3	4311	16,4	6.081	20,4
3,01 4,00	2866	13,3	3158	12,0	4.233	14,2
4,01 5,00	1710	7,9	2488	9,5	2.373	8,0
5,01 7,00	1970	9,1	3286	12,5	2.266	7,6
7,01 10,00	1790	8,3	2266	8,6	1.569	5,3
10,01 15,00	1434	6,6	1577	6,0	1.298	4,4
15,01 20,00	843	3,9	875	3,3	663	2,2
MAIS DE 20,0	1025	4,8	1224	4,7	1.179	4,0
IGNORADO	590	2,7	1110	4,2	503	1,7
Total	21.578	100,0	26.272	100,0	29.767	100,0

Adm Publica	1986	%	1990	%	1998	%
0,00 0,50	58	1,1	3	0,1	73	0,7
0,51 1,00	383	7,1	75	1,7	62	0,6
1,01 2,00	751	13,8	819	18,6	2.071	20,9
2,01 3,00	1664	30,7	1240	28,2	4.205	42,5
3,01 4,00	964	17,8	803	18,2	1.389	14,0
4,01 5,00	465	8,6	385	8,7	1.020	10,3
5,01 7,00	413	7,6	571	13,0	1.396	14,1
7,01 10,00	179	3,3	277	6,3	825	8,3
10,01 15,00	299	5,5	118	2,7	375	3,8
15,01 20,00	45	0,8	37	0,8	97	1,0
MAIS DE 20,0	30	0,6	24	0,5	54	0,5
IGNORADO	174	3,2	51	1,2	91	0,9
Total	5.425	100,0	4.403	100,0	9.900	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS/MTb

Tabela 3.11: Comparativo dos quatro principais setores de atividade em relação à informação que ocorre com maior frequência (moda), quanto a gênero, grau de instrução, faixa etária, faixa de remuneração e tempo de serviço para os anos de 1986, 1990 e 1998.

Setor de Atividade	Gênero		
	1986	1990	1998
Indústria de transformação	masc.	masc.	masc.
Comércio	masc.	masc.	masc.
Serviços	masc.	masc.	masc.
Adm. Pública	masc.	masc.	fem.

Setor de Atividade	Grau de Instrução		
	1986	1990	1998
Indústria de transformação	8ª série incomp.	8ª série incomp.	8ª série incomp.
Comércio	8ª série incomp.	8ª série incomp.	8ª série incomp.
Serviços	8ª série incomp.	8ª série incomp.	2º grau comp.
Adm. Pública	4ª série comp.	4ª série comp.	sup. Comp.

Setor de Atividade	Faixa Etária		
	1986	1990	1998
Indústria de transformação	18 a 24 anos	30 a 39 anos	30 a 39 anos
Comércio	18 a 24 anos	18 a 24 anos	18 a 24 anos
Serviços	30 a 39 anos	30 a 39 anos	30 a 39 anos
Adm. Pública	30 a 39 anos	30 a 39 anos	30 a 39 anos

Setor de Atividade	Faixa de Remuneração		
	1986	1990	1998
Indústria de transformação	1,01 a 2,00 Sal. Min.	1,01 a 2,00 Sal. Min.	1,01 a 2,00 Sal. Min.
Comércio	1,01 a 2,00 Sal. Min.	1,01 a 2,00 Sal. Min.	1,01 a 2,00 Sal. Min.
Serviços	1,01 a 2,00 Sal. Min.	1,01 a 2,00 Sal. Min.	2,01 a 3,00 Sal. Min.
Adm. Pública	2,01 a 3,00 Sal. Min.	2,01 a 3,00 Sal. Min.	2,01 a 3,00 Sal. Min.

Setor de Atividade	Tempo de Serviço		
	1986	1990	1998
Indústria de transformação	0,0 a 2,9 meses	1,0 a 1,9 anos	1,0 a 1,9 anos
Comércio	0,0 a 2,9 meses	1,0 a 1,9 anos	1,0 a 1,9 anos
Serviços	5,0 a 9,9 anos	10 ou + anos	1,0 a 1,9 anos
Adm. Pública	1,0 a 1,9 anos	5,0 a 9,9 anos	5,0 a 9,9 anos

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTb

Nota: Lembramos que as informações deste quadro são referentes àquelas que ocorrem com maior frequência (moda),

Através da análise conjunta dos dados em relação ao perfil do emprego no município de Uberlândia, podemos chegar a algumas conclusões. Em relação ao gênero, a mudança maior se verificou na Administração Pública principalmente a partir de 1990, em que as mulheres aumentaram significativamente sua participação no mercado formal de trabalho. Neste setor, o grau de instrução também aumentou passando da 4ª série completa em 1986 para o superior completo em 1998. Um dos fatores ligados a esta diferenciação do

perfil feminino em 1998 pode ser decorrente da exigência por maior investimento em educação e o processo de municipalização do ensino no município, ocorridos principalmente a partir da Constituição de 1988. Outro aspecto que justifica este aumento do gênero feminino é a presença típica das mulheres nas atividades de ensino, e que por sua vez, exigem uma escolaridade mais elevada. Nos demais setores, o grau de instrução predominante é a 8ª série incompleta. Em relação à faixa etária, predomina no ano de 1998 a idade entre 18 a 24 anos no setor do Comércio, e de 30 a 39 anos nos demais setores.

Em relação à remuneração, pode-se constatar que nesses anos praticamente não houve alterações nos setores analisados, mantendo-se entre 2,01 a 3,00 salários mínimos para a Administração Pública e setor de Serviços, e na faixa equivalente a 1,01 a 2,00 nos demais setores. Em relação ao tempo de serviço, o setor da Administração pública se diferencia, prevalecendo uma permanência entre 05 a 10 anos, diferentemente dos demais setores, com o predomínio de um tempo equivalente a um período de 01 a 02 anos no emprego.

3.4 - O Perfil do trabalhador inserido no Emprego Formal do Município de Uberlândia.

3.4.1- Remuneração e Gênero

Os números relativos ao emprego masculino na Indústria de Transformação se elevaram de 69,2 % em 1986 para 74,4 % no ano de 1998, enquanto os empregos femininos passaram de um percentual de 30,8 % para 25,6% no mesmo período. Em termos absolutos, ao longo do período houve um aumento de 2.563 empregos masculinos e de apenas 138 empregos femininos neste setor. Assim, pode-se perceber uma elevação dos empregos masculinos na Indústria de Transformação e uma queda da participação feminina no decorrer dos anos.

Apesar da maior concentração masculina neste setor, pode-se dizer que a remuneração dos trabalhadores é ainda muito baixa, com a maioria recebendo até 03 salários mínimos. É interessante observar que não houve variação desta faixa salarial ao longo do tempo analisado, mantendo-se entre 1,01 a 2,00 salários.

582
100
Podrão 1
Para facilitar nossa análise, iremos arbitrariamente considerar como **salários baixos**, os situados em até 03 salários mínimos, **salários intermediários**, os de 03 a 07 salários mínimos e **salários altos**, os acima de 07 salários mínimos.

Em relação aos baixos salários em 1986 a participação das mulheres neste setor caiu de 24,1 % do total de empregos para 18,8 % em 1998. Em relação à participação masculina, pode-se observar que os salários mais baixos caíram de 37,4% para 35,9%. Nas faixas mais elevadas, acima de 07 salários mínimos, a participação feminina na Indústria de Transformação passou de 0,5 %, em 1986 para 1,1% no mesmo ano. A participação do gênero masculino nas faixas mais elevadas teve por sua vez, um aumento de 7,3% para 14,3 % considerando-se o mesmo período. Assim, pode-se observar que as mulheres que estão recebendo salários mais altos constituem uma camada bem inferior à dos homens. Assim, constata-se que, ao que tudo indica, está havendo uma discriminação por gênero no mercado de trabalho do município, com as mulheres auferindo rendimentos bem inferiores aos dos homens.

Wou
Para Ikeda (2000), percebe-se claramente para o caso particular do Brasil, uma defasagem salarial das mulheres em relação aos homens. Mesmo em cargos para os quais as mulheres estão mais bem preparadas que os homens, isto não tem sido suficiente para diminuir as desigualdades dos rendimentos entre os dois gêneros, realidade constatada no município de Uberlândia, tal como ocorre no Brasil como um todo.

No setor do Comércio, a participação masculina em 1986 era de 74 % do total dos empregos, enquanto a feminina representava 26%, no mesmo ano (tabela 3.13). Estes números evoluíram em 1998 para 70,1% para o gênero masculino e 29,9% para o feminino, o que quer dizer que, apesar de a participação masculina ser maior neste setor, as mulheres aumentaram a participação em 3,9 p.p, enquanto os homens neste mesmo período perderam uma participação equivalente. É interessante observar nestes termos, que o perfil do Comércio se altera quando comparado ao da Indústria de Transformação, uma vez que na Indústria, a participação relativa das mulheres não se elevou muito; pelo contrário, caiu em 5,18 p.p no período analisado, enquanto para os homens ocorreu neste setor, um aumento da participação em 5,25 p.p do total do emprego.

Em números absolutos, no setor do Comércio de 1986 a 1998 houve uma elevação de 3.599 empregos masculinos e de 2.372 empregos femininos, representando estes números uma variação positiva importante da participação das mulheres neste setor quando comparado com a Indústria de Transformação. Isto porque enquanto na Indústria de

Transformação em 12 anos houve um aumento de apenas 138 empregos para o gênero feminino; no Comércio este aumento foi de 2.372 empregos, dados que comprovam uma elevação da participação das mulheres no Comércio. Em relação à remuneração recebida por gênero neste setor, pode-se dizer que a concentração dos empregos não foi alterada comparando-se o período estudado, situando-se entre 1,00 a 2,00 salários mínimos.

Nesta faixa de salários predominante entre 1,01 a 2,00 salários, o gênero masculino participou no ano de 1986, com um percentual de 24,5 % do total de empregos enquanto para as mulheres este percentual foi de 14 % no mesmo período. Estes números se alteraram em 1998 para 23,8% para os homens e 16,8% para as mulheres. A partir da análise destes dados, verifica-se a tendência de queda do número de trabalhadores empregados neste setor, em ambos os gêneros, nas faixas de salários mais baixos. Entretanto, verifica-se que o número de mulheres recebendo baixos salários é bem mais significativo quando comparado ao de homens, que estão aumentando sua participação no emprego, principalmente nas faixas mais altas de salários.

Para reforçar este resultados, observamos que em 1986, a concentração por gênero neste setor nas faixas mais baixas de salários foi de 40,1% para os homens e de 19,9 % para as mulheres. Estes indicadores evoluíram em 1998, para um percentual de 39,3% para os homens e de 23,5 % para as mulheres. Assim, verifica-se que o volume das mulheres com salários mais baixos no emprego formal aumentou mais que o dos homens.⁵⁸

No que diz respeito aos salários mais elevados (acima de 07 salários mínimos), esta relação se modifica. Em 1986, os homens ocupavam nesta faixa 11,5 % do total de empregos, e as mulheres apenas 1,3 %.⁵⁹ Estes números passaram em 1998 para 8,3% para os homens e 2,5 % para as mulheres. Isto requer dizer que apesar de o total de empregos no Comércio estar crescendo, principalmente quando comparado ao setor da Indústria de Transformação, as faixas de remuneração mais elevadas estão diminuindo sua participação.

Em relação ao setor de Serviços verificamos, através da tabela 3.14, que o emprego masculino em 1986 representava neste setor uma participação relativa de 68,1% do total,

⁵⁸ Em um trabalho feito para o Brasil sobre a participação por gênero nos setores da Indústria de Transformação; Setor de Comércio; Serviços e Administração Pública, no ano de 1998. Ikeda (2000) coloca que no Brasil a situação mais precária das mulheres em relação à remuneração se encontra no setor do Comércio, em que 72,8% das mulheres recebem no máximo até 03 salários mínimos, e apenas 2,6% são remuneradas com pelo menos 10 salários mínimos.

⁵⁹ A partir destes dados observa-se que grande parte do número de empregos femininos no município de Uberlândia concentra-se na faixa mais baixa de salários, uma vez que nas faixas mais altas a representação masculina é bem maior que a feminina. Observa-se que o município vem seguindo uma tendência similar ao que vem ocorrendo no Brasil, em relação a estes aspectos.

enquanto o feminino mantinha-se em 31,9%. Estes números evoluíram no ano de 1998 para 57,1 % para os homens e 42,9% para as mulheres, dados que revelam uma importante participação das mulheres neste setor, sendo mais relevantes quando comparados aos demais setores estudados até então (em que houve na Indústria de Transformação uma alteração na participação relativa do emprego formal de 30,8 % em 1986, para 25,6% em 1998, no Comércio estes números passaram de 26 % em 1986 para 29,9% em 1998. Já no setor de Serviços o emprego feminino passou de 31,9% para 42,9%, considerando o mesmo período de tempo).

Através desta análise, podemos observar que o setor de Serviços concentra grande parte das mulheres do mercado formal do município, sendo esta participação inferior apenas ao setor da Administração Pública. É interessante observar que em 12 anos o gênero masculino no setor de Serviços, aumentou sua participação absoluta em 2.398 empregos, enquanto para as mulheres este aumento foi de 5.946 empregos, o que quer dizer que o crescimento deste setor na economia local, se caracteriza pela geração de empregos tipicamente femininos, apesar de a maioria destas mulheres estar recebendo baixos salários. Por exemplo, nos dois anos estudados, as mulheres que ganhavam até 03 salários mínimos passaram de um percentual de 15,2 % para 26,2 %, o mesmo não ocorrendo para as faixas de salários mais altos (acima de 07 salários mínimos) pois, no ano de 1998, apenas 5,7 % das mulheres situavam-se nesta faixa de salários, diferente dos homens, que tiveram uma participação de 10,2 % no mesmo ano. Uma das questões que pode estar associada com esta realidade é a representatividade das mulheres em ocupações consideradas como tipicamente femininas e que presumem uma baixa remuneração⁶⁰, como as de serviços domésticos, limpeza, serviços gerais, e outras atividades de características precárias ligadas a este setor.

O perfil do emprego formal na Administração Pública se diferencia em muito dos demais setores, principalmente no tocante à participação mais elevada das mulheres no emprego, que aumentou substancialmente comparando-se o período estudado. No ano de 1998, este aumento absoluto dos empregos femininos foi de 4.696 empregos, enquanto os empregos masculinos sofreram no mesmo período uma queda de 171 empregos neste setor (tabela 3.15).

⁶⁰ Para Ikeda(2000), a precariedade própria do mercado de trabalho feminino que se concentra especialmente nos serviços domésticos, tem sido usada como justificativa no Brasil, para explicar as diferenças das remunerações entre homens e mulheres.

Comparando os resultados analisados, podemos antecipar, de forma preliminar, que a participação das mulheres na Administração Pública é maior que em todos os demais setores. Outra questão importante em relação à Administração Pública é uma tendência da elevação das mulheres que recebem salários um pouco melhores, apesar de na maioria continuarem predominando os baixos salários, especificamente entre 2,01 a 3,00 salários mínimos. Há também neste setor, um maior equilíbrio em 1998, entre as mulheres que recebem até 03 salários (30,2 %) e as que recebem acima de 07 salários mínimos (9 %), em relação ao gênero masculino que recebe até 03 salários mínimos (17 %) e o que recebe acima de 07 salários mínimos (4,7 %).

Em relação à participação do gênero masculino neste setor, pode-se observar que o percentual em 1986 era de 73,2% do total de empregos, enquanto o feminino manteve um percentual de 26,8% do total, uma situação praticamente revertida no ano de 1998, quando os empregos masculinos sofreram uma queda para 38 %, e os femininos se elevaram para 62 % do total de empregos. Dessa forma, torna-se evidente que houve um aumento significativo das mulheres no emprego formal deste setor. Um dos fatores que pode estar associado a este aumento pode ser decorrente entre muitos aspectos, das políticas obrigatórias vinculadas à educação, por parte da prefeitura municipal, elevando consideravelmente o número de profissionais ligados ao ensino, cuja maioria é constituída de mulheres. Outra questão que pode estar associada com o aumento da participação das mulheres neste setor é o fato de as mesmas estarem inseridas em mais de um emprego. Para Tagliassuchi & Vergara (1985), a probabilidade de um indivíduo ter mais de um emprego é maior na Administração Pública que nos demais setores.

Através destes dados, pode-se dizer que, diferentemente dos demais setores, as mulheres atingem neste setor um patamar semelhante ao dos homens com relação a sua participação salarial no emprego formal.

Tabela 3.12: Indústria de Transformação - Remuneração (em salários mínimos) por Gênero - 1986/1998

98	MASC	%	FEM	%	Total	%
ATE 0,50	3	0,0	2	0,0	5	0,0
0,51 1,00	186	1,4	141	1,1	327	2,4
1,01 2,00	2.130	15,9	1.494	11,1	3.624	27,0
2,01 3,00	2.496	18,6	890	6,6	3.386	25,3
3,01 4,00	1.228	9,2	311	2,3	1.539	11,5
4,01 5,00	797	5,9	225	1,7	1.022	7,6
5,01 7,00	1.091	8,1	164	1,2	1.255	9,4
7,01 10,00	877	6,5	86	0,6	963	7,2
10,01 15,00	559	4,2	44	0,3	603	4,5
15,01 20,00	200	1,5	19	0,1	219	1,6
MAIS DE 20,0	278	2,1	20	0,1	298	2,2
IGNORADO	125	0,9	43	0,3	168	1,3
Total	9.970	74,4	3.439	25,6	13.409	100,0

86	MASC	%	FEM	%	Total	%
0,00 0,50	19	0,2	3	0,0	22	0,2
0,51 1,00	329	3,1	416	3,9	745	7,0
1,01 2,00	2.041	19,1	1.786	16,7	3.827	35,7
2,01 3,00	1.603	15,0	375	3,5	1.978	18,5
3,01 4,00	1.096	10,2	331	3,1	1.427	13,3
4,01 5,00	674	6,3	193	1,8	867	8,1
5,01 7,00	656	6,1	72	0,7	728	6,8
7,01 10,00	358	3,3	43	0,4	401	3,7
10,01 15,00	211	2,0	11	0,1	222	2,1
15,01 20,00	83	0,8	2	0,0	85	0,8
MAIS DE 20,0	125	1,2	2	0,0	127	1,2
IGNORADO	212	2,0	67	0,6	279	2,6
Total	7.407	69,2	3.301	30,8	10.708	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.13: Comércio – Remuneração (em salários mínimos) por Gênero - 1986/1998

98	MASC	%	FEM	%	Total	%
ATE 0,50	10	0,0	9	0,0	19	0,1
0,51 1,00	205	1,0	164	0,8	369	1,7
1,01 2,00	5.022	23,8	3.555	16,8	8.577	40,6
2,01 3,00	3.073	14,5	1.252	5,9	4.325	20,5
3,01 4,00	1.963	9,3	507	2,4	2.470	11,7
4,01 5,00	1.291	6,1	227	1,1	1.518	7,2
5,01 7,00	1.300	6,2	294	1,4	1.594	7,5
7,01 10,00	828	3,9	126	0,6	954	4,5
10,01 15,00	495	2,3	57	0,3	552	2,6
15,01 20,00	215	1,0	31	0,1	246	1,2
MAIS DE 20,0	225	1,1	11	0,1	236	1,1
IGNORADO	188	0,9	77	0,4	265	1,3
Total	14.815	70,1	6.310	29,9	21.125	100,0

86	MASC	%	FEM	%	Total	%
0,00 0,50	10	0,1	3	0,0	13	0,1
0,51 1,00	223	1,5	127	0,8	350	2,3
1,01 2,00	3.709	24,5	2.125	14,0	5.834	38,5
2,01 3,00	2.124	14,0	767	5,1	2.891	19,1
3,01 4,00	1.293	8,5	293	1,9	1.586	10,5
4,01 5,00	798	5,3	175	1,2	973	6,4
5,01 7,00	1.059	7,0	144	1,0	1.203	7,9
7,01 10,00	861	5,7	127	0,8	988	6,5
10,01 15,00	595	3,9	56	0,4	651	4,3
15,01 20,00	131	0,9	11	0,1	142	0,9
MAIS DE 20,0	145	1,0	6	0,0	151	1,0
IGNORADO	268	1,8	104	0,7	372	2,5
Total	11.216	74,0	3.938	26,0	15.154	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.14: Serviços - Remuneração (em salários mínimos) por Gênero 1986/1998

98	MASC	%	FEM	%	Total	%
ATE 0,50	49	0,2	20	0,1	69	0,2
0,51 1,00	761	2,6	847	2,8	1.608	5,4
1,51 2,00	3.354	11,3	4.571	15,4	7.925	26,6
2,01 3,00	3.726	12,5	2.355	7,9	6.081	20,4
3,01 4,00	2.698	9,1	1.535	5,2	4.233	14,2
4,01 5,00	1.612	5,4	761	2,6	2.373	8,0
5,01 7,00	1.441	4,8	825	2,8	2.266	7,6
7,01 10,00	927	3,1	642	2,2	1.569	5,3
10,01 15,00	802	2,7	496	1,7	1.298	4,4
15,01 20,00	434	1,5	229	0,8	663	2,2
MAIS DE 20,0	878	2,9	301	1,0	1.179	4,0
IGNORADO	313	1,1	190	0,6	503	1,7
Total	16.995	57,1	12.772	42,9	29.767	100,0

86	MASC	%	FEM	%	Total	%
0,00 0,50	49	0,2	91	0,4	140	0,7
0,51 1,00	573	2,7	386	1,8	959	4,5
1,01 2,00	2.582	12,1	1.850	8,6	4.432	20,7
2,01 3,00	2.775	13,0	951	4,4	3.726	17,4
3,01 4,00	2.135	10,0	715	3,3	2.850	13,3
4,01 5,00	1.354	6,3	345	1,6	1.699	7,9
5,01 7,00	1.384	6,5	579	2,7	1.963	9,2
7,01 10,00	1.169	5,5	617	2,9	1.786	8,3
10,01 15,00	874	4,1	558	2,6	1.432	6,7
15,01 20,00	518	2,4	317	1,5	835	3,9
MAIS DE 20,0	731	3,4	291	1,4	1.022	4,8
IGNORADO	453	2,1	126	0,6	579	2,7
Total	14.597	68,1	6.826	31,9	21.423	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.15: Administração Pública - Remuneração (em salários mínimos) por Gênero 1986/1998

98	MASC	%	FEM	%	Total	%
ATE 0,50	35	0,4	38	0,4	73	0,7
0,51 1,00	26	0,3	36	0,4	62	0,6
1,01 2,00	110	1,1	203	2,1	313	3,2
2,01 3,00	1.506	15,2	2.699	27,3	4.205	42,5
3,01 4,00	762	7,7	627	6,3	1.389	14,0
4,01 5,00	399	4,0	621	6,3	1.020	10,3
5,01 7,00	433	4,4	963	9,7	1.396	14,1
7,01 10,00	295	3,0	530	5,4	825	8,3
10,01 15,00	97	1,0	278	2,8	375	3,8
15,01 20,00	27	0,3	70	0,7	97	1,0
MAIS DE 20,0	40	0,4	14	0,1	54	0,5
IGNORADO	31	0,3	60	0,6	91	0,9
Total	3.761	38,0	6.139	62,0	9.900	100,0

86	MASC	%	FEM	%	Total	%
0,00 0,50	37	0,7	21	0,4	58	1,1
0,51 1,00	278	5,2	98	1,8	376	7,0
1,01 2,00	566	10,5	167	3,1	733	13,6
2,01 3,00	1.105	20,6	552	10,3	1.657	30,8
3,01 4,00	773	14,4	179	3,3	952	17,7
4,01 5,00	401	7,5	62	1,2	463	8,6
5,01 7,00	303	5,6	109	2,0	412	7,7
7,01 10,00	135	2,5	42	0,8	177	3,3
10,01 15,00	152	2,8	147	2,7	299	5,6
15,01 20,00	25	0,5	20	0,4	45	0,8
MAIS DE 20,0	25	0,5	5	0,1	30	0,6
IGNORADO	132	2,5	41	0,8	173	3,2
Total	3.932	73,2	1.443	26,8	5.375	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

3.4.2- Escolaridade e Tempo de Serviço

A população trabalhadora engajada no mercado formal de trabalho no município possui uma baixa instrução em todos os setores analisados. O contingente empregado, com exceção da Administração Pública, está concentrado em maior volume no grau de instrução correspondente a 8ª série incompleta, grau de instrução que abrange um número mais elevado de trabalhadores, principalmente na Indústria de Transformação e no setor do Comércio. Enquanto em 1986, os trabalhadores possuindo a 8ª série incompleta na Indústria de Transformação correspondiam a 30,2 % do total dos empregos, em 1998 estes números se alteraram para 34 % do total (tabela 3.16).

No setor de Comércio, ocorreu uma tendência similar em que o grau de instrução 8ª série incompleta passou de 27,2 % do total dos empregos para 26,3 % no período analisado. Pode-se perceber que assim como na Indústria de Transformação, não ocorreram modificações importantes neste setor em relação ao grau de instrução. Em relação aos demais setores como Serviços e Administração Pública, pode-se observar que os níveis de escolaridade aumentaram bem mais do que na Indústria de Transformação e Comércio. Em 1986, os trabalhadores possuindo o 2º grau completo participavam no setor de Serviços com 15,9% do total de empregos, já em 1998, os trabalhadores possuindo este grau de instrução passaram para 22,2% do total dos empregos. A participação da 8ª série incompleta, no mesmo período, passou de um percentual de 18,8% do total de empregos para um percentual de 21 %.

As alterações mais substanciais em relação ao grau de instrução ocorreram na Administração Pública, com um aumento significativo dos trabalhadores empregados possuindo escolaridade mais elevada. Por exemplo, em 1986 a participação no emprego formal vinculada a 4ª série completa e superior completo foi de 29,5% e de 7,8% respectivamente, números que se alteraram em 1998 para um percentual de 19,7% para a 4ª série completa, e de 22,4% para os trabalhadores possuindo superior completo. Assim, o grau de instrução, superior completo, praticamente quadruplicou sua participação quando comparados ambos os anos.⁶¹

É interessante perceber que, associado ao aumento da mão-de-obra mais escolarizada, ocorreu na Administração Pública uma elevação do tempo de serviço. Enquanto neste setor a permanência dos trabalhadores situou-se acima de 05 anos, nos demais setores, este tempo de serviço não ultrapassou os 03 anos⁶². Lembramos também que além de uma baixa permanência no emprego, os trabalhadores inseridos nesses setores apresentaram de modo geral, um grau de instrução mais baixo, equivalente à 8ª série incompleta.

Na Indústria de Transformação, o tempo de serviço predominante no ano de 1998 não passou de 02 anos, porém, pode ser verificado que está havendo uma elevação do

⁶¹ Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Uberlândia houve no decorrer dos anos 90, uma elevação do quadro administrativo da prefeitura, assim como uma queda dos trabalhadores ligadas às atividades operacionais, além da abertura de concursos na Administração Pública nos últimos anos para efetivação dos profissionais que antes trabalhavam de forma instável. Estes aspectos podem estar relacionados ao grau mais elevado de instrução deste setor comparado aos demais.

⁶² Esta maior permanência das trabalhadoras no emprego na Administração Pública pode estar relacionada com uma característica singular deste setor, qual seja o de apresentar maior estabilidade no emprego.

número de trabalhadores acima de 02 anos de serviço e uma redução dos que possuem um tempo abaixo de 01 ano de serviço. Por exemplo, enquanto em 1986 o percentual dos trabalhadores com mais de 02 anos no serviço era de 35,5 % do total, em 1998 este percentual foi de 47,1% do total dos empregos. Em relação ao tempo mais baixo, especificamente até 01 ano, estes números caíram de 48,4 % para 33,5 % no período analisado. É interessante observar porém, que apesar dos trabalhadores estarem alcançando uma pequena elevação no tempo de serviço na Indústria de Transformação, não ocorreu ao longo do período, um aumento substancial nos níveis de escolaridade, predominando a 8ª série incompleta. Esta mesma observação é válida para o setor de Comércio, diferentemente do setor de Serviços e Administração Pública⁶³.

No setor de Comércio, semelhante à Indústria de Transformação, está ocorrendo também tendência de elevação dos trabalhadores com permanência maior no emprego, principalmente a partir de 02 anos de serviço (apesar de esta participação ainda ser irrelevante comparada às faixas mais baixas de tempo no serviço). Estes números evoluíram de uma participação de 34,4%, para 36,01%, comparando os dois anos estudados. Pode-se verificar porém, que apesar de ter aumentado o volume de trabalhadores acima de 02 anos no serviço neste setor, estes números são substancialmente menores quando comparados à Indústria de Transformação, em que a participação do tempo de serviço mais baixo, até 01 ano, foi de 48,4 % em 1986, passando para um percentual de 33,5 % no ano de 1998. Já no intervalo entre 01 a 02 anos, estes números se alteraram de 15,9 % para 19,3 % considerando o mesmo período de tempo. Este perfil do emprego ocorrido no Comércio, em que está havendo uma queda dos trabalhadores nas camadas mais baixas de tempo de serviço e uma elevação para as faixas um pouco mais altas é similar também, ao que vem ocorrendo na Indústria de Transformação. É interessante observar, porém, que assim como na Indústria de Transformação, este pequeno aumento da participação no tempo de serviço é relativamente menor quando comparado ao sensível aumento que vem ocorrendo nos níveis de escolaridade.

⁶³ Quando analisados os dados sobre o tempo de serviço no Brasil no ano de 1998 para o Brasil (tabela 2.24), verifica-se que o tempo de serviço predominante no país tem uma duração maior, onde predominam os trabalhadores inseridas na faixa acima de 10 anos de serviço (apesar de existir uma importante participação das trabalhadores nas faixas onde o tempo de serviço é baixo). Já em Uberlândia esta variação não supera os 03 anos de serviço. O setor que mais se assemelha ao que vem ocorrendo no Brasil é a Administração Pública.

Assim, podemos dizer que mesmo havendo esta tendência do aumento de escolaridade neste setor, o tempo de serviço continua baixo. Sob estes aspectos pode-se dizer que o perfil geral do trabalhador no setor do Comércio e no da Indústria de Transformação, em muito se assemelha.

Nos setores de Serviços e Administração Pública, diferentemente dos demais, ocorre uma elevação dos trabalhadores com níveis de escolaridade mais altos, sendo esta elevação mais relevante na Administração Pública. Em relação à permanência no emprego, ocorreu no setor de Serviço, uma queda dos trabalhadores (apesar de pequena) para as faixas acima de 02 anos, passando de um percentual de 47,09% para 46,3% em 1998. Em relação ao período mais curto, até 01 ano, estes números passaram de 36,9% em 1986 para 35,3% em 1998. Nas faixas entre 01 a 02 anos, estes percentuais foram de 15,1% e 18,3%, ao longo do período.

Deste modo, pode ser verificado que diferentemente dos setores da Indústria de Transformação e Comércio, o setor de Serviços absorveu um percentual maior dos trabalhadores inseridos nas faixas mais curtas do tempo de serviço, ou seja, pode-se dizer que neste setor ocorreu uma maior rotatividade⁶⁴ no emprego formal, do que nos demais setores analisados. Outro aspecto é que, apesar de o tempo de serviço permanecer baixo, o grau de escolaridade aumentou mais no setor de Serviços que na Indústria e no Comércio, passando da 8ª série incompleta em 1986 para 2º grau completo em 1998, embora o avanço alcançado em relação à escolaridade não tenha sido suficiente para aumentar o tempo de permanência no emprego deste setor, como pode ser verificado pela tabela 3.19. Esta realidade é diferente para a Administração Pública, apresentando uma tendência oposta em relação aos demais setores, uma vez que associado ao aumento do tempo de serviço, ocorre também neste setor, uma elevação da participação das trabalhadores com grau de instrução mais elevado, acompanhada por um aumento no tempo de serviço.

Em relação à faixa de tempo de serviço acima de 02 anos, a participação neste setor foi de 51,4%, alterando-se para 89,3% em 1998 (concentrando-se principalmente acima de 05 anos). Nas faixas abaixo de 01 ano de serviço, a participação relativa do emprego formal neste setor caiu substancialmente de 33,03% em 1986, para 5,4% em 1998. Na faixa entre 01 a 02 anos, estes números também sofreram no mesmo período, uma queda de 15,3% para 5,4% do total dos empregos. Assim, verifica-se sob estes

⁶⁴ A rotatividade significa o tempo de permanência no emprego, ou seja, é a diferença entre o tempo de entrada e saída do emprego.

aspectos, que os trabalhadores empregados no setor da Administração Pública têm como característica uma permanência maior no emprego formal, que nos demais setores.

Tabela 3.16: Indústria de Transformação - Escolaridade por Tempo de Serviço 1986/1998

98	0,0 2,9			3,0 5,9			6,0 11,9			1,0 1,9			2,0 2,9			3,0 4,9			5,0 9,9			10 OU+			IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%				
ANALFABETO	17	0,1	6	0,0	18	0,1	37	0,3	20	0,1	17	0,1	11	0,1	2	0,0	0	0,0	0	0,0	128	1,0						
4.SER INCOMP	46	0,3	50	0,4	86	0,6	126	0,9	128	1,0	115	0,9	119	0,9	132	1,0	0	0,0	0	0,0	802	6,0						
4.SER COMP	84	0,6	81	0,6	165	1,2	229	1,7	185	1,4	216	1,6	315	2,3	281	2,1	0	0,0	0	0,0	1.556	11,6						
8.SER INCOMP	352	2,6	448	3,3	786	5,9	827	6,2	548	4,1	656	4,9	555	4,1	392	2,9	1	0,0	0	0,0	4.565	34,0						
8.SER COMP	310	2,3	250	1,9	411	3,1	489	3,6	257	1,9	322	2,4	263	2,0	185	1,4	0	0,0	0	0,0	2.487	18,5						
2.GR INCOMP	164	1,2	193	1,4	302	2,3	364	2,7	169	1,3	167	1,2	169	1,3	61	0,5	2	0,0	0	0,0	1.591	11,9						
2.GR COMP	155	1,2	158	1,2	265	2,0	382	2,8	202	1,5	212	1,6	227	1,7	98	0,7	1	0,0	0	0,0	1.700	12,7						
SUP. INCOMP	20	0,1	18	0,1	28	0,2	64	0,5	21	0,2	34	0,3	43	0,3	20	0,1	0	0,0	0	0,0	248	1,8						
SUP. COMP	11	0,1	26	0,2	42	0,3	68	0,5	42	0,3	49	0,4	51	0,4	35	0,3	0	0,0	0	0,0	324	2,4						
IGNORADO	0	0,0	0	0,0	1	0,0	1	0,0	0	0,0	2	0,0	4	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	0,1						
Total	1.159	8,6	1.230	9,2	2.104	15,7	2.587	19,3	1.572	11,7	1.790	13,3	1.757	13,1	1.206	9,0	4	0,0	0	0,0	13.409	100,0						

86	0,0 2,9			3,0 5,9			6,0 11,9			1,0 1,9			2,0 2,9			3,0 4,9			5,0 9,9			10 OU+			IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%				
ANALFABETO	27	0,3	11	0,1	9	0,1	15	0,1	5	0,0	11	0,1	9	0,1	6	0,1	0	0,0	0	0,0	93	0,9						
4.SER INCOMP	203	1,9	99	0,9	197	1,8	148	1,4	121	1,1	130	1,2	224	2,1	91	0,8	3	0,0	0	0,0	1.216	11,4						
4.SER COMP	334	3,1	251	2,3	313	2,9	306	2,9	158	1,5	147	1,4	401	3,7	67	0,6	1	0,0	0	0,0	1.978	18,5						
8.SER INCOMP	729	6,8	455	4,2	560	5,2	500	4,7	230	2,1	213	2,0	468	4,4	74	0,7	2	0,0	0	0,0	3.231	30,2						
8.SER COMP	367	3,4	287	2,7	291	2,7	261	2,4	129	1,2	145	1,4	154	1,4	40	0,4	1	0,0	0	0,0	1.675	15,6						
2.GR INCOMP	188	1,8	114	1,1	192	1,8	182	1,7	77	0,7	98	0,9	141	1,3	24	0,2	0	0,0	0	0,0	1.016	9,5						
2.GR COMP	114	1,1	106	1,0	155	1,4	165	1,5	99	0,9	108	1,0	140	1,3	49	0,5	1	0,0	0	0,0	937	8,8						
SUP. INCOMP	26	0,2	22	0,2	26	0,2	37	0,3	17	0,2	30	0,3	29	0,3	10	0,1	0	0,0	0	0,0	197	1,8						
SUP. COMP	22	0,2	17	0,2	31	0,3	49	0,5	40	0,4	34	0,3	52	0,5	15	0,1	0	0,0	0	0,0	260	2,4						
IGNORADO	2	0,0	3	0,0	31	0,3	39	0,4	5	0,0	12	0,1	3	0,0	4	0,0	6	0,1	0	0,0	105	1,0						
Total	2.012	18,8	1.365	12,7	1.805	16,9	1.702	15,9	881	8,2	928	8,7	1.621	15,1	380	3,5	14	0,1	0	0,0	10.708	100,0						

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTB

Nota.: M: meses; A: anos

Tabela 3.17: Comércio - Escolaridade por Tempo de Serviço 1986/1998

98	0,0 2,9			3,0 5,9			6,0 11,9			1,0 1,9			2,0 2,9			3,0 4,9			5,0 9,9			10 OU+			IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%						
ANALFABETO	10	0,0	11	0,1	28	0,1	13	0,1	13	0,1	18	0,1	23	0,1	13	0,1	0	0,0	0	0,0	129	0,8						
4.SER INCOMP	62	0,3	43	0,2	49	0,2	80	0,4	48	0,2	47	0,2	57	0,3	37	0,2	0	0,0	0	0,0	423	2,0						
4.SER COMP	162	0,8	139	0,7	173	0,8	211	1,0	187	0,9	140	0,7	142	0,7	96	0,5	0	0,0	0	0,0	1.250	5,9						
8.SER INCOMP	822	3,9	693	3,3	947	4,5	1.140	5,4	798	3,8	630	3,0	417	2,0	111	0,5	2	0,0	0	0,0	5.560	26,3						
8.SER COMP	746	3,5	567	2,7	822	3,9	962	4,6	579	2,7	567	2,7	345	1,6	112	0,5	2	0,0	0	0,0	4.702	22,3						
2.GR INCOMP	521	2,5	455	2,2	642	3,0	735	3,5	448	2,1	403	1,9	269	1,3	85	0,4	1	0,0	0	0,0	3.569	16,8						
2.GR COMP	653	3,1	522	2,5	656	3,1	959	4,5	547	2,6	469	2,2	399	1,9	119	0,6	3	0,0	0	0,0	4.327	20,5						
SUP. INCOMP	67	0,3	76	0,4	100	0,5	106	0,5	80	0,4	63	0,3	54	0,3	18	0,1	0	0,0	0	0,0	564	2,7						
SUP. COMP	61	0,3	58	0,3	66	0,3	129	0,6	78	0,4	87	0,4	67	0,3	39	0,2	0	0,0	0	0,0	585	2,8						
IGNORADO	3	0,0	3	0,0	2	0,0	6	0,0	2	0,0	4	0,0	4	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0	26	0,1						
Total	3.107	14,7	2.567	12,2	3.485	16,5	4.341	20,5	2.780	13,2	2.428	11,5	1.777	8,4	632	3,0	8	0,0	0	0,0	21.126	100,0						

86	0,0 2,9			3,0 5,9			6,0 11,9			1,0 1,9			2,0 2,9			3,0 4,9			5,0 9,9			10 OU+			IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%						
ANALFABETO	21	0,1	22	0,1	21	0,1	12	0,1	13	0,1	10	0,1	19	0,1	10	0,1	0	0,0	0	0,0	128	0,8						
4.SER INCOMP	196	1,3	160	1,1	113	0,7	142	0,9	124	0,8	135	0,9	169	1,1	65	0,4	4	0,0	0	0,0	1.108	7,3						
4.SER COMP	307	2,0	238	1,6	289	1,9	312	2,1	224	1,5	275	1,8	270	1,8	108	0,7	1	0,0	0	0,0	2.024	13,4						
8.SER INCOMP	932	6,2	687	4,5	649	4,3	755	5,0	339	2,2	347	2,3	322	2,1	83	0,5	2	0,0	0	0,0	4.116	27,2						
8.SER COMP	586	3,9	413	2,7	438	2,9	496	3,3	267	1,8	287	1,9	231	1,5	64	0,4	2	0,0	0	0,0	2.784	18,4						
2.GR INCOMP	385	2,5	316	2,1	341	2,3	489	3,2	242	1,6	235	1,6	177	1,2	50	0,3	1	0,0	0	0,0	2.236	14,8						
2.GR COMP	289	1,9	274	1,8	280	1,8	380	2,5	232	1,5	261	1,7	235	1,6	80	0,5	1	0,0	0	0,0	2.032	13,4						
SUP. INCOMP	49	0,3	39	0,3	39	0,3	55	0,4	39	0,3	47	0,3	41	0,3	16	0,1	1	0,0	0	0,0	326	2,2						
SUP. COMP	24	0,2	31	0,2	37	0,2	60	0,4	33	0,2	38	0,3	40	0,3	35	0,2	0	0,0	0	0,0	298	2,0						
IGNORADO	4	0,0	3	0,0	9	0,1	36	0,2	16	0,1	17	0,1	10	0,1	0	0,0	7	0,0	0	0,0	102	0,7						
Total	2.793	18,4	2.183	14,4	2.216	14,6	2.737	18,1	1.529	10,1	1.652	10,9	1.514	10,0	511	3,4	19	0,1	0	0,0	15.154	100,0						

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTB

Nota.: M: meses; A: anos

Tabela 3.18: Serviços - Escolaridade por Tempo de Serviço 1986/1998

98	0,0 2,9		3,0 5,9		6,0 11,9		1,0 1,9		2,0 2,9		3,0 4,9		5,0 9,9		10 OU +		IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%				
ANALFABETO	18	0,1	11	0,0	22	0,1	41	0,1	23	0,1	21	0,1	46	0,2	16	0,1	0	0,0	198	0,7
4.SER INCOMP	83	0,3	73	0,2	90	0,3	168	0,6	140	0,5	214	0,7	182	0,6	75	0,3	0	0,0	1.025	3,4
4.SER COMP	151	0,5	153	0,5	238	0,8	409	1,4	360	1,2	499	1,7	441	1,5	215	0,7	1	0,0	2.467	8,3
8.SER INCOMP	741	2,5	610	2,0	981	3,3	1.311	4,4	780	2,6	953	3,2	870	2,3	194	0,7	12	0,0	6.252	21,0
8.SER COMP	544	1,8	522	1,8	695	2,3	798	2,7	532	1,8	622	2,1	435	1,5	173	0,6	2	0,0	4.323	14,5
2.GR INCOMP	432	1,5	481	1,6	667	2,2	738	2,5	431	1,4	489	1,6	384	1,3	180	0,6	3	0,0	3.805	12,8
2.GR COMP	662	2,2	660	2,2	947	3,2	1.181	4,0	805	2,7	836	2,8	872	2,9	641	2,2	2	0,0	6.606	22,2
SUP. INCOMP	165	0,6	163	0,5	266	0,9	293	1,0	152	0,5	167	0,6	238	0,8	236	0,8	1	0,0	1.681	5,6
SUP. COMP	236	0,8	436	1,5	474	1,6	518	1,7	354	1,2	423	1,4	467	1,6	491	1,6	0	0,0	3.399	11,4
IGNORADO	0	0,0	0	0,0	2	0,0	0	0,0	2	0,0	5	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0	11	0,0
Total	3.032	10,2	3.109	10,4	4.382	14,7	5.457	18,3	3.579	12,0	4.229	14,2	3.737	12,6	2.221	7,5	21	0,1	29.767	100,0

86	0,0 2,9		3,0 5,9		6,0 11,9		1,0 1,9		2,0 2,9		3,0 4,9		5,0 9,9		10 OU +		IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%				
ANALFABETO	53	0,2	23	0,1	22	0,1	43	0,2	17	0,1	19	0,1	65	0,3	32	0,1	0	0,0	274	1,3
4.SER INCOMP	463	2,2	271	1,3	259	1,2	254	1,2	156	0,7	176	0,8	432	2,0	122	0,6	11	0,1	2.144	10,0
4.SER COMP	644	3,0	413	1,9	488	2,2	498	2,3	254	1,2	356	1,7	712	3,3	191	0,9	3	0,0	3.539	16,5
8.SER INCOMP	796	3,7	534	2,5	623	2,9	671	3,1	314	1,5	394	1,8	513	2,4	174	0,8	7	0,0	4.026	18,8
8.SER COMP	378	1,8	285	1,3	318	1,5	320	1,5	185	0,9	220	1,0	422	2,0	151	0,7	3	0,0	2.282	10,7
2.GR INCOMP	286	1,3	207	1,0	291	1,4	373	1,7	184	0,9	185	0,9	332	1,5	118	0,6	2	0,0	1.978	9,2
2.GR COMP	275	1,3	237	1,1	383	1,8	616	2,9	300	1,4	428	2,0	830	3,9	326	1,5	6	0,0	3.401	15,9
SUP. INCOMP	95	0,4	78	0,4	143	0,7	176	0,8	129	0,6	187	0,9	244	1,1	141	0,7	1	0,0	1.194	5,6
SUP. COMP	83	0,4	100	0,5	126	0,6	248	1,2	164	0,8	316	1,5	960	4,5	468	2,2	0	0,0	2.465	11,5
IGNORADO	9	0,0	8	0,0	20	0,1	43	0,2	10	0,0	3	0,0	6	0,0	5	0,0	16	0,1	120	0,6
Total	3.082	14,4	2.156	10,1	2.653	12,4	3.242	15,1	1.713	8,0	2.284	10,7	4.516	21,1	1.728	8,1	49	0,2	21.423	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota.: M: meses; A: anos

Tabela 3.19: Administração Pública - Escolaridade por Tempo de Serviço - 1986/1998

98	0,0 2,9		3,0 5,9		6,0 11,9		1,0 1,9		2,0 2,9		3,0 4,9		5,0 9,9		10 OU +		IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%				
ANALFABETO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,0	16	0,2	36	0,4	73	0,7	0	0,0	129	1,3
4.SER INCOMP	0	0,0	34	0,3	12	0,1	16	0,2	12	0,1	105	1,1	236	2,4	379	3,8	0	0,0	794	8,0
4.SER COMP	0	0,0	6	0,1	17	0,2	38	0,4	54	0,6	518	5,2	207	2,1	620	6,3	0	0,0	1.948	19,7
8.SER INCOMP	1	0,0	39	0,4	48	0,5	39	0,4	141	1,4	220	2,2	293	3,0	195	2,0	0	0,0	976	9,9
8.SER COMP	7	0,1	18	0,2	17	0,2	35	0,4	103	1,0	147	1,5	131	1,3	89	0,9	0	0,0	547	5,5
2.GR INCOMP	6	0,1	26	0,3	21	0,2	28	0,3	75	0,8	155	1,6	121	1,2	92	0,9	0	0,0	524	5,3
2.GR COMP	37	0,4	56	0,6	35	0,4	144	1,5	233	2,4	507	5,1	675	6,8	378	3,8	0	0,0	2.065	20,9
SUP. INCOMP	10	0,1	11	0,1	15	0,2	46	0,5	86	0,9	150	1,5	285	2,9	98	1,0	0	0,0	701	7,1
SUP. COMP	16	0,2	34	0,3	61	0,6	189	1,9	286	2,9	339	3,4	915	9,2	376	3,8	0	0,0	2.216	22,4
Total	77	0,8	224	2,3	226	2,3	535	5,4	1.482	15,0	2.157	21,8	2.899	29,3	2.300	23,2	0	0,0	9.900	100,0

86	0,0 2,9		3,0 5,9		6,0 11,9		1,0 1,9		2,0 2,9		3,0 4,9		5,0 9,9		10 OU +		IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%				
ANALFABETO	24	0,4	11	0,2	15	0,3	21	0,4	14	0,3	13	0,2	71	1,3	86	1,6	1	0,0	256	4,8
4.SER INCOMP	245	4,6	119	2,2	147	2,7	103	1,9	90	1,7	112	2,1	129	2,4	81	1,5	3	0,1	1.029	19,1
4.SER COMP	164	3,1	112	2,1	223	4,1	223	4,1	188	3,5	279	5,2	242	4,5	150	2,8	4	0,1	1.585	29,5
8.SER INCOMP	113	2,1	76	1,4	94	1,7	101	1,9	61	1,1	67	1,2	57	1,1	78	1,5	0	0,0	647	12,0
8.SER COMP	40	0,7	45	0,8	53	1,0	81	1,5	33	0,6	58	1,1	33	0,6	42	0,8	1	0,0	386	7,2
2.GR INCOMP	25	0,5	26	0,5	37	0,7	50	0,9	22	0,4	51	0,9	37	0,7	20	0,4	0	0,0	268	5,0
2.GR COMP	14	0,3	20	0,4	81	1,5	96	1,8	101	1,9	89	1,7	115	2,1	39	0,7	0	0,0	555	10,3
SUP. INCOMP	3	0,1	2	0,0	17	0,3	56	1,0	54	1,0	33	0,6	30	0,6	21	0,4	0	0,0	216	4,0
SUP. COMP	2	0,0	9	0,2	67	1,2	87	1,6	99	1,8	57	1,1	45	0,8	54	1,0	1	0,0	421	7,8
IGNORADO	1	0,0	4	0,1	1	0,0	2	0,0	1	0,0	0	0,0	2	0,0	1	0,0	0	0,0	12	0,2
Total	631	11,7	424	7,9	735	13,7	820	15,3	663	12,3	759	14,1	761	14,2	572	10,6	10	0,2	5.375	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota.: M: meses; A: anos

3.4.3- Faixa Etária e Tempo de Serviço

De forma geral, a população trabalhadora no mercado formal do município de Uberlândia é predominantemente jovem, em todos os setores estudados (excetuando-se a

Administração Pública)⁶⁵. Na Indústria de Transformação, o contingente assalariado com idade não superior a 30 anos atingia no ano de 1998, 50,3% do total do município, representando neste caso mais da metade da força de trabalho inserida no emprego formal. No Comércio, esta participação no mesmo ano foi equivalente a um percentual de 57,6% do total de empregos. No setor de Serviços, esta participação caiu um pouco em relação aos dois primeiros setores, com a população empregada possuindo até 30 anos de idade representando em 1998 um percentual de 42,9% do total, números que foram menos expressivos na Administração Pública, em que a faixa de idade predominante no período estudado foi equivalente à de 30 a 39 anos, representando um percentual de 30,4% do total de empregos em 1986 e 39,6% no ano de 1998. Porém, o que pode ser observado através das tabelas 3.20 a 3.23 é que está ocorrendo uma elevação dos trabalhadores adultos em todos os setores estudados, especificamente na faixa etária inserida entre 30 a 39 anos (com exceção do setor do Comércio, em que predomina a faixa entre 18 a 24 anos). Na Indústria de Transformação, a faixa predominante entre 30 a 39 anos teve, uma participação relativa de 30,2% em 1998, do total de empregos. No setor de Serviços, esta participação foi de 32,5%; já na Administração Pública este percentual representou 39,6% da população empregada no mesmo período.

Em relação aos trabalhadores considerados mais velhos (acima de 50 anos), pode-se observar uma participação relativamente pequena comparada às demais faixas de idade. Na Indústria de Transformação, esta participação foi de 5,1% em 1986, alterando-se para 5,3% em 1998. No Comércio, estes números se alteraram de 4,9% para 4,5% do total dos empregos. Já no setor de Serviços esta participação passou de 7,2% para 7,4% em 1998, e na Administração Pública, estes números se elevaram de 12,1% para 14,5% do total de empregos, considerando-se o mesmo período de tempo.⁶⁶

Relacionando a faixa etária com o tempo de serviço, podemos delinear o perfil para o trabalhador inserido no emprego formal do município, com a característica de ser jovem e de ter uma baixa permanência no emprego, com exceção da Administração Pública. É interessante perceber também que mesmo havendo um aumento da idade desta população, com exceção do Comércio, não ocorreu um aumento equivalente do tempo de serviço

⁶⁵ Para Tagliassuchi & Vergara (1985), este setor pode ser considerado atípico, uma vez que a maioria dos trabalhadores possuem idade superior a 30 anos. Ao analisar o município de Uberlândia (tabela 3.19), verifica-se que não houve alterações significativas no período estudado.

⁶⁶ Uma das explicações para esta baixa participação no emprego dos trabalhadores acima de 50 anos pode estar associada à pequena representatividade destes trabalhadores na população do município. Outro aspecto é que grande maioria ou estão aposentados ou trabalham em empregos não registrados.

nestes setores. Estes dados podem estar comprovando que existe no município uma alta rotatividade no emprego, principalmente para a camada mais jovem.

Entretanto, pode-se perceber, que está havendo um sensível aumento dos trabalhadores possuindo um tempo de serviço mais elevado, principalmente acima de 03 anos. Por exemplo, verifica-se este aumento principalmente no setor do Comércio, com uma elevação no tempo de serviço dos trabalhadores empregados principalmente a partir de 02 anos, situação que não foi verificada para o setor de Serviços, em que a maior parte das trabalhadores estão concentradas em até 02 anos de permanência no emprego. Esta questão pode estar relacionada às características próprias deste setor, quanto a não possuir muita estabilidade em relação ao emprego.

Na Indústria de Transformação apesar de os trabalhadores estarem aumentando a permanência no emprego, este aumento não acompanha proporcionalmente os demais setores.

Na Administração Pública, este perfil se diferencia, pois os trabalhadores inseridos nas faixas de idades entre 30 a 39 anos tem como característica permanecer mais tempo no emprego, ultrapassando os 05 anos de permanência. Pode-se dizer que os trabalhadores na Administração Pública apresentam um perfil diferenciado, com uma permanência maior no emprego e possuindo idade mais elevada, aspectos que podem propiciar a este setor uma melhor qualidade em relação aos empregos gerados.

Tabela 3.20: Indústria de Transformação - Faixa Etária por Tempo de Serviço 1986/1998

98	0,0 2,9		3,0 5,9		6,0 11,9		1,0 1,9		2,0 2,9		3,0 4,9		5,0 9,9		10 OU +		IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%				
10 A 14	4	0,0	2	0,0	5	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	0,1
15 A 17	89	0,7	60	0,4	100	0,7	99	0,7	32	0,2	5	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	385	2,9
18 A 24	458	3,4	507	3,8	819	6,1	935	7,0	416	3,1	371	2,8	86	0,6	2	0,0	0	0,0	3.594	26,8
25 A 29	210	1,6	246	1,8	449	3,3	568	4,2	372	2,8	493	3,7	382	2,8	31	0,2	0	0,0	2.751	20,5
30 A 39	269	2,0	279	2,1	487	3,6	631	4,7	440	3,3	579	4,3	835	6,2	530	4,0	4	0,0	4.054	30,2
40 A 49	95	0,7	102	0,8	175	1,3	266	2,0	222	1,7	242	1,8	322	2,4	485	3,6	0	0,0	1.909	14,2
50 A 64	33	0,2	30	0,2	64	0,5	84	0,6	84	0,6	89	0,7	119	0,9	151	1,1	0	0,0	654	4,9
65 OU MAIS	1	0,0	4	0,0	4	0,0	4	0,0	6	0,0	11	0,1	12	0,1	7	0,1	0	0,0	49	0,4
IGNORADO	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0
Total	1.159	8,6	1.230	9,2	2.104	15,7	2.587	19,3	1.572	11,7	1.790	13,3	1.757	13,1	1.206	9,0	4	0,0	13.409	100,0

86	0,0 2,9		3,0 5,9		6,0 11,9		1,0 1,9		2,0 2,9		3,0 4,9		5,0 9,9		10 OU +		IGN	%	Total	%
	M	%	M	%	M	%	A	%	A	%	A	%	A	%	A	%				
10 A 14	53	0,5	44	0,4	14	0,1	3	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	114	1,1
15 A 17	230	2,1	149	1,4	124	1,2	84	0,8	29	0,3	5	0,0	1	0,0	0	0,0	2	0,0	624	5,8
18 A 24	938	8,8	558	5,2	700	6,5	605	5,6	257	2,4	199	1,9	72	0,7	3	0,0	9	0,1	3.341	31,2
25 A 29	305	2,8	230	2,1	350	3,3	340	3,2	181	1,7	219	2,0	581	5,4	23	0,2	1	0,0	2.230	20,8
30 A 39	333	3,1	236	2,2	387	3,6	393	3,7	242	2,3	301	2,8	686	6,4	173	1,6	0	0,0	2.751	25,7
40 A 49	110	1,0	111	1,0	160	1,5	182	1,7	106	1,0	131	1,2	190	1,8	108	1,0	1	0,0	1.099	10,3
50 A 64	38	0,4	34	0,3	64	0,6	90	0,8	63	0,6	69	0,6	87	0,8	70	0,7	0	0,0	515	4,8
65 OU MAIS	2	0,0	2	0,0	4	0,0	5	0,0	2	0,0	4	0,0	4	0,0	3	0,0	0	0,0	26	0,2
IGNORADO	3	0,0	1	0,0	2	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	8	0,1
Total	2.012	18,8	1.365	12,7	1.805	16,9	1.702	15,9	881	8,2	928	8,7	1.621	15,1	380	3,5	14	0,1	10.708	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTB

Nota.: M: meses; A: anos

Tabela 3.21: Comércio - Faixa Etária por Tempo de Serviço - 1986/1998

98	0,0 2,9	%	3,0 5,9	%	6,0 11,9	%	1,0 1,9	%	2,0 2,9	%	3,0 4,9	%	5,0 9,9	%	10 OU +	%	IGN	%	Total	%
	M		M		M		A		A		A		A		A					
10 A 14	17	0,1	14	0,1	6	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	37	0,2
15 A 17	256	1,2	165	0,8	245	1,2	194	0,9	50	0,2	13	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	923	4,4
18 A 24	1.305	6,2	990	4,7	1.406	6,7	1.507	7,1	769	3,6	591	2,8	158	0,7	1	0,0	5	0,0	6.732	31,9
25 A 29	556	2,6	511	2,4	668	3,2	982	4,6	702	3,3	622	2,9	380	1,8	42	0,2	1	0,0	4.464	21,1
30 A 39	653	3,1	593	2,8	805	3,8	1.122	5,3	834	3,9	756	3,6	750	3,6	243	1,2	2	0,0	5.758	27,3
40 A 49	226	1,1	212	1,0	272	1,3	390	1,8	314	1,5	315	1,5	344	1,6	205	1,0	0	0,0	2.278	10,8
50 A 64	89	0,4	76	0,4	79	0,4	133	0,6	104	0,5	122	0,6	131	0,6	123	0,6	0	0,0	857	4,1
65 OU MAIS	5	0,0	6	0,0	4	0,0	12	0,1	7	0,0	9	0,0	14	0,1	17	0,1	0	0,0	74	0,4
IGNORADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	2	0,0
Total	3.107	14,7	2.567	12,2	3.485	16,5	4.341	20,5	2.780	13,2	2.428	11,5	1.777	8,4	632	3,0	8	0,0	21.125	100,0

86	0,0 2,9	%	3,0 5,9	%	6,0 11,9	%	1,0 1,9	%	2,0 2,9	%	3,0 4,9	%	5,0 9,9	%	10 OU +	%	IGN	%	Total	%
	M		M		M		A		A		A		A		A					
10 A 14	126	0,8	51	0,3	28	0,2	9	0,1	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	3	0,0	1.113	7,3
15 A 17	423	2,8	250	1,6	210	1,4	171	1,1	46	0,3	9	0,1	1	0,0	0	0,0	7	0,0	5.429	35,8
18 A 24	1.233	8,1	935	6,2	984	6,5	1.147	7,6	514	3,4	441	2,9	167	1,1	1	0,0	2	0,0	2.963	19,6
25 A 29	459	3,0	397	2,6	430	2,8	521	3,4	304	2,0	401	2,6	406	2,7	43	0,3	2	0,0	3.281	21,7
30 A 39	350	2,3	366	2,4	355	2,3	573	3,8	420	2,8	489	3,1	551	3,6	193	1,3	4	0,0	1.414	9,3
40 A 49	137	0,9	124	0,8	127	0,8	208	1,4	155	1,0	221	1,5	257	1,7	184	1,2	1	0,0	682	4,5
50 A 64	60	0,4	53	0,3	76	0,5	100	0,7	81	0,5	105	0,7	124	0,8	83	0,5	0	0,0	46	0,3
65 OU MAIS	3	0,0	5	0,0	4	0,0	8	0,1	7	0,0	5	0,0	8	0,1	6	0,0	0	0,0	12	0,1
IGNORADO	2	0,0	2	0,0	2	0,0	0	0,0	2	0,0	1	0,0	0	0,0	1	0,0	2	0,0	15.154	100,0
Total	2.793	18,4	2.183	14,4	2.216	14,6	2.737	18,1	1.529	10,1	1.652	10,9	1.514	10,0	511	3,4	19	0,1	15.154	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota.: M: meses; A: anos

Tabela 3.22: Serviços- Faixa Etária por Tempo de Serviço - 1986/1998

98	0,0 2,9	%	3,0 5,9	%	6,0 11,9	%	1,0 1,9	%	2,0 2,9	%	3,0 4,9	%	5,0 9,9	%	10 OU +	%	IGN	%	Total	%
	M		M		M		A		A		A		A		A					
10 A 14	15	0,1	12	0,0	14	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	42	0,1
15 A 17	171	0,6	197	0,7	316	1,1	279	0,9	89	0,3	11	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.063	3,6
18 A 24	1.015	3,4	926	3,1	1.257	4,2	1.363	4,6	646	2,2	674	2,3	152	0,5	5	0,0	3	0,0	6.041	20,3
25 A 29	590	2,0	635	2,1	853	2,9	1.158	3,9	733	2,5	905	3,0	668	2,2	89	0,3	4	0,0	5.635	18,9
30 A 39	782	2,6	827	2,8	1.203	4,0	1.597	5,4	1.224	4,1	1.419	4,8	1.640	5,5	971	3,3	6	0,0	9.669	32,5
40 A 49	355	1,2	376	1,3	532	1,8	759	2,5	606	2,0	838	2,8	827	2,8	809	2,7	8	0,0	5.110	17,2
50 A 64	98	0,3	127	0,4	194	0,7	278	0,9	245	0,8	345	1,2	409	1,4	314	1,1	0	0,0	2.010	6,8
65 OU MAIS	6	0,0	9	0,0	13	0,0	20	0,1	35	0,1	35	0,1	40	0,1	32	0,1	0	0,0	190	0,6
IGNORADO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0	1	0,0	2	0,0	1	0,0	1	0,0	0	0,0	7	0,0
Total	3.032	10,2	3.109	10,4	4.382	14,7	5.457	18,3	3.579	12,0	4.229	14,2	3.737	12,6	2.221	7,5	21	0,1	29.767	100,0

86	0,0 2,9	%	3,0 5,9	%	6,0 11,9	%	1,0 1,9	%	2,0 2,9	%	3,0 4,9	%	5,0 9,9	%	10 OU +	%	IGN	%	Total	%
	M		M		M		A		A		A		A		A					
10 A 14	56	0,3	22	0,1	13	0,1	13	0,1	2	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	6	0,0	653	3,0
15 A 17	250	1,2	128	0,6	145	0,7	89	0,4	22	0,1	12	0,1	1	0,0	0	0,0	20	0,1	5.291	24,7
18 A 24	1.207	5,6	810	3,8	973	4,5	1.126	5,3	500	2,3	476	2,2	177	0,8	2	0,0	13	0,1	4.411	20,6
25 A 29	548	2,6	423	2,0	547	2,6	680	3,2	414	1,9	552	2,6	1.137	5,3	97	0,5	13	0,1	6.440	30,1
30 A 39	621	2,9	457	2,1	605	2,8	800	3,7	445	2,1	732	3,4	2.008	9,4	768	3,6	4	0,0	2.977	13,9
40 A 49	250	1,2	208	1,0	242	1,1	367	1,7	224	1,0	336	1,6	806	3,8	542	2,5	2	0,0	1.432	6,7
50 A 64	141	0,7	101	0,5	119	0,6	148	0,7	100	0,5	161	0,8	367	1,7	294	1,4	1	0,0	92	0,4
65 OU MAIS	4	0,0	4	0,0	5	0,0	18	0,1	5	0,0	15	0,1	19	0,1	22	0,1	0	0,0	21	0,1
IGNORADO	5	0,0	3	0,0	4	0,0	1	0,0	1	0,0	0	0,0	1	0,0	3	0,0	3	0,0	21.423	100,0
Total	3.082	14,4	2.156	10,1	2.653	12,4	3.242	15,1	1.713	8,0	2.284	10,7	4.516	21,1	1.728	8,1	49	0,2	21.423	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota.: M: meses; A: anos

Tabela 3.23: Administração Pública - Faixa Etária por Tempo de Serviço - 1986/1998

98	0,0 M	2,9 %	3,0 M	5,9 %	6,0 11,9 M	%	1,0 1,9 A	%	2,0 2,9 A	%	3,0 4,9 A	%	5,0 9,9 A	%	10 OU + A	%	IGN	%	Total	%
18 A 24	16	0,2	62	0,6	27	0,3	63	0,6	199	2,0	188	1,9	18	0,2	0	0,0	0	0,0	573	5,8
25 A 29	17	0,2	32	0,3	46	0,5	88	0,9	354	3,6	404	4,1	360	3,6	20	0,2	0	0,0	1.321	13,3
30 A 39	28	0,3	65	0,7	89	0,9	192	1,9	567	5,7	906	9,2	1.340	13,5	730	7,4	0	0,0	3.917	39,6
40 A 49	10	0,1	45	0,5	46	0,5	120	1,2	274	2,8	486	4,9	827	8,4	849	8,6	0	0,0	2.657	26,8
50 A 64	6	0,1	17	0,2	16	0,2	64	0,6	76	0,8	159	1,6	322	3,3	637	6,4	0	0,0	1.297	13,1
65 OU MAIS	0	0,0	3	0,0	0	0,0	5	0,1	8	0,1	9	0,1	30	0,3	62	0,6	0	0,0	117	1,2
IGNORADO	0	0,0	0	0,0	2	0,0	3	0,0	4	0,0	5	0,1	2	0,0	2	0,0	0	0,0	18	0,2
Total	77	0,8	224	2,3	226	2,3	635	5,4	1.482	15,0	2.157	21,8	2.899	29,3	2.300	23,2	0	0,0	9.900	100,0

86	0,0 M	2,9 %	3,0 M	5,9 %	6,0 11,9 M	%	1,0 1,9 A	%	2,0 2,9 A	%	3,0 4,9 A	%	5,0 9,9 A	%	10 OU + A	%	IGN	%	Total	%
10 A 14	4	0,1	1	0,0	2	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	0,1
15 A 17	37	0,7	22	0,4	15	0,3	13	0,2	1	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	90	1,7
18 A 24	138	2,6	108	2,0	188	3,5	215	4,0	128	2,4	90	1,7	42	0,8	0	0,0	1	0,0	910	16,9
25 A 29	99	1,8	76	1,4	182	3,4	179	3,3	164	3,1	162	3,0	159	3,0	16	0,3	0	0,0	1.037	19,3
30 A 39	173	3,2	98	1,8	178	3,3	258	4,8	216	4,0	267	5,0	283	5,3	158	2,9	1	0,0	1.632	30,4
40 A 49	87	1,6	68	1,3	110	2,0	106	2,0	126	2,3	155	2,9	171	3,2	216	4,0	1	0,0	1.040	19,3
50 A 64	91	1,7	48	0,9	56	1,0	47	0,9	25	0,5	80	1,5	101	1,9	172	3,2	1	0,0	621	11,6
65 OU MAIS	1	0,0	2	0,0	2	0,0	1	0,0	2	0,0	3	0,1	5	0,1	10	0,2	0	0,0	26	0,5
IGNORADO	1	0,0	1	0,0	2	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	0,1	11	0,2
Total	631	11,7	424	7,9	735	13,7	820	15,3	663	12,3	759	14,1	761	14,2	572	10,6	10	0,2	5.375	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota.: M: meses; A: anos

3.4.4- Faixa Etária e Remuneração

De acordo com as informações da RAIS para o município de Uberlândia, sabe-se que a maioria da população assalariada auferia em todos os setores estudados em 1998, um rendimento mensal não superior a 03 salários mínimos, predominando principalmente a faixa entre 2,01 a 3,00 salários no ano de 1998. A concentração dos salários nesta faixa foi maior nos setores da Indústria de Transformação (25,3%), nos Serviços (20,4%) e na Administração Pública (42,5%). Já no Comércio, a faixa predominante de salários no mesmo período situou-se entre 1,01 a 2,00 salários mínimos (40,6%). O caso da Administração Pública merece uma atenção particular, pois apesar de os trabalhadores possuírem um tempo de serviço elevado, acima de 05 anos (tabela 3.23), esta estabilidade não esteve associada a melhores salários. Outro aspecto relacionado à remuneração é que não houve, de forma geral, um aumento relevante dos salários no emprego formal ao considerar o período estudado, verificando-se apenas uma sensível elevação de 1,01 a 2,00 para 2,01 a 3,00 salários mínimos para a Indústria de Transformação e setor de Serviços, uma manutenção das faixas predominantes entre 2,01 a 3,00 salários na Administração Pública, e de 1,01 a 2,00 salários mínimos no Comércio, considerando o período estudado.

Percebe-se que o contingente de trabalhadores inseridos no Comércio recebe salários ainda mais baixos que nos demais. Um dos fatos que pode estar associado a esta questão pode ser a presença maciça dos jovens neste setor, contingente que tem como

característica receber salários mais baixos, além da presença de pequenos estabelecimentos e negócios próprios, que em sua maioria possuem uma má qualidade do emprego⁶⁷, principalmente em relação aos salários e tempo de serviço. Nos demais setores, apesar de os jovens ocuparem uma importância significativa, o aumento dos trabalhadores com mais idade, especificamente na faixa entre 30 a 39 anos é maior que no setor do Comércio. A remuneração dos demais setores, apesar de ser também baixa, foi um pouco maior que para o setor do Comércio. Nestes setores predominou em 1998 a faixa entre 2,01 a 3,00 salários, e no Comércio estes salários situaram-se na faixa entre 1,01 a 2,00 salários mínimos.

De forma geral, pode-se dizer que predomina no emprego formal vinculado à faixa etária e à remuneração do município o trabalhador mais jovem, auferindo baixos salários. Esta situação presente no mercado de trabalho no município ainda é mais grave para o setor do Comércio. Esta questão é problemática à medida que este setor, junto com os Serviços, compõem a maior participação dos trabalhadores presentes no mercado formal do município. O que se constata é que mesmo havendo um número mais elevado destes trabalhadores nestes setores, a qualidade destes empregos ainda é muito deficiente.

Comparando separadamente os anos e os setores, pode-se dizer que o perfil do emprego na Indústria de Transformação em relação à faixa etária e à faixa de remuneração foi o seguinte: a faixa etária que mais cresceu foi a faixa adulta, especificamente entre 30 a 39 anos, passando de uma participação de 25,7% em 1986 para 30,2% em 1998, e a remuneração manteve-se entre 2,01 a 3,00 salários mínimos.

No Comércio e nos Serviços, os trabalhadores mais jovens têm uma participação maior quando comparado à Indústria de Transformação, lembrando que esta participação é mais elevada principalmente no Comércio. Na Administração Pública, apesar do crescimento dos trabalhadores jovens no ano de 1998, a faixa etária predominante em relação ao número da participação dos empregos situou-se entre 30 a 39 anos, embora o aumento da idade não incorresse em aumentos dos salários neste setor.

⁶⁷ Esta realidade pode ser constatada a partir das informações da tabela 3.3, em que se verifica a presença marcante das micro e pequenas empresas no município, em detrimento das médias e grandes empresas, isto tanto para os setores de Comércio, Serviços (em maior grau), como para a Indústria.

Tabela 3.24: Indústria de Transformação - Faixa Etária por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998

98	10 A 14	%	15 A 17	%	18 A 24	%	25 A 29	%	30 A 39	%	40 A 49	%	50 A 64	%	65 OU MAIS	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	0	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,0
0,51 1,00	4	0,0	99	0,7	111	0,8	37	0,3	42	0,3	16	0,1	17	0,1	1	0,0	0	0,0	327	2,4
1,01 1,50	6	0,0	196	1,5	664	5,0	294	2,2	363	2,7	211	1,6	78	0,6	6	0,0	0	0,0	1.818	13,6
1,51 2,00	1	0,0	55	0,4	706	5,3	324	2,4	420	3,1	199	1,5	93	0,7	7	0,1	1	0,0	1.806	13,5
2,01 3,00	0	0,0	25	0,2	1.284	9,6	747	5,6	859	6,4	316	2,4	138	1,0	17	0,1	0	0,0	3.386	25,3
3,01 4,00	0	0,0	2	0,0	352	2,6	391	2,9	466	3,5	222	1,7	96	0,7	10	0,1	0	0,0	1.539	11,5
4,01 5,00	0	0,0	0	0,0	185	1,4	262	2,0	366	2,7	161	1,2	45	0,3	3	0,0	0	0,0	1.022	7,6
5,01 7,00	0	0,0	1	0,0	126	0,9	310	2,3	532	4,0	232	1,7	52	0,4	1	0,0	1	0,0	1.255	9,4
7,01 10,00	0	0,0	0	0,0	86	0,6	200	1,5	408	3,0	218	1,6	50	0,4	1	0,0	0	0,0	963	7,2
10,01 15,00	0	0,0	1	0,0	29	0,2	114	0,9	306	2,3	128	1,0	24	0,2	1	0,0	0	0,0	603	4,5
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	5	0,0	28	0,2	99	0,7	75	0,6	11	0,1	1	0,0	0	0,0	219	1,6
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0	24	0,2	140	1,0	101	0,8	31	0,2	0	0,0	0	0,0	298	2,2
IGNORADO	0	0,0	5	0,0	43	0,3	19	0,1	52	0,4	29	0,2	19	0,1	1	0,0	0	0,0	168	1,3
Total	11	0,1	385	2,9	3.594	26,8	2.751	20,5	4.054	30,2	1.909	14,2	654	4,9	49	0,4	2	0,0	13.409	100,0

86	10 A 14	%	15 A 17	%	18 A 24	%	25 A 29	%	30 A 39	%	40 A 49	%	50 A 64	%	65 OU MAIS	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	7	0,1	5	0,0	7	0,1	0	0,0	2	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	22	0,2
0,51 1,00	32	0,3	130	1,2	271	2,5	108	1,0	111	1,0	60	0,6	32	0,3	0	0,0	1	0,0	745	7,0
1,01 2,00	64	0,6	403	3,8	1.487	13,9	574	5,4	728	6,8	385	3,6	169	1,6	14	0,1	3	0,0	3.827	35,7
2,01 3,00	5	0,0	48	0,4	754	7,0	412	3,8	447	4,2	184	1,7	122	1,1	5	0,0	1	0,0	1.978	18,5
3,01 4,00	0	0,0	0	0,0	379	3,5	409	3,8	424	4,0	149	1,4	64	0,6	1	0,0	1	0,0	1.427	13,3
4,01 5,00	0	0,0	0	0,0	151	1,4	292	2,7	295	2,8	95	0,9	34	0,3	0	0,0	0	0,0	867	8,1
5,01 7,00	0	0,0	0	0,0	118	1,1	210	2,0	289	2,7	80	0,7	28	0,3	3	0,0	0	0,0	728	6,8
7,01 10,00	0	0,0	0	0,0	55	0,5	107	1,0	188	1,8	32	0,3	16	0,1	2	0,0	1	0,0	401	3,7
10,01 15,00	0	0,0	0	0,0	15	0,1	53	0,5	112	1,0	32	0,3	9	0,1	1	0,0	0	0,0	222	2,1
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	1	0,0	16	0,1	42	0,4	22	0,2	4	0,0	0	0,0	0	0,0	85	0,8
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	4	0,0	14	0,1	65	0,6	33	0,3	11	0,1	0	0,0	0	0,0	127	1,2
IGNORADO	6	0,1	38	0,4	99	0,9	35	0,3	48	0,4	26	0,2	26	0,2	0	0,0	1	0,0	279	2,6
Total	114	1,1	624	5,8	3.341	31,2	2.230	20,8	2.751	25,7	1.099	10,3	515	4,8	26	0,2	8	0,1	10.708	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.25: Comércio - Faixa Etária por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998

98	10 A 14	%	15 A 17	%	18 A 24	%	25 A 29	%	30 A 39	%	40 A 49	%	50 A 64	%	65 OU MAIS	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	0	0,0	3	0,0	6	0,0	2	0,0	5	0,0	3	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	19	0,1
0,51 1,00	9	0,0	87	0,4	150	0,7	40	0,2	35	0,2	26	0,1	20	0,1	2	0,0	0	0,0	369	1,7
1,01 1,50	22	0,1	612	2,9	2.222	10,5	845	4,0	1.007	4,8	349	1,7	130	0,6	11	0,1	1	0,0	5.199	24,6
1,51 2,00	4	0,0	128	0,6	1.368	6,5	707	3,3	733	3,5	290	1,4	132	0,6	16	0,1	0	0,0	3.378	16,0
2,01 3,00	2	0,0	59	0,3	1.602	7,6	943	4,5	1.051	5,0	445	2,1	207	1,0	16	0,1	0	0,0	4.325	20,5
3,01 4,00	0	0,0	15	0,1	665	3,1	655	3,1	737	3,5	271	1,3	114	0,5	13	0,1	0	0,0	2.470	11,7
4,01 5,00	0	0,0	0	0,0	285	1,3	405	1,9	587	2,8	183	0,9	57	0,3	1	0,0	0	0,0	1.518	7,2
5,01 7,00	0	0,0	2	0,0	101	0,5	216	1,0	408	1,9	172	0,8	51	0,2	4	0,0	1	0,0	954	4,5
7,01 10,00	0	0,0	0	0,0	202	0,9	216	1,0	408	1,9	172	0,8	51	0,2	4	0,0	1	0,0	954	4,5
10,01 15,00	0	0,0	0	0,0	49	0,2	115	0,5	238	1,1	130	0,6	20	0,1	0	0,0	0	0,0	552	2,6
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	7	0,0	43	0,2	142	0,7	47	0,2	7	0,0	0	0,0	0	0,0	246	1,2
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	7	0,0	43	0,2	142	0,7	47	0,2	7	0,0	0	0,0	0	0,0	246	1,2
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	5	0,0	27	0,1	124	0,6	61	0,3	19	0,1	0	0,0	0	0,0	236	1,1
IGNORADO	0	0,0	17	0,1	70	0,3	41	0,2	61	0,3	47	0,2	24	0,1	5	0,0	0	0,0	265	1,3
Total	37	0,2	923	4,4	6.732	31,9	4.464	21,1	5.758	27,3	2.278	10,8	857	4,1	74	0,4	2	0,0	21.125	100,0

86	10 A 14	%	15 A 17	%	18 A 24	%	25 A 29	%	30 A 39	%	40 A 49	%	50 A 64	%	65 OU MAIS	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	2	0,0	3	0,0	4	0,0	4	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	0,1
0,51 1,00	13	0,1	61	0,4	142	0,9	51	0,3	52	0,3	18	0,1	12	0,1	1	0,0	0	0,0	350	2,3
1,01 2,00	156	1,0	847	5,6	2.687	17,7	896	5,9	717	4,7	311	2,1	201	1,3	14	0,1	5	0,0	5.834	38,5
2,01 3,00	38	0,3	119	0,8	1.213	8,0	604	4,0	505	3,3	256	1,7	143	0,9	10	0,1	3	0,0	2.891	19,1
3,01 4,00	0	0,0	0	0,0	486	3,2	375	2,5	434	2,9	169	1,1	111	0,7	8	0,1	3	0,0	1.586	10,5
4,01 5,00	0	0,0	0	0,0	252	1,7	268	1,8	297	2,0	106	0,7	50	0,3	0	0,0	0	0,0	973	6,4
5,01 7,00	0	0,0	0	0,0	250	1,6	303	2,0	430	2,8	170	1,1	49	0,3	1	0,0	0	0,0	1.203	7,9
7,01 10,00	0	0,0	0	0,0	178	1,2	237	1,6	385	2,5	147	1,0	36	0,2	4	0,0	1	0,0	988	6,5
10,01 15,00	0	0,0	0	0,0	69	0,5	133	0,9	273	1,8	130	0,9	44	0,3	2	0,0	0	0,0	651	4,3
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	16	0,1	29	0,2	53	0,3	30	0,2	11	0,1	3	0,0	0	0,0	142	0,9
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	9	0,1	23	0,2	67	0,4	45	0,3	7	0,0	0	0,0	0	0,0	151	1,0
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	9	0,1	23	0,2	67	0,4	45	0,3	7	0,0	0	0,0	0	0,0	151	1,0
IGNORADO	5	0,0	83	0,5	123	0,8	40	0,3	68	0,4	32	0,2	18	0,1	3	0,0	0	0,0	372	2,5
Total	214	1,4	1.113	7,3	5.429	35,8	2.963	19,6	3.281	21,7	1.414	9,3	682	4,5	46	0,3	12	0,1	15.154	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.26: Serviços - Faixa Etária por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998

98	10 A 14	%	15 A 17	%	18 A 24	%	25 A 29	%	30 A 39	%	40 A 49	%	50 A 64	%	65 OU MAIS	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	0	0	33	0,1	16	0,1	6	0,0	7	0,0	5	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0	69	0,2
0,51 1,00	21	0,1	544	1,8	416	1,4	192	0,6	226	0,8	124	0,4	65	0,2	19	0,1	1	0,0	1.608	5,4
1,01 1,50	18	0,1	345	1,2	1.416	4,8	650	2,2	957	3,2	463	1,6	199	0,7	19	0,1	1	0,0	4.068	13,7
1,51 2,00	1	0,0	84	0,3	1.189	4,0	647	2,2	994	3,3	623	2,1	274	0,9	43	0,1	2	0,0	3.857	13,0
2,01 3,00	0	0,0	23	0,1	1.446	4,9	1.356	4,6	1.776	6,0	938	3,2	483	1,6	58	0,2	1	0,0	6.081	20,4
3,01 4,00	1	0,0	11	0,0	715	2,4	893	3,0	1.496	5,0	790	2,7	301	1,0	25	0,1	1	0,0	4.233	14,2
4,01 5,00	0	0	2	0,0	305	1,0	478	1,6	852	2,9	538	1,8	191	0,6	7	0,0	0	0,0	2.373	8,0
5,01 7,00	0	0	1	0,0	236	0,8	496	1,7	906	3,0	478	1,6	146	0,5	3	0,0	0	0,0	2.266	7,6
7,01 10,00	0	0	0	0,0	146	0,5	358	1,2	700	2,4	270	0,9	90	0,3	4	0,0	1	0,0	1.569	5,3
10,01 15,00	0	0	0	0,0	66	0,2	270	0,9	877	2,3	212	0,7	70	0,2	3	0,0	0	0,0	1.298	4,4
15,01 20,00	0	0	0	0,0	19	0,1	94	0,3	345	1,2	162	0,5	42	0,1	1	0,0	0	0,0	663	2,2
MAIS DE 20,0	0	0	0	0,0	6	0,0	105	0,4	557	1,9	413	1,4	96	0,3	2	0,0	0	0,0	1.179	4,0
IGNORADO	1	0,0	0	0,0	6	0,0	90	0,3	176	0,6	94	0,3	51	0,2	6	0,0	0	0,0	503	1,7
Total	42	0,1	1.063	3,6	6.041	20,3	5.635	18,9	9.669	32,5	5.110	17,2	2.010	6,8	190	0,6	7	0,0	29.767	100,0

86	10 A 14	%	15 A 17	%	18 A 24	%	25 A 29	%	30 A 39	%	40 A 49	%	50 A 64	%	65 OU MAIS	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	9	0,0	14	0,1	38	0,2	21	0,1	27	0,1	21	0,1	8	0,0	0	0,0	2	0,0	140	0,7
0,51 1,00	36	0,2	124	0,6	305	1,4	140	0,7	182	0,8	98	0,5	68	0,3	2	0,0	4	0,0	959	4,5
1,01 2,00	36	0,2	330	1,5	1.569	7,3	793	3,7	880	4,1	498	2,3	292	1,4	25	0,1	9	0,0	4.432	20,7
2,01 3,00	7	0,0	91	0,4	1.413	6,6	722	3,4	866	4,0	376	1,8	241	1,1	7	0,0	3	0,0	3.726	17,4
3,01 4,00	0	0	0	0,0	768	3,6	642	3,0	816	3,8	412	1,9	200	0,9	12	0,1	0	0,0	2.850	13,3
4,01 5,00	0	0	0	0,0	436	2,0	435	2,0	486	2,3	227	1,1	105	0,5	10	0,0	0	0,0	1.699	7,9
5,01 7,00	0	0	0	0,0	386	1,8	540	2,5	645	3,0	296	1,4	93	0,4	3	0,0	0	0,0	1.963	9,2
7,01 10,00	0	0	0	0,0	165	0,8	543	2,5	736	3,4	226	1,1	106	0,5	10	0,0	0	0,0	1.786	8,3
10,01 15,00	0	0	0	0,0	60	0,3	344	1,6	707	3,3	226	1,1	90	0,4	4	0,0	1	0,0	1.432	6,7
15,01 20,00	0	0	0	0,0	10	0,0	91	0,4	484	2,2	192	0,9	72	0,3	6	0,0	0	0,0	835	3,9
MAIS DE 20,0	0	0	0	0,0	10	0,0	39	0,2	510	2,4	341	1,6	109	0,5	11	0,1	2	0,0	1.022	4,8
IGNORADO	18	0,1	94	0,4	131	0,6	101	0,5	121	0,6	64	0,3	48	0,2	2	0,0	0	0,0	579	2,7
Total	106	0,5	653	3,0	5.291	24,7	4.411	20,6	6.440	30,1	2.977	13,9	1.432	6,7	92	0,4	21	0,1	21.423	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.27: Administração Pública- Faixa Etária por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) – 1986/1998

98	10 A 14	%	15 A 17	%	18 A 24	%	25 A 29	%	30 A 39	%	40 A 49	%	50 A 64	%	65 OU MAIS	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	0	0,0	0	0,0	1	0,0	5	0,1	24	0,2	15	0,2	24	0,2	4	0,0	0	0,0	73	0,7
0,51 1,00	0	0,0	0	0,0	1	0,0	3	0,0	20	0,2	18	0,2	16	0,2	4	0,0	0	0,0	62	0,6
1,01 1,50	0	0,0	0	0,0	5	0,1	5	0,1	12	0,1	15	0,2	4	0,0	0	0,0	0	0,0	41	0,4
1,51 2,00	0	0,0	0	0,0	32	0,3	43	0,4	85	0,9	77	0,8	29	0,3	5	0,1	1	0,0	272	2,7
2,01 3,00	0	0,0	0	0,0	395	4,0	648	6,5	1.476	14,9	1.085	11,0	561	5,7	36	0,4	4	0,0	4.205	42,5
3,01 4,00	0	0,0	0	0,0	70	0,7	202	2,0	520	5,3	356	3,6	227	2,3	12	0,1	2	0,0	1.389	14,0
4,01 5,00	0	0,0	0	0,0	36	0,4	162	1,6	458	4,6	239	2,4	114	1,2	10	0,1	1	0,0	1.020	10,3
5,01 7,00	0	0,0	0	0,0	17	0,2	146	1,5	712	7,2	372	3,8	124	1,3	17	0,2	8	0,1	1.396	14,1
7,01 10,00	0	0,0	0	0,0	8	0,1	76	0,8	382	3,9	259	2,6	88	0,9	10	0,1	2	0,0	825	8,3
10,01 15,00	0	0,0	0	0,0	1	0,0	15	0,2	150	1,5	140	1,4	65	0,7	4	0,0	0	0,0	375	3,8
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,0	34	0,3	42	0,4	15	0,2	2	0,0	0	0,0	97	1,0
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	11	0,1	21	0,2	16	0,2	5	0,1	0	0,0	54	0,5
IGNORADO	0	0,0	0	0,0	7	0,1	11	0,1	33	0,3	18	0,2	14	0,1	8	0,1	0	0,0	91	0,9
Total	0	0,0	0	0,0	573	5,8	1.321	13,3	3.917	39,6	2.657	26,8	1.297	13,1	117	1,2	18	0,2	9.900	100,0

86	10 A 14	%	15 A 17	%	18 A 24	%	25 A 29	%	30 A 39	%	40 A 49	%	50 A 64	%	65 OU MAIS	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	1	0,0	4	0,1	8	0,1	9	0,2	16	0,3	14	0,3	6	0,1	0	0,0	0	0,0	58	1,1
0,51 1,00	3	0,1	21	0,4	92	1,7	65	1,2	99	1,8	54	1,0	37	0,7	5	0,1	0	0,0	376	7,0
1,01 2,00	3	0,1	31	0,6	202	3,8	135	2,5	181	3,4	91	1,7	83	1,5	1	0,0	6	0,1	733	13,6
2,01 3,00	0	0,0	9	0,2	311	5,8	314	5,8	494	9,2	353	6,6	169	3,1	4	0,1	3	0,1	1.657	30,8
3,01 4,00	0	0,0	0	0,0	149	2,8	195	3,6	293	5,5	192	3,6	118	2,2	5	0,1	0	0,0	952	17,7
4,01 5,00	0	0,0	0	0,0	49	0,9	82	1,5	158	2,9	108	2,0	62	1,2	4	0,1	0	0,0	463	8,6
5,01 7,00	0	0,0	0	0,0	44	0,8	97	1,8	134	2,5	88	1,6	47	0,9	2	0,0	0	0,0	412	7,7
7,01 10,00	0	0,0	0	0,0	2	0,0	24	0,4	67	1,2	40	0,7	41	0,8	2	0,0	1	0,0	177	3,3
10,01 15,00	0	0,0	0	0,0	20	0,4	77	1,4	121	2,3	54	1,0	24	0,4	2	0,0	1	0,0	299	5,6
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,1	18	0,3	15	0,3	9	0,2	0	0,0	0	0,0	45	0,8
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,1	8	0,1	9	0,2	8	0,1	0	0,0	0	0,0	30	0,6
IGNORADO	1	0,0	25	0,5	33	0,6	31	0,6	43	0,8	22	0,4	17	0,3	1	0,0	0	0,0	173	3,2
Total	8	0,1	90	1,7	910	16,9	1.037	19,3	1.632	30,4	1.040	19,3	621	11,6	26	0,5	11	0,2	5.375	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

3.4.5 - Escolaridade e Remuneração

Em todos os setores analisados, com exceção da Administração Pública, verifica-se a presença de uma baixa instrução dos trabalhadores no mercado formal do município. Na Administração Pública, que abrange uma mão-de-obra mais instruída, percebe-se que este fato não decorreu em melhorias salariais, apesar de estar havendo no ano recente um aumento dos trabalhadores recebendo salários mais elevados. Um dos fatores que pode estar ligado aos baixos salários neste setor é a presença marcante das mulheres, uma vez que este gênero tem como característica receber salários mais baixos que os homens, mesmo possuindo um grau de instrução mais elevado⁶⁸.

⁶⁸ Para Ikeda (2000), que desenvolveu um trabalho sobre a segregação por gênero no Brasil no ano de 1998, apesar de as mulheres terem em geral, um nível mais alto de instrução que os homens, isto não é suficiente para um aumento dos rendimentos das mesmas. Pelos nossos resultados em relação ao município, verificamos que esta realidade não é diferente do que vem ocorrendo no país.

Para uma análise mais detalhada sobre Escolaridade e Faixa de Remuneração iremos dividir arbitrariamente os níveis de escolaridade em três faixas. **Baixa escolaridade:** até 4ª série completa; **média escolaridade:** 8ª série incompleta a 2º grau completo; e **alta escolaridade:** superior incompleto e completo. Pode-se observar através das tabelas 3.28 a 3.31 que as faixas vinculadas à escolaridade mais baixa caíram em todos os setores analisados quando comparados os anos de 1986 e 1998. Esta queda na Indústria de Transformação passou de 30,8% para 18,6%; no Comércio, estes números foram de 21,5% para 8,5%; no setor de Serviços a variação deste percentual passou de 27,8% para 12,4% no mesmo período. Na Administração Pública esta participação variou de 53,4% para 29% do total, considerando os anos analisados. É interessante, porém, perceber que à medida que os salários aumentam nestas faixas, ocorre uma tendência oposta de redução do número dos trabalhadores no mercado formal de trabalho, o que quer dizer que o maior volume dos trabalhadores estão concentrados nas faixas de salários mais baixos.

Em relação à alta escolaridade, percebemos que o volume dos trabalhadores inseridos no emprego formal do município tem uma participação muito pequena, apesar de estar havendo em alguns setores, principalmente nos Serviços e Administração Pública, uma elevação do volume destes trabalhadores com grau de instrução mais elevado. Esta participação foi equivalente no setor de serviços no ano de 1998, a 17,1% do total dos empregos. Na Administração Pública estes números foram mais significativos, passando de 11,8% em 1986 para 29,5% em 1998. É importante observar que o número de trabalhadores recebendo salários mais altos cresce neste setor, quando comparado aos demais (apesar de a faixa predominante dos salários ainda continuar baixa, ou seja entre 2,01 a 3,00 salários mínimos).

No Comércio, a sensível elevação dos trabalhadores possuindo grau mais elevado de instrução não incorreu em aumentos dos salários, porém no geral, o que pode ser observado é que o número de trabalhadores possuindo grau de instrução mais elevado neste setor ainda é muito baixo. Por exemplo, no setor da Indústria de Transformação, o grau mais elevado, ou seja, superior incompleto e completo, teve uma participação de 4,2% no período analisado; no setor de Comércio, esta participação também foi muito baixa, passando de um percentual de 4,2% em 1986 para 5,5% em 1998; nos Serviços, esta participação foi de 17 % em 1998, e finalmente, na Administração Pública estes números representaram em 1998 29,5% do total dos empregos, sendo assim, este setor o mais representativo em relação à escolaridade mais elevada. Nos demais setores, com exceção

do Comércio, houve um aumento pequeno dos salários para os trabalhadores mais instruídos, apesar de esta participação ser ainda irrelevante no total do emprego.

Entretanto, o número absoluto mais significativo dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho situou-se de forma geral, na faixa de escolaridade média, entre 8ª série incompleta a 2º grau completo. A participação dos trabalhadores possuindo este grau de instrução passou de um percentual de 64,1% para 77,1% do total de empregos na Indústria de Transformação; de 73,8% para 85,9 % para o setor do Comércio, de 54,6% para 70,5% no setor de Serviços, e finalmente, um percentual de 34,5% para 41,16% na Administração Pública, considerando o mesmo período de tempo.

Através desta análise, pode-se perceber que em termos de escolaridade a situação dos empregos são relativamente melhores nos setores da Administração Pública e Serviços.

Tabela 3.28: Indústria de Transformação - Escolaridade por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) – 1986/1998

98	ANALF.	%	4.SER INCOM	%	4.SER COMP	%	5.SER INCOM	%	5.SER COMP	%	2.GR INCOM	%	2.GR COMP	%	SUP INCOM	%	SUP COMP	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	0	0,0	0	0,0	1	0,0	2	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,0
0,51 1,00	1	0,0	16	0,1	16	0,1	156	1,2	57	0,4	66	0,5	15	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	327	2,4
1,01 1,50	18	0,1	107	0,8	168	1,3	666	5,0	375	2,8	304	2,3	159	1,2	10	0,1	5	0,0	6	0,0	1.818	13,6
1,51 2,00	30	0,2	149	1,1	200	1,5	620	4,6	388	2,9	227	1,7	181	1,3	9	0,1	2	0,0	0	0,0	1.806	13,5
2,01 3,00	42	0,3	175	1,3	313	2,3	1.264	9,4	679	5,1	509	3,8	375	2,8	12	0,1	16	0,1	1	0,0	3.386	25,3
3,01 4,00	16	0,1	117	0,9	227	1,7	526	3,9	264	2,0	161	1,2	193	1,4	23	0,2	12	0,1	0	0,0	1.539	11,5
4,01 5,00	6	0,0	65	0,5	154	1,1	332	2,5	176	1,3	85	0,6	159	1,2	31	0,2	14	0,1	0	0,0	1.022	7,6
5,01 7,00	7	0,1	77	0,6	216	1,6	373	2,8	201	1,5	93	0,7	206	1,5	42	0,3	40	0,3	0	0,0	1.255	9,4
7,01 10,00	3	0,0	61	0,5	143	1,1	286	2,1	123	0,9	80	0,6	178	1,3	45	0,3	44	0,3	0	0,0	963	7,2
10,01 15,00	2	0,0	18	0,1	79	0,6	180	1,3	70	0,5	37	0,3	127	0,9	32	0,2	58	0,4	0	0,0	603	4,5
15,01 20,00	0	0,0	7	0,1	11	0,1	49	0,4	27	0,2	10	0,1	47	0,4	24	0,2	44	0,3	0	0,0	219	1,6
MAIS DE 20,0	0	0,0	2	0,0	4	0,0	35	0,3	96	0,7	7	0,1	49	0,4	19	0,1	86	0,6	0	0,0	298	2,2
IGNORADO	3	0,0	8	0,1	24	0,2	76	0,6	30	0,2	12	0,1	11	0,1	0	0,0	3	0,0	1	0,0	168	1,3
Total	128	1,0	802	6,0	1.556	11,6	4.565	34,0	2.487	18,5	1.591	11,9	1.700	12,7	248	1,8	324	2,4	8	0,1	13.409	100,0

86	ANALF.	%	4.SER INCOM	%	4.SER COMP	%	5.SER INCOM	%	5.SER COMP	%	2.GR INCOM	%	2.GR COMP	%	SUP INCOM	%	SUP COMP	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	0	0,0	2	0,0	4	0,0	13	0,1	2	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	22	0,2
0,51 1,00	4	0,0	53	0,5	130	1,2	308	2,9	163	1,5	53	0,5	27	0,3	3	0,0	4	0,0	0	0,0	745	7,0
1,01 2,00	47	0,4	356	3,3	786	7,3	1.259	11,8	786	7,3	382	3,6	170	1,6	22	0,2	12	0,1	7	0,1	3.827	35,7
2,01 3,00	26	0,2	339	3,2	391	3,7	593	5,5	277	2,6	170	1,6	144	1,3	25	0,2	10	0,1	3	0,0	1.978	18,5
3,01 4,00	9	0,1	234	2,2	279	2,6	455	4,2	160	1,5	127	1,2	128	1,2	26	0,2	7	0,1	2	0,0	1.427	13,3
4,01 5,00	2	0,0	102	1,0	163	1,5	247	2,3	110	1,0	100	0,9	101	0,9	21	0,2	19	0,2	2	0,0	867	8,1
5,01 7,00	1	0,0	65	0,6	110	1,0	179	1,7	79	0,7	81	0,8	149	1,4	36	0,3	17	0,2	1	0,0	728	6,8
7,01 10,00	1	0,0	24	0,2	51	0,5	80	0,7	45	0,4	47	0,4	93	0,9	22	0,2	37	0,3	1	0,0	401	3,7
10,01 15,00	1	0,0	4	0,0	15	0,1	34	0,3	20	0,2	20	0,2	59	0,6	23	0,2	46	0,4	0	0,0	222	2,1
15,01 20,00	0	0,0	1	0,0	3	0,0	3	0,0	6	0,1	10	0,1	34	0,3	6	0,1	22	0,2	0	0,0	85	0,8
MAIS DE 20,0	1	0,0	1	0,0	2	0,0	2	0,0	1	0,0	2	0,0	23	0,2	12	0,1	83	0,8	0	0,0	127	1,2
IGNORADO	1	0,0	35	0,3	44	0,4	58	0,5	26	0,2	14	0,1	9	0,1	1	0,0	2	0,0	89	0,8	279	2,6
Total	93	0,9	1.216	11,4	1.978	18,5	3.231	30,2	1.675	15,6	1.016	9,5	937	8,8	197	1,8	260	2,4	105	1,0	10.708	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.29: Comércio - Escolaridade por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998

98	ANALF.	%	4.SER INCOM	%	4.SER COMP	%	6.SER INCOM	%	8.SER COMP	%	2.GR INCOM	%	2.GR COMP	%	SUP. INCOM	%	SUP. COMP	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	1	0,0	1	0,0	0	0,0	6	0,0	4	0,0	5	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	19	0,1
0,51 1,00	2	0,0	10	0,0	22	0,1	105	0,5	99	0,5	64	0,3	59	0,3	6	0,0	1	0,0	1	0,0	369	1,7
1,01 1,50	38	0,2	109	0,5	284	1,3	1.588	7,5	1.283	6,1	948	4,5	842	4,0	65	0,3	36	0,2	6	0,0	5.199	24,6
1,51 2,00	35	0,2	96	0,5	253	1,2	947	4,5	822	3,9	617	2,9	540	2,6	40	0,2	26	0,1	2	0,0	3.378	16,0
2,01 3,00	22	0,1	81	0,4	278	1,3	1.140	5,4	953	4,5	775	3,7	952	4,5	84	0,4	38	0,2	2	0,0	4.325	20,5
3,01 4,00	14	0,1	45	0,2	159	0,8	667	3,2	503	2,4	429	2,0	542	2,6	72	0,3	35	0,2	4	0,0	2.470	11,7
4,01 5,00	4	0,0	31	0,1	88	0,4	447	2,1	336	1,6	222	1,1	310	1,5	48	0,2	27	0,1	5	0,0	1.518	7,2
5,01 7,00	5	0,0	20	0,1	86	0,4	328	1,6	324	1,5	205	1,0	408	1,9	70	0,3	143	0,7	5	0,0	1.594	7,5
7,01 10,00	4	0,0	14	0,1	38	0,2	192	0,9	204	1,0	125	0,6	259	1,2	54	0,3	64	0,3	0	0,0	954	4,5
10,01 15,00	2	0,0	6	0,0	24	0,1	51	0,2	73	0,3	63	0,3	193	0,9	50	0,2	90	0,4	0	0,0	552	2,6
15,01 20,00	1	0,0	1	0,0	2	0,0	16	0,1	24	0,1	17	0,1	104	0,5	33	0,2	48	0,2	0	0,0	246	1,2
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	7	0,0	19	0,1	18	0,1	82	0,4	37	0,2	72	0,3	0	0,0	236	1,1
IGNORADO	1	0,0	9	0,0	15	0,1	66	0,3	58	0,3	71	0,3	34	0,2	5	0,0	5	0,0	1	0,0	265	1,3
Total	129	0,6	423	2,0	1.250	5,9	5.560	26,3	4.702	22,3	3.559	16,8	4.327	20,5	564	2,7	585	2,8	26	0,1	21.125	100,0
86	ANALF.	%	4.SER INCOM	%	4.SER COMP	%	6.SER INCOM	%	8.SER COMP	%	2.GR INCOM	%	2.GR COMP	%	SUP. INCOM	%	SUP. COMP	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	0	0,0	0	0,0	3	0,0	4	0,0	3	0,0	3	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	0,1
0,51 1,00	5	0,0	19	0,1	27	0,2	134	0,9	79	0,5	48	0,3	31	0,2	2	0,0	4	0,0	1	0,0	350	2,3
1,01 2,00	46	0,3	328	2,2	584	3,9	1.860	12,3	1.310	8,6	1.019	6,7	596	3,9	55	0,4	30	0,2	4	0,0	5.834	38,5
2,01 3,00	30	0,2	313	2,1	458	3,0	808	5,3	466	3,1	392	2,6	355	2,3	53	0,3	12	0,1	4	0,0	2.891	19,1
3,01 4,00	14	0,1	168	1,1	246	1,6	356	2,3	233	1,5	201	1,3	243	1,6	49	0,3	71	0,5	5	0,0	1.586	10,5
4,01 5,00	5	0,0	75	0,5	167	1,1	232	1,5	158	1,0	136	0,9	157	1,0	21	0,1	21	0,1	1	0,0	973	6,4
5,01 7,00	9	0,1	67	0,4	215	1,4	295	1,9	181	1,2	145	1,0	220	1,5	39	0,3	31	0,2	1	0,0	1.203	7,9
7,01 10,00	9	0,1	63	0,4	164	1,1	196	1,3	178	1,2	128	0,8	180	1,2	35	0,2	32	0,2	3	0,0	988	6,5
10,01 15,00	4	0,0	47	0,3	92	0,6	119	0,8	92	0,6	84	0,6	128	0,8	39	0,3	44	0,3	2	0,0	651	4,3
15,01 20,00	0	0,0	2	0,0	16	0,1	18	0,1	18	0,1	22	0,1	38	0,3	12	0,1	16	0,1	0	0,0	142	0,9
MAIS DE 20,0	1	0,0	0	0,0	5	0,0	12	0,1	21	0,1	16	0,1	45	0,3	19	0,1	32	0,2	0	0,0	151	1,0
IGNORADO	5	0,0	26	0,2	47	0,3	82	0,5	45	0,3	42	0,3	37	0,2	2	0,0	5	0,0	81	0,5	372	2,5
Total	128	0,8	1.108	7,3	2.024	13,4	4.116	27,2	2.784	18,4	2.236	14,8	2.032	13,4	326	2,2	298	2,0	102	0,7	15.154	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.30: Serviços - Escolaridade por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998

98	ANALF.	%	4.SER INCOM	%	4.SER COMP	%	6.SER INCOM	%	8.SER COMP	%	2.GR INCOM	%	2.GR COMP	%	SUP. INCOM	%	SUP. COMP	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	0	0,0	4	0,0	8	0,0	26	0,1	9	0,0	13	0,0	6	0,0	1	0,0	2	0,0	0	0,0	69	0,2
0,51 1,00	5	0,0	38	0,1	102	0,3	530	1,8	223	0,7	362	1,2	205	0,7	49	0,2	94	0,3	0	0,0	1.608	5,4
1,01 1,50	40	0,1	155	0,5	319	1,1	1.173	3,9	777	2,6	736	2,5	711	2,4	76	0,3	80	0,3	1	0,0	4.068	13,7
1,51 2,00	42	0,1	237	0,8	431	1,4	1.172	3,9	659	2,2	528	1,8	635	2,1	80	0,3	73	0,2	0	0,0	3.857	13,0
2,01 3,00	42	0,1	275	0,9	611	2,1	1.485	5,0	1.120	3,8	815	2,7	1.314	4,4	259	0,9	158	0,5	2	0,0	6.081	20,4
3,01 4,00	23	0,1	154	0,5	402	1,4	830	2,8	707	2,4	536	1,8	1.247	4,2	165	0,6	165	0,6	4	0,0	4.233	14,2
4,01 5,00	12	0,0	75	0,3	284	1,0	481	1,6	340	1,1	240	0,8	552	1,9	164	0,6	224	0,8	1	0,0	2.373	8,0
5,01 7,00	12	0,0	48	0,2	177	0,6	310	1,0	224	0,8	241	0,8	555	1,9	182	0,6	517	1,7	0	0,0	2.266	7,6
7,01 10,00	7	0,0	12	0,0	62	0,2	101	0,3	112	0,4	139	0,5	477	1,6	203	0,7	456	1,5	0	0,0	1.569	5,3
10,01 15,00	6	0,0	8	0,0	17	0,1	34	0,1	46	0,2	65	0,2	399	1,3	203	0,7	520	1,7	0	0,0	1.298	4,4
15,01 20,00	1	0,0	0	0,0	5	0,0	6	0,0	15	0,1	29	0,1	186	0,6	85	0,3	336	1,1	0	0,0	663	2,2
MAIS DE 20,0	4	0,0	0	0,0	3	0,0	6	0,0	21	0,1	34	0,1	232	0,8	172	0,6	707	2,4	0	0,0	1.179	4,0
IGNORADO	4	0,0	19	0,1	46	0,2	98	0,3	70	0,2	87	0,3	42	0,1	67	0,2	3	0,0	503	1,7		
Total	198	0,7	1.025	3,4	2.467	8,3	6.252	21,0	4.323	14,5	3.805	12,8	6.606	22,2	1.681	5,6	3.399	11,4	11	0,0	29.767	100,0
86	ANALF.	%	4.SER INCOM	%	4.SER COMP	%	6.SER INCOM	%	8.SER COMP	%	2.GR INCOM	%	2.GR COMP	%	SUP. INCOM	%	SUP. COMP	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	3	0,0	21	0,1	38	0,2	20	0,1	6	0,0	4	0,0	6	0,0	24	0,1	16	0,1	2	0,0	140	0,7
0,51 1,00	14	0,1	111	0,5	206	1,0	230	1,1	147	0,7	106	0,5	78	0,4	29	0,1	35	0,2	3	0,0	959	4,5
1,01 2,00	64	0,3	537	2,5	798	3,7	1.316	6,1	646	3,0	505	2,4	397	1,9	96	0,4	44	0,2	29	0,1	4.432	20,7
2,01 3,00	54	0,3	482	2,2	742	3,5	868	4,1	428	2,0	406	1,9	530	2,5	158	0,7	57	0,3	3	0,0	3.726	17,4
3,01 4,00	37	0,2	334	1,6	680	3,2	548	2,6	242	1,1	264	1,2	474	2,2	173	0,8	97	0,5	1	0,0	2.850	13,3
4,01 5,00	24	0,1	197	0,9	386	1,8	321	1,5	166	0,8	163	0,8	280	1,3	87	0,4	73	0,3	2	0,0	1.699	7,9
5,01 7,00	40	0,2	169	0,8	312	1,5	274	1,3	185	0,9	204	1,0	475	2,2	151	0,7	152	0,7	1	0,0	1.863	9,2
7,01 10,00	10	0,0	138	0,6	185	0,9	173	0,8	206	1,0	138	0,6	460	2,1	174	0,8	301	1,4	1	0,0	1.786	8,3
10,01 15,00	10	0,0	54	0,3	103	0,5	113	0,5	127	0,6	87	0,4	332	1,5	146	0,7	460	2,1	0	0,0	1.432	6,7
15,01 20,00	4	0,0	18	0,1	19	0,1	31	0,1	37	0,2	29	0,1	159	0,7	47	0,2	491	2,3	0	0,0	835	3,9
MAIS DE 20,0	1	0,0	4	0,0	6	0,0	21	0,1	23	0,1	37	0,2	132	0,6	87	0,4	711	3,3	0	0,0	1.022	4,8
IGNORADO	13	0,1	79	0,4	64	0,3	111	0,5	71	0,3	35	0,2	78	0,4	22	0,1	28	0,1	78	0,4	579	2,7
Total	274	1,3	2.144	10,0	3.539	16,5	4.028	18,8	2.282	10,7	1.978	9,2	3.401	15,9	1.194	5,6	2.465	11,5	120	0,6	21.423	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Tabela 3.31: Administração Pública – Escolaridade por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998

96	ANALF.	%	4.SER INCOM	%	4.SER COMP	%	8.SER INCOM	%	8.SER COMP	%	2.GR INCOM	%	2.GR COMP	%	SUP. INCOM	%	SUP. COMP	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	1	0,0	14	0,1	15	0,2	10	0,1	5	0,1	1	0,0	13	0,1	3	0,0	11	0,1	0	0,0	73	0,7
0,51 1,00	7	0,1	18	0,2	8	0,1	9	0,1	4	0,0	3	0,0	5	0,1	2	0,0	6	0,1	0	0,0	62	0,6
1,01 1,50	1	0,0	2	0,0	10	0,1	11	0,1	3	0,0	3	0,0	5	0,1	5	0,1	1	0,0	0	0,0	41	0,4
1,51 2,00	1	0,0	41	0,4	71	0,7	81	0,8	34	0,3	23	0,2	15	0,2	5	0,1	1	0,0	0	0,0	272	2,7
2,01 3,00	94	0,9	514	5,2	1.061	10,7	626	6,3	343	3,5	315	3,2	923	9,3	203	2,1	126	1,3	0	0,0	4.205	42,5
3,01 4,00	15	0,2	133	1,3	328	3,3	138	1,4	86	0,9	83	0,8	326	3,3	95	1,0	185	1,9	0	0,0	1.389	14,0
4,01 5,00	4	0,0	43	0,4	212	2,1	41	0,4	29	0,3	25	0,3	328	3,3	147	1,5	191	1,9	0	0,0	1.020	10,3
5,01 7,00	1	0,0	19	0,2	144	1,5	41	0,4	24	0,2	43	0,4	246	2,5	125	1,3	753	7,6	0	0,0	1.396	14,1
7,01 10,00	0	0,0	3	0,0	71	0,7	13	0,1	12	0,1	21	0,2	132	1,3	63	0,6	510	5,2	0	0,0	825	8,3
10,01 15,00	2	0,0	0	0,0	11	0,1	1	0,0	3	0,0	3	0,0	40	0,4	30	0,3	285	2,9	0	0,0	375	3,8
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	3	0,0	0	0,0	1	0,0	2	0,0	11	0,1	12	0,1	68	0,7	0	0,0	97	1,0
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,0	3	0,0	47	0,5	0	0,0	54	0,5
IGNORADO	3	0,0	7	0,1	14	0,1	5	0,1	3	0,0	2	0,0	17	0,2	8	0,1	32	0,3	0	0,0	91	0,9
Total	129	1,3	794	8,0	1.948	19,7	976	9,9	547	5,5	524	5,3	2.065	20,9	701	7,1	2.216	22,4	0	0,0	9.900	100,0

86	ANALF.	%	4.SER INCOM	%	4.SER COMP	%	8.SER INCOM	%	8.SER COMP	%	2.GR INCOM	%	2.GR COMP	%	SUP. INCOM	%	SUP. COMP	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	0	0,0	12	0,2	26	0,5	9	0,2	3	0,1	5	0,1	2	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	58	1,1
0,51 1,00	16	0,3	69	1,3	102	1,9	54	1,0	64	1,2	24	0,4	33	0,6	10	0,2	2	0,0	2	0,0	376	7,0
1,01 2,00	21	0,4	187	3,5	185	3,4	110	2,0	68	1,3	57	1,1	81	1,5	13	0,2	9	0,2	2	0,0	733	13,6
2,01 3,00	107	2,0	375	7,0	597	11,1	164	3,1	77	1,4	46	0,9	170	3,2	76	1,4	45	0,8	0	0,0	1.657	30,8
3,01 4,00	52	1,0	184	3,4	324	6,0	124	2,3	65	1,2	48	0,9	91	1,7	25	0,5	39	0,7	0	0,0	952	17,7
4,01 5,00	29	0,5	78	1,5	145	2,7	84	1,2	35	0,7	24	0,4	42	0,8	27	0,5	18	0,3	1	0,0	463	8,6
5,01 7,00	13	0,2	54	1,0	99	1,8	53	1,0	29	0,5	21	0,4	63	1,2	19	0,4	61	1,1	0	0,0	412	7,7
7,01 10,00	2	0,0	32	0,6	33	0,6	23	0,4	21	0,4	9	0,2	24	0,4	7	0,1	25	0,5	1	0,0	177	3,3
10,01 15,00	3	0,1	6	0,1	22	0,4	21	0,4	8	0,1	14	0,3	27	0,5	29	0,5	169	3,1	0	0,0	299	5,6
15,01 20,00	0	0,0	0	0,0	4	0,1	7	0,1	6	0,1	5	0,1	6	0,1	0	0,0	17	0,3	0	0,0	45	0,8
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0	0	0,0	1	0,0	1	0,0	2	0,0	1	0,0	23	0,4	0	0,0	30	0,6
IGNORADO	13	0,2	32	0,6	46	0,9	18	0,3	9	0,2	14	0,3	14	0,3	8	0,1	13	0,2	6	0,1	173	3,2
Total	256	4,8	1.029	19,1	1.585	29,5	647	12,0	386	7,2	268	5,0	555	10,3	216	4,0	421	7,8	12	0,2	5.375	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

3.4.6 - Tempo de Serviço e Remuneração

Com exceção da Administração Pública, a participação dos trabalhadores possuindo um tempo menor no emprego é verificada de forma incidente em todos os demais setores. Na Indústria de Transformação os trabalhadores situados nas faixas com até 02 anos no emprego passaram no período analisado de 64,3% para 52,8%. No Comércio estes percentuais foram de 65,5% em 1986 e 63,90% em 1998; no Serviços este percentual passou de 52,5 % para 53,6% e na Administração Pública estes números foram representados por 48,6% em 1986 e 10,8% em 1998.

Em relação à remuneração, o setor de Serviços apresentou uma elevação do número de trabalhadores inseridos nas faixas de remuneração um pouco mais elevadas principalmente em relação à Indústria de Transformação e ao setor de Comércio, porém estes salários tendem a ser mais baixos quando comparados ao setor da Administração Pública. No que diz respeito à permanência no emprego pode-se perceber que no setor de Serviços a maioria dos trabalhadores estão concentrados em faixas onde o tempo de serviço ainda é muito baixo.

Neste sentido, reforçamos que apesar da maior participação do emprego formal nestes setores, a maioria dos trabalhadores situam-se em patamares de baixa permanência no emprego e recebendo baixos salários (tabela 3.28 e 3.29). Apesar da tendência do aumento dos trabalhadores que estão recebendo salários um pouco mais altos, principalmente no setor de Serviços, o traço marcante deste setor, assim como no Comércio, é uma baixa permanência das trabalhadores no emprego, evidenciando a presença de uma alta rotatividade.

Na Administração Pública ocorre uma situação oposta aos demais setores, uma vez que os trabalhadores permanecem por mais tempo no emprego, apesar dos baixos salários. Porém neste setor verifica-se uma elevação dos trabalhadores que estão recebendo salários um pouco mais elevados, principalmente na faixa entre 05 a 07 salários mínimos, quando comparados aos demais setores. Assim pode-se notar que existe neste setor uma tendência de maior permanência no emprego, porém isto não implicou ganhos em relação aos salários.

Tabela 3.32: Indústria de Transformação - Tempo de Serviço por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) – 1986/1998

98	0,0 2,9 M	%	3,0 5,9 M	%	6,0 11,9 M	%	1,0 1,9 A	%	2,0 2,9 A	%	3,0 4,9 A	%	5,0 9,9 A	%	10 OU + A	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	1	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	2	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	5	0,0
0,51 1,00	71	0,5	57	0,4	71	0,5	72	0,5	28	0,2	17	0,1	9	0,1	2	0,0	0	0,0	327	2,4
1,01 1,50	256	1,9	320	2,4	376	2,8	358	2,7	215	1,6	178	1,3	95	0,7	20	0,1	0	0,0	1.818	13,6
1,51 2,00	286	2,1	246	1,8	363	2,7	393	2,9	184	1,4	178	1,3	117	0,9	39	0,3	0	0,0	1.806	13,5
2,01 3,00	328	2,4	397	3,0	846	6,3	797	5,9	334	2,5	357	2,7	214	1,6	110	0,8	3	0,0	3.386	25,3
3,01 4,00	91	0,7	86	0,6	147	1,1	349	2,6	244	1,8	274	2,0	230	1,7	118	0,9	0	0,0	1.539	11,5
4,01 5,00	50	0,4	36	0,3	95	0,7	174	1,3	174	1,3	183	1,4	191	1,4	118	0,9	1	0,0	1.022	7,6
5,01 7,00	32	0,2	29	0,2	87	0,6	165	1,2	147	1,1	210	1,6	337	2,5	248	1,8	0	0,0	1.255	9,4
7,01 10,00	24	0,2	15	0,1	46	0,3	117	0,9	125	0,9	180	1,3	234	1,7	222	1,7	0	0,0	963	7,2
10,01 15,00	9	0,1	23	0,2	25	0,2	71	0,5	52	0,4	103	0,8	171	1,3	149	1,1	0	0,0	603	4,5
15,01 20,00	2	0,0	6	0,0	11	0,1	22	0,2	17	0,1	43	0,3	59	0,4	59	0,4	0	0,0	219	1,6
MAIS DE 20,0	2	0,0	4	0,0	14	0,1	32	0,2	27	0,2	35	0,3	74	0,6	110	0,8	0	0,0	298	2,2
IGNORADO	7	0,1	11	0,1	23	0,2	36	0,3	23	0,2	32	0,2	25	0,2	11	0,1	0	0,0	168	1,3
Total	1.159	8,6	1.230	9,2	2.104	15,7	2.587	19,3	1.572	11,7	1.790	13,3	1.757	13,1	1.206	9,0	4	0,0	13.409	100,0

86	0,0 2,9 M	%	3,0 5,9 M	%	6,0 11,9 M	%	1,0 1,9 A	%	2,0 2,9 A	%	3,0 4,9 A	%	5,0 9,9 A	%	10 OU + A	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	12	0,1	6	0,1	1	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	22	0,2
0,51 1,00	225	2,1	177	1,7	140	1,3	124	1,2	36	0,3	28	0,3	10	0,1	5	0,0	0	0,0	745	7,0
1,01 2,00	826	7,7	742	6,9	778	7,3	679	6,3	312	2,9	276	2,6	182	1,7	32	0,3	0	0,0	3.827	35,7
2,01 3,00	381	3,6	212	2,0	347	3,2	327	3,1	216	2,0	212	2,0	221	2,1	62	0,6	0	0,0	1.978	18,5
3,01 4,00	241	2,3	98	0,9	208	1,9	213	2,0	122	1,1	115	1,1	378	3,5	51	0,5	1	0,0	1.427	13,3
4,01 5,00	98	0,9	44	0,4	115	1,1	94	0,9	57	0,5	93	0,9	315	2,9	51	0,5	0	0,0	867	8,1
5,01 7,00	95	0,9	33	0,3	96	0,9	94	0,9	58	0,5	74	0,7	223	2,1	55	0,5	0	0,0	728	6,8
7,01 10,00	55	0,5	23	0,2	31	0,3	51	0,5	24	0,2	48	0,4	126	1,2	43	0,4	0	0,0	401	3,7
10,01 15,00	24	0,2	9	0,1	12	0,1	19	0,2	22	0,2	24	0,2	80	0,7	32	0,3	0	0,0	222	2,1
15,01 20,00	6	0,1	2	0,0	8	0,1	16	0,1	4	0,0	8	0,1	27	0,3	14	0,1	0	0,0	85	0,8
MAIS DE 20,0	6	0,1	3	0,0	6	0,1	17	0,2	11	0,1	21	0,2	41	0,4	22	0,2	0	0,0	127	1,2
IGNORADO	43	0,4	16	0,1	63	0,6	66	0,6	19	0,2	29	0,3	18	0,2	12	0,1	13	0,1	279	2,6
Total	2.012	18,8	1.365	12,7	1.805	16,9	1.702	15,9	881	8,2	928	8,7	1.621	15,1	380	3,5	14	0,1	10.708	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota: A:anos; M: meses

Tabela 3.33: Comércio – Tempo de Serviço por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998

98	0,0 2,9 M	%	3,0 5,9 M	%	6,0 11,9 M	%	1,0 1,9 A	%	2,0 2,9 A	%	3,0 4,9 A	%	5,0 9,9 A	%	10 OU + A	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	6	0,0	0	0,0	3	0,0	1	0,0	7	0,0	1	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0	19	0,1
0,51 1,00	102	0,5	72	0,3	76	0,4	63	0,3	24	0,1	15	0,1	17	0,1	0	0,0	0	0,0	369	1,7
1,01 1,50	1.046	5,0	822	3,9	1.036	4,9	1.082	5,1	509	2,4	445	2,1	217	1,0	41	0,2	1	0,0	5.199	24,6
1,51 2,00	711	3,4	499	2,4	643	3,0	727	3,4	354	1,7	271	1,3	143	0,7	29	0,1	1	0,0	3.378	16,0
2,01 3,00	636	3,0	565	2,7	826	3,9	955	4,5	524	2,5	467	2,2	272	1,3	77	0,4	3	0,0	4.325	20,5
3,01 4,00	229	1,1	235	1,1	324	1,5	514	2,4	406	1,9	385	1,8	292	1,4	83	0,4	2	0,0	2.470	11,7
4,01 5,00	128	0,6	93	0,4	194	0,9	315	1,5	331	1,6	217	1,0	167	0,8	72	0,3	1	0,0	1.518	7,2
5,01 7,00	142	0,7	112	0,5	179	0,8	265	1,3	258	1,2	279	1,3	260	1,2	99	0,5	0	0,0	1.594	7,5
7,01 10,00	52	0,2	71	0,3	99	0,5	141	0,7	163	0,8	159	0,8	181	0,9	88	0,4	0	0,0	954	4,5
10,01 15,00	30	0,1	43	0,2	34	0,2	134	0,6	78	0,4	77	0,4	95	0,4	61	0,3	0	0,0	552	2,6
15,01 20,00	10	0,0	17	0,1	18	0,1	44	0,2	47	0,2	33	0,2	57	0,3	20	0,1	0	0,0	246	1,2
MAIS DE 20,0	7	0,0	19	0,1	12	0,1	37	0,2	33	0,2	37	0,2	51	0,2	40	0,2	0	0,0	236	1,1
IGNORADO	8	0,0	19	0,1	41	0,2	63	0,3	46	0,2	42	0,2	25	0,1	21	0,1	0	0,0	265	1,3
Total	3.107	14,7	2.567	12,2	3.485	16,5	4.341	20,5	2.780	13,2	2.428	11,5	1.777	8,4	632	3,0	8	0,0	21.125	100,0

86	0,0 2,9 M	%	3,0 5,9 M	%	6,0 11,9 M	%	1,0 1,9 A	%	2,0 2,9 A	%	3,0 4,9 A	%	5,0 9,9 A	%	10 OU + A	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	5	0,0	2	0,0	1	0,0	2	0,0	2	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	0,1
0,51 1,00	93	0,6	64	0,4	82	0,5	61	0,4	21	0,1	20	0,1	6	0,0	3	0,0	0	0,0	350	2,3
1,01 2,00	1.208	8,0	1.097	7,2	1.072	7,1	1.151	7,6	526	3,5	469	3,1	260	1,7	49	0,3	2	0,0	5.834	38,5
2,01 3,00	710	4,7	432	2,9	413	2,7	503	3,3	273	1,8	272	1,8	240	1,6	48	0,3	0	0,0	2.891	19,1
3,01 4,00	251	1,7	195	1,3	195	1,3	231	1,5	216	1,4	220	1,5	227	1,5	51	0,3	0	0,0	1.586	10,5
4,01 5,00	137	0,9	77	0,5	105	0,7	166	1,1	102	0,7	154	1,0	178	1,2	54	0,4	0	0,0	973	6,4
5,01 7,00	148	1,0	133	0,9	126	0,8	218	1,4	110	0,7	169	1,1	213	1,4	86	0,6	0	0,0	1.203	7,9
7,01 10,00	98	0,6	97	0,6	96	0,6	186	1,2	124	0,8	143	0,9	170	1,1	74	0,5	0	0,0	988	6,5
10,01 15,00	55	0,4	45	0,3	60	0,4	97	0,6	84	0,6	109	0,7	125	0,8	76	0,5	0	0,0	651	4,3
15,01 20,00	11	0,1	7	0,0	10	0,1	18	0,1	16	0,1	15	0,1	37	0,2	28	0,2	0	0,0	142	0,9
MAIS DE 20,0	9	0,1	4	0,0	8	0,1	22	0,1	10	0,1	36	0,2	29	0,2	33	0,2	0	0,0	151	1,0
IGNORADO	68	0,4	30	0,2	48	0,3	82	0,5	45	0,3	44	0,3	29	0,2	9	0,1	17	0,1	372	2,5
Total	2.793	18,4	2.183	14,4	2.216	14,6	2.737	18,1	1.529	10,1	1.652	10,9	1.514	10,0	511	3,4	19	0,1	15.154	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota: A:anos; M:meses

Tabela 3.34: Serviços - Tempo de Serviço por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) – 1986/1998

98	0,0 2,9 M	%	3,0 5,9 M	%	6,0 11,9 M	%	1,0 1,9 A	%	2,0 2,9 A	%	3,0 4,9 A	%	5,0 9,9 A	%	10 OU + A	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	22	0,1	9	0,0	12	0,0	11	0,0	1	0,0	8	0,0	3	0,0	3	0,0	0	0,0	69	0,2
0,51 1,00	237	0,8	310	1,0	451	1,5	346	1,2	135	0,5	78	0,3	43	0,1	8	0,0	0	0,0	1.608	5,4
1,01 1,50	697	2,3	610	2,0	895	3,0	741	2,5	438	1,5	431	1,4	210	0,7	43	0,1	3	0,0	4.068	13,7
1,51 2,00	651	2,2	460	1,5	689	2,3	757	2,5	486	1,6	471	1,6	285	1,0	55	0,2	3	0,0	3.857	13,0
2,01 3,00	611	2,1	673	2,3	836	2,8	1.279	4,3	853	2,9	1.024	3,4	664	2,2	136	0,5	5	0,0	6.081	20,4
3,01 4,00	312	1,0	341	1,1	536	1,8	875	2,9	628	2,1	730	2,5	636	2,1	172	0,6	3	0,0	4.233	14,2
4,01 5,00	140	0,5	183	0,6	264	0,9	410	1,4	346	1,2	471	1,6	417	1,4	141	0,5	1	0,0	2.373	8,0
5,01 7,00	155	0,5	191	0,6	223	0,7	375	1,3	244	0,8	415	1,4	415	1,4	245	0,8	3	0,0	2.266	7,6
7,01 10,00	69	0,2	101	0,3	140	0,5	223	0,7	162	0,5	220	0,7	363	1,2	291	1,0	0	0,0	1.569	5,3
10,01 15,00	45	0,2	66	0,2	121	0,4	178	0,6	111	0,4	171	0,6	329	1,1	277	0,9	0	0,0	1.298	4,4
15,01 20,00	47	0,2	44	0,1	60	0,2	74	0,2	48	0,2	64	0,2	113	0,4	213	0,7	0	0,0	663	2,2
MAIS DE 20,0	37	0,1	85	0,3	71	0,2	90	0,3	78	0,3	78	0,3	178	0,6	559	1,9	3	0,0	1.179	4,0
IGNORADO	9	0,0	36	0,1	84	0,3	98	0,3	49	0,2	68	0,2	81	0,3	78	0,3	0	0,0	503	1,7
Total	3.032	10,2	3.109	10,4	4.382	14,7	5.457	18,3	3.579	12,0	4.229	14,2	3.737	12,6	2.221	7,5	21	0,1	29.767	100,0

86	0,0 2,9 M	%	3,0 5,9 M	%	6,0 11,9 M	%	1,0 1,9 A	%	2,0 2,9 A	%	3,0 4,9 A	%	5,0 9,9 A	%	10 OU + A	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	18	0,1	27	0,1	26	0,1	19	0,1	14	0,1	15	0,1	15	0,1	5	0,0	1	0,0	140	0,7
0,51 1,00	209	1,0	200	0,9	184	0,9	169	0,8	70	0,3	77	0,4	40	0,2	10	0,0	0	0,0	959	4,5
1,01 2,00	942	4,4	774	3,6	851	4,0	804	3,8	334	1,6	392	1,8	280	1,3	53	0,2	2	0,0	4.432	20,7
2,01 3,00	770	3,6	494	2,3	653	3,0	699	3,3	353	1,6	319	1,5	363	1,7	75	0,4	0	0,0	3.726	17,4
3,01 4,00	402	1,9	275	1,3	357	1,7	541	2,5	329	1,5	315	1,5	533	2,5	98	0,5	0	0,0	2.850	13,3
4,01 5,00	255	1,2	129	0,6	199	0,9	284	1,3	167	0,8	268	1,3	345	1,6	52	0,2	0	0,0	1.699	7,9
5,01 7,00	206	1,0	94	0,4	128	0,6	256	1,2	189	0,9	351	1,6	562	2,6	177	0,8	0	0,0	1.963	9,2
7,01 10,00	132	0,6	42	0,2	71	0,3	132	0,6	83	0,4	193	0,9	935	4,4	198	0,9	0	0,0	1.786	8,3
10,01 15,00	50	0,2	51	0,2	75	0,4	83	0,4	70	0,3	142	0,7	640	3,0	321	1,5	0	0,0	1.432	6,7
15,01 20,00	18	0,1	10	0,0	16	0,1	69	0,3	39	0,2	92	0,4	380	1,8	211	1,0	0	0,0	835	3,9
MAIS DE 20,0	17	0,1	9	0,0	9	0,0	40	0,2	18	0,1	73	0,3	362	1,7	494	2,3	0	0,0	1.022	4,8
IGNORADO	63	0,3	51	0,2	84	0,4	146	0,7	47	0,2	47	0,2	61	0,3	34	0,2	46	0,2	579	2,7
Total	3.082	14,4	2.156	10,1	2.653	12,4	3.242	15,1	1.713	8,0	2.284	10,7	4.516	21,1	1.728	8,1	49	0,2	21.423	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota: A:anos; M:meses

Tabela 3.35: Administração Pública – Tempo de Serviço por Faixa de Remuneração (em salários mínimos) - 1986/1998

R\$	0,0 2,8M	%	3,0 5,9M	%	6,0 11,9M	%	1,0 1,9A	%	2,0 2,9A	%	3,0 4,9A	%	6,0 9,9A	%	10 OU +A	%	IGN	%	Total	%
ATE 0,50	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,0	17	0,2	27	0,3	26	0,3	0	0,0	73	0,7
0,51 1,00	0	0,0	0	0,0	1	0,0	2	0,0	2	0,0	9	0,1	20	0,2	28	0,3	0	0,0	62	0,6
1,01 1,50	0	0,0	1	0,0	1	0,0	3	0,0	9	0,1	13	0,1	9	0,1	5	0,1	0	0,0	41	0,4
1,51 2,00	0	0,0	7	0,1	78	0,8	39	0,4	53	0,5	48	0,5	27	0,3	20	0,2	0	0,0	272	2,7
2,01 3,00	49	0,5	179	1,8	61	0,6	170	1,7	831	8,4	1.145	11,6	1.061	10,7	709	7,2	0	0,0	4.205	42,5
3,01 4,00	4	0,0	11	0,1	29	0,3	84	0,8	150	1,5	263	2,7	377	3,8	471	4,8	0	0,0	1.389	14,0
4,01 5,00	3	0,0	0	0,0	5	0,1	22	0,2	113	1,1	245	2,5	363	3,7	269	2,7	0	0,0	1.020	10,3
5,01 7,00	8	0,1	14	0,1	24	0,2	78	0,8	181	1,8	231	2,3	533	5,4	327	3,3	0	0,0	1.396	14,1
7,01 10,00	7	0,1	6	0,1	23	0,2	86	0,9	112	1,1	119	1,2	237	2,4	235	2,4	0	0,0	825	8,3
10,01 15,00	1	0,0	2	0,0	3	0,0	20	0,2	16	0,2	38	0,4	157	1,6	138	1,4	0	0,0	375	3,8
15,01 20,00	3	0,0	0	0,0	0	0,0	11	0,1	4	0,0	3	0,0	42	0,4	34	0,3	0	0,0	97	1,0
MAIS DE 20,0	2	0,0	2	0,0	0	0,0	17	0,2	0	0,0	3	0,0	11	0,1	19	0,2	0	0,0	54	0,5
IGNORADO	0	0,0	2	0,0	1	0,0	3	0,0	8	0,1	23	0,2	35	0,4	19	0,2	0	0,0	91	0,9
Total	77	0,8	224	2,3	226	2,3	535	5,4	1.482	15,0	2.157	21,8	2.899	29,3	2.300	23,2	0	0,0	9.900	100,0

R\$	0,0 2,8M	%	3,0 5,9M	%	6,0 11,9M	%	1,0 1,9A	%	2,0 2,9A	%	3,0 4,9A	%	6,0 9,9A	%	10 OU +A	%	IGN	%	Total	%
0,00 0,50	4	0,1	5	0,1	5	0,1	18	0,3	8	0,1	3	0,1	10	0,2	5	0,1	0	0,0	58	1,1
0,51 1,00	54	1,0	44	0,8	65	1,2	66	1,2	63	1,2	37	0,7	32	0,6	15	0,3	0	0,0	376	7,0
1,01 2,00	143	2,7	125	2,3	140	2,6	100	1,9	55	1,0	90	1,7	65	1,2	13	0,2	2	0,0	733	13,6
2,01 3,00	134	2,5	100	1,9	260	4,8	310	5,8	232	4,3	246	4,6	270	5,0	103	1,9	2	0,0	1.657	30,8
3,01 4,00	87	1,6	69	1,3	130	2,4	126	2,3	123	2,3	167	3,1	141	2,6	109	2,0	0	0,0	952	17,7
4,01 5,00	74	1,4	34	0,6	29	0,5	54	1,0	53	1,0	59	1,1	81	1,5	79	1,5	0	0,0	463	8,6
5,01 7,00	60	1,1	14	0,3	37	0,7	61	1,1	39	0,7	53	1,0	85	1,6	63	1,2	0	0,0	412	7,7
7,01 10,00	29	0,5	8	0,1	9	0,2	17	0,3	8	0,1	19	0,4	17	0,3	69	1,3	1	0,0	177	3,3
10,01 15,00	19	0,4	3	0,1	27	0,5	33	0,6	63	1,2	47	0,9	37	0,7	69	1,3	1	0,0	299	5,6
15,01 20,00	2	0,0	1	0,0	2	0,0	0	0,0	1	0,0	8	0,1	2	0,0	29	0,5	0	0,0	45	0,8
MAIS DE 20,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,0	2	0,0	9	0,2	4	0,1	13	0,2	0	0,0	30	0,6
IGNORADO	25	0,5	21	0,4	31	0,6	33	0,6	16	0,3	21	0,4	17	0,3	5	0,1	4	0,1	173	3,2
Total	631	11,7	424	7,9	735	13,7	820	15,3	663	12,3	759	14,1	761	14,2	572	10,6	10	0,2	5.375	100,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados RAIS/MTb

Nota: A:anos; M:meses

Considerações Finais sobre o Capítulo

Através do capítulo 03 foi possível considerar algumas questões importantes em relação ao emprego formal do município, tais como uma população crescente no decorrer dos anos, a presença da População Economicamente Ativa maior para os homens, o crescimento dos setores de Comércio e Serviços, e a queda da participação dos empregos na Indústria. É bom lembrar que o crescimento destes dois setores da economia foi acompanhado do aumento de pequenos negócios na forma de micro e pequenas empresas. A partir da análise dos setores estudados neste capítulo, foi possível delinear o perfil predominante do emprego formal para o município de Uberlândia, considerando os atributos específicos de cada um.

Nos setores da Indústria de Transformação, Comércio e Serviços pôde ser verificada no período estudado a presença marcante do gênero masculino, um tempo de serviço consideravelmente baixo, assim como a baixa remuneração, uma escolaridade não superior ao 2º grau completo, sendo mais acentuada na 8ª série incompleta, e a presença

importante dos trabalhadores jovens, apesar da tendência do aumento da idade para 30 a 39 anos. O setor da Administração Pública apresenta algumas diferenciações, principalmente a partir do grau de instrução mais elevado, da presença das pessoas com mais idade, entre 30 a 49 anos, de um tempo de serviço mais elevado para as pessoas trabalhadoras deste setor, maior a partir de 02 anos, diferentemente dos demais setores, cujo tempo mantém-se abaixo de 03 anos. Outra informação importante em relação à Administração Pública é a presença significativa das mulheres, principalmente em 1998.

Algumas peculiaridades em relação a estes dados devem ser colocadas. Um primeiro aspecto interessante é que apesar do tempo de serviço e escolaridade mais elevados na Administração Pública, não houve neste setor um aumento dos salários com a maioria das pessoas recebendo de 2,01 a 3,00 salários mínimos. Um dos fatores pode estar relacionado à presença marcante das mulheres neste setor e que mesmo possuindo níveis de escolaridade mais elevados, não significou melhoria dos seus rendimentos. Esta realidade vinculada aos salários é também visível para todos os demais setores, sendo mais baixos ainda para o setor do Comércio (1,01 a 2,00 salários mínimos). Assim, é interessante perceber que o núcleo mais jovem presente no Comércio tem como característica receber salários ainda mais baixos que nos demais, onde a presença importante dos jovens é menos acentuada.

Quanto ao setor de Serviços, apesar de ter aumentado a participação da mão-de-obra mais escolarizada, assim como a presença do gênero feminino, quando comparado ao do Comércio e Indústria de Transformação, estes fatores não implicaram melhoria dos salários. Constatamos assim, uma hipótese importante de que níveis mais elevados de escolaridade não implicaram melhoria dos salários no município. Um dos aspectos associados a esta baixa remuneração pode ser explicado pela predominância das micro e pequenas empresas no município.

A Administração Pública pode ser considerada uma exceção em relação aos demais setores ao apresentar um tempo médio de serviço mais longo (acima de 05 anos); uma escolaridade média mais elevada (superior completo); a presença maciça das mulheres neste setor no ano recente; e uma idade mais alta para a população empregada. Alguns pressupostos podem explicar esta diferenciação da Administração Pública em relação aos demais setores e entre eles inclui-se o fato de este setor possuir um corpo de leis regidas através de um estatuto próprio, que se diferencia das leis regidas pela CLT, diferenciando neste aspecto a forma do enquadramento dos trabalhadores neste mercado de trabalho.

Entre as leis deste estatuto verifica-se, por exemplo, um incentivo para acúmulo de tempo de serviço, uma vez que este maior tempo, em muitos casos vem acompanhado de benefícios, e em certos casos até em aumentos de salários (este aspecto tende a elevar também a idade dos trabalhadores neste setor). Outro aspecto é a exigência de concursos para o caso das admissões, que acaba por incorrer em elevação do nível de escolaridade (apesar de muitos trabalhadores deste setor estarem trabalhando em cargos aquém de seu nível de instrução), associando também à presença importante da rede de ensino municipal, em que se insere principalmente o gênero feminino.

Entretanto, é bom lembrar que apesar da suposta melhor qualidade dos empregos neste setor, este fato não implicou melhorias salariais. Deve-se lembrar também a participação consideravelmente mais baixa deste setor no emprego formal, quando comparado aos demais, principalmente os setores do Comércio e Serviços. Entretanto, é justamente nestes dois setores em que a participação do emprego formal é bem mais relevante que as condições de trabalho são piores, prevalecendo os baixos salários, tempo médio de serviço baixo, escolaridade de baixa à média, e faixa etária predominantemente jovem, o que torna ainda mais problemática a situação do emprego formal para o município.

Considerações Finais

Esta dissertação procurou mostrar os efeitos do movimento de desestruturação do mercado formal de trabalho com início nos anos 80, afetando a natureza dos empregos, antes mais estáveis, agora para instáveis e de natureza mais precárias. São muitos os fatores responsáveis por esta mudança na estrutura dos empregos, entre eles, a queda dos empregos mais estáveis na Indústria e o crescimento do setor de Serviços e Comércio. O crescimento das ocupações no setor terciário esteve aliado a uma tendência de aumento nos anos 80 da participação dos trabalhadores sem carteira de trabalho e por conta própria, e à preservação dos trabalhadores com carteira assinada, lembrando também que houve uma retração dos rendimentos neste período, principalmente para os trabalhadores com carteira assinada.

Esta situação em que os empregos formais foram de certa forma preservados, apesar de não terem crescido não foi sustentada nos anos 90. A última década parece apontar para condições de trabalho em certa medida mais precárias, com ausência de perspectivas e um sentimento de exclusão por parte do trabalhador frente às dificuldades crescentes para a obtenção de um emprego. A situação torna-se ainda mais grave ao considerarmos que a geração do emprego formal caiu neste período de forma bem mais acentuada que no período anterior, aumentando assim as desigualdades sociais e econômicas, formando grandes grupos de desempregados sem perspectivas de nova inserção em um mercado cada vez mais restrito, precário e seletivo. Esta situação foi verificada principalmente a partir da política de abertura comercial, de maior internacionalização da economia, da política de incentivo às importações a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, de ausência de políticas direcionadas a um crescimento sustentado, principalmente através da geração de investimentos produtivos.

Em seu conjunto, estes fatores foram em parte responsáveis pela grande perda de postos de trabalho neste período, assim como pelo crescimento das ocupações sem carteira assinada e por conta própria, deteriorando cada vez mais a qualidade dos empregos. Exigiram-se níveis elevados de escolaridade nos anos 90 sem que incorressem em postos de trabalho condizentes com a instrução exigida, dado o crescimento substancial de ocupações que requerem pouca qualificação e uma queda das ocupações supostamente mais qualificadas, idéia contrária ao discurso de que o problema de geração de empregos

no país passaria por uma necessidade de qualificação da mão de obra.

Nunca se falou tanto em receituários para os empregos como recentemente, inclusive numa tentativa de se colocar, dentre outros aspectos, o problema dos empregos como decorrente da ausência de qualificação, ou de se colocar o mercado de trabalho no Brasil como muito rígido, necessitando, então, de maior flexibilização do mesmo. Esta flexibilização iria diminuir os custos de contratação que ainda são muito caros no país. Porém, este discurso da suposta rigidez do mercado de trabalho como dificuldade para a geração de emprego é problemático à medida que se verifica no país uma alta flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, existindo, porém, uma grande facilidade para admitir e demitir, traços visíveis da presença de uma alta rotatividade do trabalho no país. Neste sentido, os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho brasileiro muitas vezes não passam do tempo de experiência (até 03 meses). Esta dificuldade para permanência no emprego é também decorrente de uma legislação de caráter corporativista e com poucos direitos para o trabalhador, que está sempre mudando de emprego, e por isso se encontra de forma mais acentuada nas faixas de baixos salários e com ocupações mais instáveis.

Através das várias metodologias utilizadas para avaliação do mercado de trabalho brasileiro, tanto para as regiões metropolitanas como para o Brasil, os dados do capítulo 02 nos mostraram a queda do emprego e também o crescimento das ocupações precárias, principalmente as ocupações sem carteira e por conta própria, assim como a predominância de baixos salários. Verifica-se também que as ocupações de natureza mais precárias foram as que mais cresceram no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos, principalmente na década de 90. Procurou-se mostrar também os resultados obtidos em relação ao mercado de trabalho de forma geral, utilizando as principais metodologias tanto as vinculadas ao IBGE, como as ligadas ao Ministério do Trabalho. Coincidentemente, observa-se em todas as fontes de dados uma queda acentuada do emprego, um crescimento da participação feminina nos últimos anos, uma forte presença dos jovens no mercado de trabalho, e os baixos rendimentos auferidos pela população trabalhadora, comprovação realizada através de alguns exemplos de resultados obtidos por alguns estudiosos da área usando estas fontes de dados.

Alguns resultados no que diz respeito ao perfil do emprego formal do município de Uberlândia, principalmente em relação aos principais atributos e setores analisados foram constatados no capítulo 03, através do uso dos dados da RAIS. O município de Uberlândia apresenta um perfil similar ao do Brasil, como por exemplo a predominância de baixos

salários, presença dos jovens no mercado de trabalho e a predominância do gênero masculino, principalmente na Indústria de Transformação e Comércio. No que diz respeito aos níveis de escolaridade e tempo de serviço, o município apresenta condições piores do que o país, em que há um predomínio do tempo de serviço, e da escolaridade mais baixa dos trabalhadores empregados formalmente. Este aspecto é interessante no sentido de constataremos que o retrato do mercado de trabalho brasileiro tem se refletido em outras regiões, no nosso caso, o município de Uberlândia. Os trabalhadores inseridos no mercado formal deste município apresentam um perfil semelhante para a Indústria de Transformação, Comércio, e Serviços e distinto na maioria dos atributos analisados para a Administração Pública.

A Indústria de Transformação pode ser considerada o setor que mais perdeu participação no emprego formal nos últimos anos, principalmente porque foi este setor, juntamente com a Construção Civil, que mais empregou formalmente antes da década de 80. A partir dos anos 80, com o movimento de desestruturação do mercado de trabalho, estes setores começam a perder importância e dinâmica própria, no que diz respeito à geração de empregos, cedendo lugar para o crescimento dos empregos nos setores do Comércio e Serviços. Este movimento seguiu uma linha ascendente no decorrer dos anos, se intensificando ainda mais nos anos 90. O movimento de queda da participação dos empregos na Indústria e o acentuado crescimento nos setores do Comércio e Serviços está relacionado a uma mudança setorial do emprego, passando do setor secundário considerado como tipicamente mais tradicional e com empregos melhores para o setor terciário da economia que, por natureza, apresenta um quadro de maior precariedade e instabilidade para os empregos gerados. Esta mudança setorial ocorrida no município é similar também para o país.

Um exemplo que pode estar comprovando esta realidade no município em relação à natureza precária das ocupações, principalmente nos setores do Comércio e Serviços, pode ser decorrente da relevante presença de estabelecimentos de pequeno porte, como as micro e pequenas empresas, representando mais da metade dos estabelecimentos do município, os empregos nestes estabelecimentos, além de limitar o número de trabalhadores, não lhes oferecem condições adequadas, como melhor estabilidade, salários mais altos, ou condições para obtenção de melhores postos de trabalhos. Convém lembrar que este trabalhador mais jovem, do gênero masculino, inserido nas micro e pequenas empresas apresenta uma baixa permanência no emprego; recebe baixos salários; sendo que o setor de

serviços é acrescido de um contingente maior de pessoas com níveis mais elevados de escolaridade, assim como a maior presença das mulheres.

Na Administração Pública, este perfil se diferencia mostrando um tempo de serviço mais elevado, pessoas com mais idade e mais escolarizadas e uma importante participação do gênero feminino, principalmente no ano de 1998. Apesar de estes atributos medirem uma melhor qualidade dos empregos neste setor, não houve um aumento equivalente dos salários, que se mostraram baixos, especificamente até 03 salários mínimos.

Uma das explicações que pode também estar vinculado a esta melhor qualidade dos empregos na Administração Pública é o comportamento anti-cíclico que as atividades ligadas às esferas governamental, estadual ou municipal possuem, não alterando muito a sua estrutura produtiva em momentos de crise, por exemplo. O mesmo não se pode dizer em relação aos demais setores estudados que tendem a ter um comportamento cíclico, sendo estes setores mais afetados em momentos de crise da economia. Esta realidade pôde ser observada na abordagem do capítulo 01 em que se verificou que havia uma tendência do emprego diminuir em momentos de crise e de se elevar na recuperação, principalmente nos anos 80. Nos anos 90, a situação foi mais grave, pois praticamente não houve crescimento destes empregos, agravando o quadro do emprego formal. Tal fato aconteceu graças à perda de capacidade do setor produtivo para geração de novos postos de trabalho e, neste sentido, podemos dizer que nos anos 90 as condições desestruturantes do mercado de trabalho foram mais evidenciadas que nos anos 80.

Esta situação do mercado de trabalho formal refletida no município passa principalmente pela presença de uma grande heterogeneidade que marca as relações de trabalho no país. Este mercado de trabalho não tem conseguido recompor as perdas que vêm sendo verificadas em relação aos postos de trabalho mais estáveis, talvez até mesmo pela ausência do comprometimento com as políticas de crescimento sustentado e de políticas de incentivo aos investimentos produtivos. O mais preocupante é que, aliado a este quadro, está se presenciando um aumento abrupto da crise social, tanto no Brasil, como no município. Diante disso, torna-se imperativo o aprofundamento de questões que começam por entender a causa desta dissociação tão significativa do emprego formal e estável nas últimas décadas para o informal e precário, assim como a decadência que estes empregos têm sofrido em relação à sua qualidade.

Finalmente, procuramos atender ao nosso objetivo maior no sentido de mostrar não só a perda da relevância do emprego formal nas últimas décadas, mas também de como o

perfil do emprego formal se modificou a partir desta situação, principalmente em relação aos principais setores, esperando que este trabalho seja o elo para futuras discussões que sirvam de suporte para possíveis respostas ao assunto em questão, assim como de fornecer subsídios sobre o emprego formal para o município de Uberlândia.

Referências Bibliográficas

AMADEO & CAMARGO. J.M. (1996)- "*Instituições e o mercado de trabalho no Brasil*". In Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1ª edição Rio de Janeiro/RJ

AMADEO, E. et alii (1994). "*A Natureza e o Funcionamento do Mercado de Trabalho desde 1980*". IPEA Texto para Discussão No 353.

ANTUNES R. (1999) Os Sentidos do Trabalho. Boitempo Editorial-São Paulo, SP.

ÁRIAS, A.R (1998) "*A Evolução do Emprego Celetista (CLT) na década, a luz de estimativas compatibilizadas entre a PNAD, RAIS e CAGED: Uma proposta metodológica*" (mimeo).

AZEVEDO, B.R.Z DE (Org) et alii (1985) O Emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD E PME. Editora FEE- Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre- RS.

BALTAR P.E.A; DEDECCA C. S & HENRIQUE W(1992) "*A Estrutura Ocupacional nos anos 80*". IE/Unicamp (mimeo)

BALTAR P.E.A; DEDECCA C.S; & HENRIQUE W.(1996) "*Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil*" In Oliveira C.A.B & Mattoso, J (orgs) Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo. Ed. Scritta.

BALTAR P.E.A (1998). "*Crise Contemporânea e Mercado de Trabalho no Brasil*" In Oliveira M. A.(org). Economia & Trabalho- Textos Básicos. IE- Unicamp, Campinas, SP.

BALTAR P.E.A. & PRONI M.W.(1996). "*Sobre o regime de trabalho no Brasil: Rotatividade da Mão de Obra, Emprego formal e Estrutura salarial*". In Oliveira C.A.B & Mattoso, J (orgs) Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo. Ed. Scritta.

BALTAR, P.E.A (1996). "*Estagnação da economia, abertura e Crise do emprego urbano no Brasil*". In Revista Economia e Sociedade, no 06- Campinas: IE/Unicamp.

BALTAR, P.E.A & NETO,L.G (1988) "*Mercado de Trabalho e Crise: Notas para uma abordagem*"- Versão apresentada ao PNPE (programa Nacional de Pesquisa Econômica). Série FAC- Símile no 29. Rio de Janeiro- RJ.

BALTAR & PRONI (1995)."*Flexibilidade do Trabalho, Emprego e Estrutura salarial no Brasil*". Cadernos do CESIT- TD No 15, IE/UNICAMP- SP.

BIANCHI, A .M & PASTORE J (1999). "*Novas evidências acerca das ocupações no mercado de trabalho*". Revista Nova Economia. Vol: 09 no 01- Belo Horizonte/MG

BRESCIANI, L. P (1997). "*Flexibilidade e Reestruturação: O trabalho na encruzilhada*". In São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, vol 11, no 01 jan/março São Paulo- SP

BRUSCHINI, C (1995) "*Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho brasileiro: O trabalho da mulher nos anos 80*". In O Trabalho no Brasil no Limiar do Século XXI Ed. LTR- São Paulo/SP.

BUSSAB W.O & DINI N.P (1985) "*Pesquisa de emprego e desemprego. SEADE/DIEESE: Regiões homogêneas da grande São Paulo*". In Revista da Fundação Seade. São Paulo em perspectiva: 1(3): 5-11 set/dez

CANO W (1995) Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 4ª edição ampliada. Editora da Unicamp (FAPESP), SP/SP

CANO W (1998). "*Políticas econômicas e de ajuste na América Latina*". In Oliveira M. A.(org). Economia & Trabalho- Textos Básicos, IE- Unicamp, Campinas, SP.

CACCIAMALI M.C, & PIRES J (1996) "*Instituições Laborais, Emprego e Distribuição de renda no Brasil*". In São Paulo em Perspectiva, Vol.10 número 01 (páginas 27 a 35)

CACCIAMALI M.C, & LACERDA,G.N.(1992)- "*Processos de ajustamento, emprego público e diferenciações regionais dos mercados de trabalho*". In São Paulo em Perspectiva Vol. 06 número 03, São Paulo/ SP

CACCIAMALI, M.C.(1992). "*Mudanças Estruturais e na Regulação do mercado de trabalho no Brasil nos anos 80*". Seminário das quintas. Texto para discussão interna no 06/92. São Paulo : IPE/USP

_____ (1989). "*Emprego no Brasil durante a 1ª metade da década de 80*". In: Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda. Uma Coletânea. IPEA/INPES-RJ

_____ (1993) "*O ajustamento do mercado de trabalho brasileiro na década de 80*" In: Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil- Ed.Hucitec. São Paulo: FEA/USP

_____ (1988) "*Emprego e Crise no Brasil*" In: Brasil 1980: Os desafios da crise econômica. São Paulo:IPE/USP.

_____ (1995) "*Mercado de Trabalho no Brasil da década de 1990: menos empregos, mais política pública*". São Paulo: IPE/USP.

CAMARGO J. M. (1996) Flexibilidade e Produtividade do Mercado de Trabalho no Brasil. Editora FGV 1ª edição Rio de Janeiro/RJ

CAMARGO J. M. (1994) "*Mercado de Trabalho: A crise de 02 modelos*". Textos para Discussão no 21, BNDES Rio de Janeiro- RJ.

CARLEIAL, L.M.F (1997). "*Firmas, Flexibilidade e Direitos no Brasil*" *Para onde vamos?* Rev. São Paulo em Perspectiva, 11(1).

CASTRO, N.A (1997). "*Reestruturação Produtiva, Novas institucionalidades e negociação da flexibilidade*". Rev. São Paulo em Perspectiva, 11(1).

DEDECCA C.S. & PACHECO C. A (1990) "*Mercado de Trabalho não Agrícola: Mitos e Realidades*" In São Paulo em Perspectiva Vol.04 N. 3/4 - (p. 57-63)

DEDECCA, C (1998) "*Conceitos e Estatísticas básicas sobre Mercado de Trabalho*". In Oliveira M. A.(org). Economia & Trabalho-Textos Básicos, IE- Unicamp, Campinas, SP.

DEDECCA C.S & FERREIRA S.P.(1988) "*Crescimento Econômico e População Economicamente Ativa*"- Revista São Paulo em Perspectiva,2(3): 43-55,jul/ setembro.

ECO Humberto (1977) Como se faz uma Tese. Editora Perspetiva S/A, 15ª edição São Paulo- SP.

FERNANDES, R (1995). O Trabalho no Brasil no Limiar do Século XXI. Ed. LTR- São Paulo/SP.

FERREIRA, A. B. H. (1999). Novo Aurélio- O Dicionário da Língua Portuguesa- Século XXI. Editora Nova Fronteira.

FILHO, S.T.B.Z (1997) Globalização, Desemprego e Desigualdade: Evidências, mitos e desafios do mercado de trabalho brasileiro- Fundação Milton Campos, Brasília- DF.

GUIMARÃES.L N (1990) "*O Mercado de Trabalho na década perdida*". In Rev. São Paulo em Perspectiva, Vol. 04 número ¾ , São Paulo SP

HAGA, A (1987). "*Pesquisa de Emprego e Desemprego na grande São Paulo*". Revista da Fundação SEADE- São Paulo em Perspectiva, 1(3), (p.86-87).

HOFFMANN M.P & BRANDÃO S.M.C(1996). "*Medição do emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais*" Cadernos do Cesit, no 22- Unicamp/Campinas.

IKEDA, M (2000) "*Segregação por gênero no mercado formal de trabalho*". In Revista do BNDES, vol.07, no 13- página 89-106. Rio de Janeiro- RJ

JATOBÁ J, & Everaldo G.L (1993) "*A Desregulamentação do Mercado do Trabalho e das relações de Trabalho no Brasil: Potencial e Limitações*"- Texto para Discussão no 312-IPEA/RJ

LEITE, M. P. (1997) "*Qualificação, Desemprego e Empregabilidade*". In São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, vol 11, nº 01. São Paulo-SP

LEITE, M. & POSTHUMA, A (1996) "*Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira*". Rev. São Paulo em Perspectiva vol 10, no 01, São Paulo/SP.

LEITE, M. P. (1996) "*A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional*". In Revista Novos Estudos. No 45- São Paulo SP.

LESSA, C., SALM C, SOARES, L.T. & DAIN, S.(1997) "*Pobreza e Política social: A exclusão nos anos 90.*" In Revista Praga: Estudos Marxistas, no 03. Setembro de 1997- Editora Hucitec- São Paulo- SP

MATTOSO, J (1999). O Brasil Desempregado. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo SP

_____ (1999) "*Produção e Emprego-Renacer das Cinzas*" IN LESBAUPIN, IVO (org): O desmonte da nação: Balanço do governo FHC. Ed. Vozes, Petrópolis- RJ

MATTOSO, J.& POCHMANN (1998). "*Mudanças estruturais e Trabalho no Brasil*", In Revista Economia e Sociedade, no 10 (p. 213-43). Campinas: IE/Unicamp.

MATTOSO, J. & BALTAR P.E.A (1997). "*Estrutura Econômica e emprego no Brasil: A experiência recente*" In Reis Velloso, J.P (coord), Brasil: Desafios de um país em transformação. Ed.José Olympio- RJ

MATTOSO, J. & BALTAR P.E.A (1997). "*Transformações estruturais e emprego nos anos 90*". Revista Ensaios. FEE, Porto Alegre, Vol. 18, no 01 (13-40).

MATTOSO, J (1995) A Desordem do Trabalho. São Paulo: Scritta.

_____ (1996). "*Emprego e Concorrência desregulada: Incertezas e desafios*" IN: Barbosa de Oliveira, C & Mattoso, J (orgs). Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta.

MÉDICI, A C.& AGUIAR M.A.S.(1986) Para entender o mercado de trabalho. Universidade Santa Úrsula/Ibase. RS.

MELLO J.M.C (1988) O Capitalismo Tardio. Ed. Brasiliense, São Paulo- SP

NORONHA, E.G (1999) "*O Modelo Legislado de relações de trabalho no Brasil*". IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho- ABET.

PACHECO, C. A (1992). "*A Terceirização dos 80, de tudo um pouco*". São Paulo em Perspectiva. Vol.06 no 3, (p. 27-38).

PASTORE, J (1994). Flexibilização do Mercado de Trabalho e Contratação Coletiva. São Paulo: LTR

PASTORE, J (1998) O Desemprego tem cura? Ed. Makron Books. São Paulo, SP.

PIRES. S. P.(1990) “*A evolução do emprego*”. In Rev. São Paulo em Perspectiva Vol.04 n ¾ (p. 81-88)

POCHMANN, M (1998). “*Reconversão Econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil*”. (mimeo), IE- Unicamp/Campinas. São Paulo-SP

POCHMANN M (1999). “*A Epidemia do desemprego no Brasil: atualidade e perspectiva*”. IE – Campinas/Unicamp (mimeo)

POCHMANN, M.(1997). “*Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro no período recente*”. Recife: Anais da Anpec.

_____ (1999) O trabalho sob fogo cruzado. Editora contexto São Paulo/SP

_____ (2000) “*Educação e Trabalho no Brasil*”. In Jornal Valor, São Paulo, 30 de Outubro de 2000, (p. A13).

QUADROS, W. J. (1996). “*A reestruturação das empresas e o emprego de classe média*”. In: Barbosa de Oliveira, C & Mattoso, J (orgs). Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta.

MTb (Ministério do Trabalho) e SPES (Secretaria de Políticas de Emprego e Salário) (1995). Registros Administrativos do Ministério do Trabalho: RAIS e Lei no 4.923/65. Brasília-DF.

SABÓIA, J. (1991). “*Emprego nos anos 80, Uma década perdida*”- Instituto de Economia Industrial- UFRJ/RJ.

SALM, C.(1998) “*Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho*” In Oliveira M. A.(org). Economia & Trabalho- Textos Básicos, IE- Unicamp, Campinas, SP.

SALM, C. & FOGAÇA A.(1997) “*Tecnologia, Emprego e qualificação-Bases conceituais*”, IE- UFRJ, Série documentos, no 27. Rio de Janeiro/RJ

SANDRONI P (1994) Dicionário de Economia. 8ª edição Editora Best Seller- São Paulo/SP.

SANTOS, A & POCHMANN, M (1996). “*Custo do Trabalho e a Competitividade internacional*” In: Barbosa de Oliveira, C & Mattoso, J (orgs). Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta.

SIQUEIRA NETO, J.F.(1998). “*Flexibilidade e reforma do sistema nacional de relações de trabalho*”. In Oliveira (org). Economia & Trabalho- Textos Básicos. IE- Unicamp, Campinas, SP.

_____ (1996). “*Flexibilização, desregulamentação e o Direito do Trabalho no Brasil*”. In: Barbosa de Oliveira, C & Mattoso, J (orgs). Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta

SIQUEIRA NETO, J.F.(1997) “*Direito do Trabalho e Flexibilização no Brasil*” In Rev. São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, vol.11, no 01.São Paulo.

SOUZA P.R (1981). O que são Empregos e Salários. Coleção 1^{os} passos. Ed. Brasiliense. São Paulo. SP

TAGLIASSUCHI & VERGARA (1985) “*A RAIS: Avaliação do mercado formal de emprego no Rio Grande do Sul*”. In O Emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD E PME. Editora FEE- Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre- RS-1985.

TROYANO A .A, HAGA A, HOFFMANN M.B.& CHAIA M.W (1985). “*Pesquisa de Emprego e Desemprego. SEADE/DIEESE: Operacionalização dos conceitos*”- Revista Fundação SEADE, São Paulo em Perspectiva. 1(2) (p.4-13).

URANI A (1995) “*Tendências Recentes da Evolução da Ocupação no Brasil*”. In Fernandes, R (org). O Trabalho no Limiar do Século XXI. Editora LTR- São Paulo/SP.

URANI A (1996) “*Ajuste Macroeconômico e Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil: 1981-95*”. In Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil. Editora da FGV- Rio de Janeiro/RJ

VASCONCELLOS et alii (1996). Economia Brasileira Contemporânea. Ed. Atlas S.A . São Paulo/SP

ZYLBERSTAJN H & ZOCKUN M.H. (1995). “*Os Caminhos da Seguridade Social no Brasil*”. In Fernandes, R (org). O Trabalho no Limiar do Século XXI. Editora LTR- São Paulo/SP.

Sites mais consultados na Internet:

www.sidra.ibge.gov.br

www.fjp.gov.br

www.ibge.gov.br

www.dieese.org.br

www.ipea.gov.br

www.mtb.gov.br

www.uberlandia.mg.gov.br

www.eco.unicamp.br